

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

MIRIANE DE FREITAS SEGALLA

**NÃO DEIXANDO NENHUMA CIDADE PARA TRÁS: O TCESP COMO
IMPULSIONADOR DA LOCALIZAÇÃO DOS ODS NAS CIDADES DO ESTADO DE
SÃO PAULO**

SÃO PAULO
2025

MIRIANE DE FREITAS SEGALLA

**NÃO DEIXANDO NENHUMA CIDADE PARA TRÁS: O TCESP COMO
IMPULSIONADOR DA LOCALIZAÇÃO DOS ODS NAS CIDADES DO ESTADO DE
SÃO PAULO**

Dissertação apresentada à Escola de
Administração de Empresas de São Paulo
da Fundação Getúlio Vargas, como
requisito para obtenção do título de Mestre
em Gestão e Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Evan Michael Berman

SÃO PAULO

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas/FGV

Segalla, Miriane de Freitas.

Não deixando nenhuma cidade para trás : o TCESP como impulsionador da localização dos ODS nas cidades do estado de São Paulo / Miriane de Freitas Segalla. - 2025.

169 f.

Orientador: Evan Michael Berman.

Dissertação (mestrado profissional MPGPP) – Fundação Getulio Vargas, Escola de Administração de Empresas de São Paulo.

1. São Paulo (Estado). Tribunal de Contas. 2. Desenvolvimento sustentável - São Paulo (Estado). 3. Políticas públicas - São Paulo (Estado). 4. Administração municipal. I. Berman, Evan Michael. II. Dissertação (mestrado profissional MPGPP) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo. III. Fundação Getulio Vargas. IV. Título.

CDU 351.94(816.1)

MIRIANE DE FREITAS SEGALLA

**NÃO DEIXANDO NENHUMA CIDADE PARA TRÁS: O TCEP COMO
IMPULSIONADOR DA LOCALIZAÇÃO DOS ODS NAS CIDADES DO ESTADO DE
SÃO PAULO**

Dissertação apresentada à Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, como requisito para obtenção do título de Mestre em Gestão e Políticas Públicas.

Área de concentração: Estado, governo e políticas públicas.

Data de aprovação:
05/06/2025.

Banca Examinadora:

Prof. Evan Michael Berman (Orientador) –
FGV-EAESP

Prof. Dr. Luís Paulo Bresciani
FGV-EAESP

Prof. José Orcélio do Nascimento
FECAP

Aos meus filhos, Guilherme e Helena, minha força e meu ponto mais sensível, minha inspiração e meu orgulho. Por vocês e para vocês, tenho um desejo inesgotável de ser uma pessoa melhor e tornar o mundo um lugar melhor. Como diz a Bíblia, vocês são a minha herança: que honra e que bênção é ser herdeira de vocês dois. Palavras não poderiam expressar o meu amor.

AGRADECIMENTOS

O mestrado é uma jornada longa, intensa e emocionante que não pode ser empreendida sozinha. Fui especialmente abençoada por ter muitas pessoas e instituições ao meu lado, às quais sou eternamente grata.

Ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e à Escola Paulista de Contas Públicas por me proporcionarem esta experiência única e enriquecedora. É uma honra fazer parte desta instituição e poder contribuir para os resultados positivos que o Tribunal entrega à sociedade.

À Fundação Getúlio Vargas e a cada um dos brilhantes professores com quem tive o privilégio de trabalhar e aprender. Saibam que vocês são transformadores de vidas. Gostaria também de agradecer a toda a equipe administrativa que, com seu zelo e amizade, facilitou muitas etapas desta jornada.

Um agradecimento especial ao meu orientador, Evan Michael Berman. Obrigada por me aceitar nesta empreitada, por me conceder um tempo dentro do seu período sabático. Sua positividade e entusiasmo constantes em apresentar possíveis melhorias ao mundo são inspiradores! Obrigada por cada pedido de ajustes e melhorias na minha escrita, por cada palavra de incentivo e orientação durante uma parte crucial da minha caminhada. Foi uma honra ter trilhado este caminho sob sua supervisão.

À melhor turma do MPGPP que já existiu: a minha! Aos colegas que não se contentaram em ser amigos, mas que decidiram se tornar tão próximos quanto uma família! Minha imensa gratidão por todas as aulas compartilhadas, os cafés, as anotações, os trabalhos em grupo que nos aproximaram ainda mais. Obrigada pelas risadas, pela companhia nas viagens, pelas histórias inspiradoras, pelas palavras sempre gentis, pelo incentivo, pelos braços e corações abertos.

Às minhas raízes e alicerces da minha vida: meus pais. Mãezinha e paizinho, eu não seria quem me tornei se não fosse pela orientação, pelo amor, pelas orações e pelo

incentivo de vocês. Obrigada por todo o investimento — de tempo, amor, carinho, educação e muito mais — que vocês sempre fizeram em mim.

Aos meus sogros, Almanir (*in memoriam*) e Ondina, sou grata por me aceitarem como filha e por acreditarem que eu poderia fazer parte do TCESP antes mesmo de eu mesma acreditar. Se não fosse pelos presentes da inscrição e das apostilas, esta história nunca teria começado. Muito, muito obrigada!

Aos meus sogros, Conceição e Carlos, agradeço por cada gesto de carinho. Pela comida deliciosa, quando precisei de tempo para estudar; por cuidarem da minha família, quando precisei viajar; por compartilharem filmes, livros, ideias e ideais. Sou especialmente grata por me perguntarem, toda vez que voltava da FGV: "Gostou das aulas? Quer mudar o mundo?". A resposta foi e ainda é um sonoro sim.

Um agradecimento especial à pessoa mais importante de toda essa jornada: meu amor, Flávio. Você acreditou em mim desde que este mestrado era apenas um sonho. Você foi o grande idealizador deste projeto e me apoiou antes mesmo de eu conseguir uma vaga. Você comemorou cada uma das minhas conquistas e me apoiou quando precisei. Você cuidou de mim e da nossa família, e suportou minha ausência (por causa do intercâmbio ou da escrita desta dissertação) com compreensão e amor. Obrigada por ter me escolhido. Eu te amo muito...

RESUMO

Esta dissertação aborda lacunas críticas na localização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nas cidades e o papel que as Instituições de Auditoria desempenham no fomento da Agenda 2030. A maioria dos estudos concentra-se na implementação em nível nacional e nas abordagens dos órgãos de auditoria federais, negligenciando os desafios da governança local e as instituições regionais de controle externo. Este estudo verifica o desempenho dos municípios paulistas no alcance dos ODS, por meio do Índice de Desenvolvimento das Cidades Sustentáveis (IDSC) do Brasil, e investiga as ferramentas e estratégias que as Entidades de Auditoria, em particular o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP), podem utilizar para promover a localização dos ODS nos municípios. O principal objetivo da pesquisa é identificar lacunas que dificultam os esforços locais de desenvolvimento sustentável, a fim de propor mecanismos práticos por meio dos quais as Entidades de Auditoria possam fortalecer a capacidade dos municípios, aprimorar a prestação de contas e promover o progresso da Agenda 2030. Apesar do Estado de São Paulo abrigar 78 das cidades mais bem classificadas do país, a pontuação mais alta (66,76/100) ressalta os desafios persistentes de implementação. Utilizando métricas do IDSC e dados governamentais, a autora analisou as capacidades financeiras e de infraestrutura dos municípios paulistas, bem como sua proximidade ou integração com áreas acadêmicas ou tecnológicas. Além disso, avaliou-se o cumprimento de recomendações anteriormente exaradas pelo TCESP. Por fim, foram analisados os sites municipais para avaliar o nível de familiaridade e disseminação do tema do desenvolvimento sustentável. A pesquisa identificou barreiras sistêmicas à adoção dos ODS, revelando que os municípios de São Paulo enfrentam a maioria dos obstáculos comuns encontrados em outras áreas urbanas ao redor do mundo: falta de conscientização, recursos limitados, governança fragmentada, déficits de capacidades técnicas e baixo engajamento público. Para abordar o baixo desempenho das cidades paulistas na adoção da Agenda 2030 e os obstáculos mencionados, esta dissertação propõe que, com base na análise das ferramentas e ações do TCESP e em benchmarks globais de auditoria, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo promova mudanças por meio de auditorias focadas nos ODS, programas de capacitação e divulgação de melhores práticas. Essas ferramentas abordam lacunas técnicas e de governança, otimizando o uso de

recursos, melhorando a conscientização e a conformidade, e gerando benchmarking. Embora limitadas pelo conjunto de dados de 2024 do IDSC, as descobertas avançam a literatura sobre governança dos ODS e fornecem ao TCESP estratégias escaláveis. Estudos futuros devem explorar tendências longitudinais e estudos de caso qualitativos. Com o prazo de 2030 se aproximando, esta pesquisa posiciona o TCESP como um catalisador para ações transformadoras dos ODS, para tentar garantir que nenhuma cidade fique para trás.

Palavras-chave: Tribunais de Contas; TCESP; localização dos ODS; Agenda 2030; municípios.

ABSTRACT

This dissertation addresses critical gaps in localizing the Sustainable Development Goal (SDG) in cities and the role Audit Institutions play in fostering the 2030 Agenda. Most studies focus on national-level implementation and federal audit bodies approaches, neglecting local governance challenges and regional external oversight institutions. This study examines São Paulo's municipalities performance in achieving SDGs, through Brazil's Sustainable Cities Development Index (IDSC), and investigates the tools and strategies that Audit Institutions, in particular the Court of Auditors of the State of São Paulo (TCESP), can use to promote the localization of the SDGs in municipalities. The main objective of the research is to identify gaps that hinder local sustainable development efforts, in order to propose practical mechanisms through which Audit Institutions can strengthen the capacity of municipalities, improve accountability and promote progress aligned with the 2030 Agenda. Despite SP State hosting 78 of the country's top-ranked cities, the highest score (66.76/100) underscores persistent implementation challenges. Using IDSC metrics and governmental data, the author examined the financial and infrastructural capacities of the municipalities of São Paulo, along with their proximity to or integration into academic or technological areas. Additionally, compliance with previous recommendations issued by the TCESP was assessed. Ultimately, municipal websites were analyzed to evaluate the level of familiarity with, and dissemination of, the theme of sustainable development. The research identified systemic barriers to SDG adoption, revealing that SP' municipalities face most of the common obstacles found in other urban areas around the world: lack of awareness, resource-limited issues, fragmented governance, technical deficits, and low public engagement. To address the underachievement of SP cities in adopting the 2030 Agenda and the above obstacles, this dissertation proposes that, based on analysis of TCESP's tools and actions, and global audit benchmarks, the Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP) promotes changes using SDG-focused audits, capacity-building programs, and publicizing best practices. These tools deal with both technical and governance gaps while optimizing resource use, improving awareness and compliance, and generating benchmarking. While limited by IDSC's 2024 dataset, the findings advance SDG governance literature and provide TCESP with scalable strategies. Future studies should explore longitudinal trends and qualitative case studies. With the 2030 deadline

nearing, this research positions TCESP as a catalyst for transformative SDG action, trying to ensure no city is left behind.

Keywords: Court of Audit; TCESP; SDG localization; 2030 Agenda; municipalities.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – A evolução do desenvolvimento sustentável no século XXI	24
Figura 2 – O logotipo tradicional da ONU para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.....	25
Figura 3 – Avaliação geral do progresso em relação às metas com dados de tendências, 2024 ou os dados mais recentes	26
Figura 4 – Índice ODS 2024: os 10 primeiros países e o Brasil	38
Figura 5 – Painel Brasileiro dos ODS 2024	41
Figura 6 – Mapa brasileiro colorido conforme resultados do IDSC 2024.....	47
Figura 7 – Uma visão mais detalhada (Estado de SP) no mapa brasileiro, colorido a partir dos resultados do IDSC 2024	48
Figura 8 – Ferramentas das instituições de auditoria para promover os ODS	63
Figura 9 – Manuais no site do TCESP.....	67
Figura 10 – Correlações entre os tópicos dos ODS e as dimensões do IEG-M	69
Figura 11 – Painéis no site do TCESP.....	70
Figura 12 – Ferramentas do TCESP para promover melhores políticas	72
Figura 13 – Lista exemplificativa de metas e indicadores do ODS 1	76
Figura 14 – Polos acadêmicos e tecnológicos do Estado de São Paulo no mapa brasileiro colorido a partir dos resultados do IDSC 2024	84
Figura 15 – Site da Pontes Gestal.....	87
Figura 16 – Site de Santo Antônio do Pinhal	88
Figura 17 – Site da Cruzália	89
Figura 18 – Site da Pedreira.....	89
Figura 19 – Site de São Manuel	90
Figura 20 – Ranking da cidade de Alfredo Marcondes – IDSC 2024.....	99
Figura 21 – Desempenho por ODS do município de Alfredo Marcondes – IDSC 2024	100
Figura 22 – Indicador ODS 15 – Prefeitura de Alfredo Marcondes – IDSC 2024	100
Figura 23 – Exemplo da 2ª página de um relatório de auditoria do TCESC	101

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – As diferenças entre “implementar” e “localizar” os ODS.....	29
Tabela 2 – Países do G20 no Índice ODS Classificação Mundial.....	42
Tabela 3 – Países da América do Sul no ranking mundial do Índice dos ODS	43
Tabela 4 – Classificação de cores e legendas do IDSC	77

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Nível de cumprimento dos ODS nas cidades brasileiras segundo o IDSC 2024	46
Gráfico 2 – Nível de realização dos ODS nas cidades de SP de acordo com o IDSC 2024	49
Gráfico 3 – Cidades de SP no ranking do IDSC 2024 de acordo com números populacionais	82
Gráfico 4 – Cidades de SP classificadas como “altas” no IDSC 2024, consideradas por PIB per capita.....	83
Gráfico 5 – Cidades de SP classificadas como “altas” no IDSC 2024 no ranking do índice IEG-M	85
Gráfico 6 – Cidades de SP classificadas como “altas” no IDSC 2024 de acordo com a menção no local dos ODS ou da Agenda 2030.....	87

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ATRICON	Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil
EPCP	Escola Paulista de Contas Públicas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICS	Instituto Cidades Sustentáveis
IDSC	Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil
IEG-M	Índice de Efetividade da Gestão Municipal
INTOSAI	Organização Internacional de Instituições Superiores de Auditoria
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
ONU-DESA	Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais
ONU-HABITAT	Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos
ONU-STATS	Divisão de Estatística das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RDS	Relatório de Desenvolvimento Sustentável
RLV	Relatórios Locais Voluntários
RNV	Relatórios Nacionais Voluntários
SAI	Instituições Superiores de Auditoria
SDSN	Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável
TCE	Tribunal de Contas Europeu
TCESC	Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina
TCESP	Tribunal de Contas do Estado de São Paulo
TCU	Tribunal de Contas da União
UE	União Europeia

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	ESTRUTURA DE AVALIAÇÃO E VISÃO GERAL DOS TÓPICOS	23
2.1	O começo da história: linha do tempo e importância dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e da Agenda 2030	23
2.1.1	Impactando globalmente, agindo localmente: a relevância da localização dos ODS nas cidades	27
2.1.2	Acompanhando: medição, avaliação e disseminação da localização dos ODS	33
2.2	A trajetória até agora: os índices para medir e monitorar a implementação e localização dos ODS	36
2.2.1	Análise nacional: a posição do Brasil entre os Estados-membros da ONU, do G20 e da América do Sul	40
2.2.2	Sob medida: o Índice de Desenvolvimento de Cidades Sustentáveis – <i>IDSC</i> – o índice brasileiro para avaliar cidades	43
2.2.3	Análise local: a situação do Estado de São Paulo e dos municípios do interior	46
2.2.4	Barreiras à concretização dos ODS nas cidades e estratégias para as superar	49
2.3	O papel das Instituições de Auditoria no mundo em relação à agenda sustentável	56
2.3.1	A determinação da INTOSAI em rastrear e agir	57
2.3.2	Sistema de auditoria brasileiro	58
2.3.3	Influenciar através de auditoria, capacitação e divulgação	60
2.4	O TCESP (Tribunal de Contas do Estado de São Paulo) como força motriz para a implementação e localização dos ODS no Estado de São Paulo .	63
2.4.1	Ferramentas para melhorar a governança	65
2.4.2	Ferramentas para aprimorar o conhecimento técnico	65
2.4.3	Ferramentas para melhorar a divulgação e o engajamento	69
3	FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS E CONTEXTO DA PESQUISA	73
4	RESULTADOS E CONCLUSÕES	80
4.1	Analisando o mapa dos ODS no Estado de São Paulo	81

4.2	Encontrar ferramentas e estratégias das instituições de auditoria para promover os ODS	91
5	DISCUSSÃO E APLICAÇÕES PRÁTICAS	94
5.1	Proposta de aplicação prática – em relação às cidades e aos formuladores de políticas	94
5.2	Proposta de aplicação prática – referente ao TCESP	97
5.2.1	Auditorias regulares com foco especial	98
5.2.2	Auditorias de performance ou desempenho	102
5.2.3	Criação de capacidades	102
5.2.4	Disseminação de boas práticas.....	103
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
	REFERÊNCIAS	108
	APÊNDICE A – Resultados da análise em cidades de SP, incluindo classificação e pontuação no IDSC, receita / PIB <i>per capita</i> , pontuação no IEG-M, importância dos ODS / Agenda 2030 / desenvolvimento sustentável mostrados no site oficial da cidade	116
	ANEXO A – Índice ODS 2024 - Ranking mundial.....	119
	ANEXO B – Índice ODS 2024 – Perfil do País Brasileiro	126
	ANEXO C – IDSC 2024 – Estado de SP – Ranking das cidades nos ODS..	128
	ANEXO D – IDSC 2024 – Estado de SP – Quadro de indicadores	158

Não deixando nenhuma cidade para trás: o TCESP como propulsor da localização dos ODS nas cidades do Estado de São Paulo

1 INTRODUÇÃO

Em 2024, apenas 17% dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU) estavam em vias de serem concluídos até 2030 (Organização das Nações Unidas, 2024a). A mesma porcentagem se aplicava à regressão. Para o Brasil – um país onde 78 das 91 cidades com melhor desempenho nos ODS estão no Estado de São Paulo – a governança local desempenha um papel decisivo para fechar essa lacuna. No entanto, mesmo o município com a melhor classificação obteve apenas 66,76 pontos em 100, no Índice de Desenvolvimento de Cidades Sustentáveis (IDSC) do Brasil, revelando desafios críticos de implementação.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 representam um compromisso global para enfrentar os desafios econômicos, sociais e ambientais, fornecendo “um projeto compartilhado para a paz e a prosperidade, para as pessoas e o planeta, agora e no futuro” (Organização das Nações Unidas¹). Em 2015, os 193 membros da ONU estabeleceram 17 objetivos, subdivididos em 169 metas, que são medidos por 234 indicadores (UN-STATS ²) para enfrentar os desafios globais urgentes até 2030. Tomando como base os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), o novo acordo ampliava o campo de ação desejável para as nações. O Secretário-Geral da ONU na época, Ki-moon Ban, declarou no primeiro relatório sobre os ODS:

A nova agenda é uma promessa de líderes a todas as pessoas, em todos os lugares. É uma visão universal, integrada e transformadora para um mundo melhor. É uma agenda para as pessoas, para acabar com a pobreza em todas as suas formas. Uma agenda para o planeta, nossa casa comum. Uma agenda para a prosperidade, paz e parceria compartilhadas. Ela transmite a urgência da ação climática. Está enraizada na igualdade de gênero e no respeito aos direitos de todos. Acima de tudo, promete não deixar ninguém para trás. (Relatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável de 2016 – tradução própria³)

¹Disponível em: <https://sdgs.un.org/goals>. Acesso em: 30 de abril de 2025.

²Disponível em: <https://unstats.un.org/sdgs/indicators/indicators-list/>. Acesso em: 5 de maio de 2025.

³Disponível em: <https://unstats.un.org/sdgs/report/2016/The%20Sustainable%20Development%20Goals%20Report%202016.pdf>. Acesso em: 5 de maio de 2025.

Embora os ODS forneçam uma estrutura global, seu sucesso depende da adaptação local. Embora "implementação" e "localização" possam ser vistos como sinônimos, existem algumas diferenças importantes entre os termos em relação a foco, execução, escopo e outros⁴. Ambos visam colocar os objetivos e metas de desenvolvimento sustentável em prática, mas a localização dos ODS é mais específica ou detalhada e envolve a tradução dos objetivos globais de sustentabilidade em políticas, governança e ações locais com base nas necessidades, capacidades e desafios específicos de cidades, regiões ou territórios.

Como os ODS estão interligados e alguns projetos e ações públicas podem afetar diferentes metas e objetivos, a adoção em nível municipal permanece complexa. Estratégias personalizadas e estruturas de governança sólidas são essenciais para garantir a eficácia. Isso envolve a adaptação das metas globais dos ODS às realidades e prioridades locais, garantindo que os objetivos globais sejam traduzidos em ações práticas e baseadas na comunidade. Considerando que muitos desafios dos ODS (por exemplo, redução da pobreza, água potável, educação e infraestrutura) são enfrentados em nível local, a localização eficaz é fundamental para o sucesso da implementação (Guarín; Mori; Zuffada, 2022).

Atualmente, cidades em todo o mundo se encontram em diferentes estágios de adoção dos ODS, com algumas demonstrando progresso significativo, enquanto outras estão atrasadas no cumprimento das metas. "O desempenho na busca pelos ODS é medido por meio de indicadores, que sintetizam uma série de dados e fornecem subsídios para o planejamento e a fiscalização da gestão pública, permitindo o monitoramento do alcance dos ODS" (Costa; Fernández, 2023, p. 2, tradução própria). No Brasil, os municípios, como os paulistas, por exemplo, apresentam disparidades no alcance dos ODS, quando avaliados por índices como o *Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades* (IDSC).

Apesar dos esforços, muitas cidades enfrentam barreiras sistêmicas, incluindo pouca conscientização sobre o assunto, falta de conhecimento técnico, recursos financeiros limitados, governança fragmentada e engajamento público insuficiente,

⁴As diferenças serão mais detalhadas no Capítulo 2. Para não passar *in albis*, o conceito de localização dos ODS pode ser resumido brevemente como "o processo de adaptação e personalização dos ODS e sua tradução em planos e estratégias de desenvolvimento local que se ajustem às necessidades, ao contexto e às prioridades de uma determinada região ou localidade, em coerência com as estruturas nacionais" (ONU, 2024, p. 3, tradução própria).

prejudicando a capacidade de atingir metas globais. Com apenas cinco anos restantes até o prazo de 2030, ações urgentes são necessárias para acelerar o progresso.

As pesquisas existentes sobre a adoção dos ODS frequentemente se concentram em análises nacionais ou macroeconômicas, ignorando os desafios específicos enfrentados pelos governos locais. Além disso, os estudos frequentemente negligenciam o papel das instituições regionais de supervisão e controle externo, como as de auditoria, na promoção de práticas sustentáveis. Essas lacunas limitam a compreensão de como os órgãos de auditoria podem influenciar a governança municipal para o alinhamento com a Agenda 2030.

Quanto aos órgãos de auditoria, “no contexto brasileiro, os 33 Tribunais de Contas dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal (TCs) compõem a rede de controle da administração pública” (Lino; Aquino, 2018, p. 2, tradução própria). Essas instituições fazem parte do Poder Legislativo e, apesar de serem denominadas “Tribunais”⁵, não possuem função judiciária. No entanto, seu papel não é diminuído de forma alguma, pois, ao monitorar e orientar os gestores públicos, responsabilizam os governos e podem influenciar a tomada de decisões em direção a melhores políticas públicas. Estes Tribunais compartilham similaridades funcionais com outros órgãos de supervisão externa em todo o mundo, como o Government Accountability Office (GAO) dos EUA, na avaliação do cumprimento das conformidades legais, na auditoria dos gastos públicos e promovem a transparência na administração pública. Essas funções as tornam atores importantes no avanço dos princípios de governança, centrais para a Agenda 2030.

Com relação às realidades locais, o Estado de São Paulo, uma das regiões mais desenvolvidas socioeconomicamente e com mais recursos do Brasil, concentra 78 dos 91 municípios melhor classificados em termos de localização dos ODS. No entanto, mesmo a cidade com melhor desempenho no ranking alcançou apenas 66,76 pontos em 100 na avaliação do índice. Isso sugere um espaço significativo para melhorias, reforçando a necessidade de uma análise mais aprofundada.

Desta forma, com foco nos municípios paulistas e na instituição de auditoria responsável por sua fiscalização, este estudo aborda uma lacuna crítica na literatura,

⁵ O termo “Tribunal”, utilizado em diversas Entidades Fiscalizadoras de origem latina, advém do fato de suas decisões serem tomadas em conjunto por um grupo de Conselheiros ou Ministros, e não por um poder jurídico. “O termo tribunal pressupõe um órgão colegiado” (Chaves, 2009, p. 20 *apud* Martins *et al.*, 2018, p. 34).

investigando o papel potencial que o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP) pode ter em impulsionar as cidades paulistas a aprimorar a adoção dos ODS. Além das contribuições teóricas, a pesquisa possui relevância prática para a governança e a administração pública. Seus resultados fornecem insights acionáveis para gestores municipais que buscam alinhar as políticas locais com a Agenda 2030, ao mesmo tempo em que oferecem às Instituições de Auditoria – em particular ao TCESP – estratégias para aprimorar seu papel na promoção do desenvolvimento urbano sustentável. Ao unir a análise acadêmica e a aplicação prática, este estudo busca otimizar o impacto do controle externo na adoção dos ODS.

Primeiramente, considerando a amostra selecionada, o estudo verificou algumas características das cidades paulistas, como porte populacional e PIB *per capita*, proximidade com polos acadêmicos e tecnológicos, saneamento de irregularidades apresentadas em auditorias periódicas do TCESP e a sensibilização e disseminação da ideia de desenvolvimento sustentável. Em seguida, buscou identificar práticas bem-sucedidas com o intuito de fomentar a agenda global perpetrada por Instituições de Auditoria ao redor do mundo e pelo TCESP. A intersecção desses temas procurou elucidar a dinâmica de localização dos ODS e o papel potencial dos órgãos de controle na redução de lacunas entre as aspirações para as políticas públicas e a execução municipal.

Para avaliar se as principais barreiras à localização dos ODS observadas globalmente ocorrem nos municípios paulistas, este estudo empregou uma estrutura analítica multidimensional. Dados secundários – incluindo a densidade demográfica do índice IDSC – foram analisados para avaliar as condições de base. A capacidade fiscal foi examinada por meio de informações governamentais sobre o PIB, revelando os recursos financeiros disponíveis para a implementação de políticas públicas. A análise do mapa de SP permitiu verificar a proximidade das cidades aos principais polos acadêmicos e tecnológicos, determinando o acesso à expertise e à inovação, para poder fazer frente às limitações estruturais em capacidades técnicas e de conhecimento. Um exame mais aprofundado se concentrou na capacidade de resposta dos governos municipais às ineficiências recorrentes, acessando dados públicos (do IEG-M – Índice de Efetividade da Gestão Municipal), relacionando problemas previamente diagnosticados e relatados pelo TCESP, nos últimos anos. Por fim, para avaliar a conscientização sobre os princípios do desenvolvimento

sustentável, o estudo conduziu uma revisão qualitativa de sites oficiais municipais, avaliando em que medida as iniciativas relacionadas aos ODS foram divulgadas publicamente. Essa abordagem forneceu insights tanto sobre a priorização institucional da Agenda 2030 quanto sobre os níveis mais amplos de engajamento entre autoridades públicas e cidadãos.

Para investigar como o TCESP pode efetivamente enfrentar os desafios atuais e apoiar as cidades na promoção do desenvolvimento sustentável, este estudo analisou a literatura sobre iniciativas exemplares empreendidas por Instituições de Auditoria em todo o mundo. Esses casos demonstraram como os órgãos de auditoria facilitaram o progresso rumo à adoção plena dos ODS por meio de diversas abordagens. Notavelmente, as intervenções do próprio TCESP foram destacadas, visto que suas iniciativas anteriores já contribuíram para melhorias mensuráveis na governança local e nos resultados comunitários.

Ao sintetizar duas áreas-chave de investigação – (1) os principais desafios enfrentados pelas cidades de São Paulo para promover a adoção local dos ODS e (2) as ferramentas e estratégias empregadas globalmente pelas Instituições de Auditoria para promover a Agenda 2030 – este estudo aborda a questão central da pesquisa: como as Instituições de Auditoria, em particular o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP), podem fomentar a localização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nos municípios? O objetivo é identificar lacunas críticas que dificultam os esforços locais de desenvolvimento sustentável, propondo mecanismos acionáveis por meio dos quais as Instituições de Auditoria possam fortalecer as capacidades municipais, aprimorar a responsabilização e acelerar o progresso em direção à Agenda 2030 – garantindo a inclusão e não deixando nenhuma cidade para trás.

Esta pesquisa fornece insights para acadêmicos, formuladores de políticas e órgãos de controle externo, destacando os desafios que outras regiões podem enfrentar na implementação dos ODS e discutindo mecanismos e estratégias que demais instituições de auditoria podem usar para impulsionar os auditados em direção à adoção total da Agenda 2030. Além disso, este estudo é relevante, pois busca preencher a lacuna entre as estruturas teóricas e a governança prática, oferecendo proposições sobre como os órgãos de auditoria podem promover o desenvolvimento sustentável em nível local.

Enraizada em ensinamentos teóricos sobre implementação e localização dos ODS, e analisando os dados do IDSC e as ferramentas do TCESP, a pesquisa visa propor estratégias acionáveis para fortalecer os ODS nas cidades, contribuindo, em última análise, para a agenda global de sustentabilidade.

Esta dissertação está estruturada da seguinte forma: após esta introdução, o Capítulo 2 fornece uma ampla visão geral dos ODS, sua mensuração e avaliação por meio de índices em todo o mundo, porém, à medida em que a análise avança, o foco gradualmente muda para um exame mais detalhado das cidades brasileiras e, especialmente, das cidades do Estado de São Paulo. Ao mesmo tempo, o Capítulo 2 apresenta uma visão ampla das práticas de auditoria relacionadas ao desenvolvimento sustentável, explorando a literatura e as estruturas existentes relacionadas à auditoria do setor público na Agenda 2030. Começando com as Entidades Fiscalizadoras Superiores ao redor do globo, o estudo detalha o sistema de auditoria brasileiro específico, restringindo-o aos Tribunais de Contas regionais, particularmente o TCESP, explorando diversas ferramentas que o Tribunal possui para abordar seus auditados. Essas transições pavimentam o caminho e servem de base para a análise feita, permitindo um mergulho mais profundo na situação do mundo real para explorar os ODS nas cidades paulistas.

A seguir, o Capítulo 3 descreve as limitações enfrentadas e as fronteiras escolhidas para esta dissertação, e apresenta as etapas metodológicas adotadas, bem como as características do índice escolhido para embasar as análises: o Índice de Desenvolvimento de Cidades Sustentáveis – IDSC. As etapas discutidas neste capítulo tornam o processo de pesquisa transparente e replicável, permitindo sua reprodução ou adaptação por outros Tribunais de Contas.

Ato subsequente, o Capítulo 4 examina dados para identificar características urbanas dos municípios com melhor classificação em SP, de acordo com o IDSC, o índice específico que examina todas as cidades brasileiras em relação às ações de desenvolvimento sustentável. Após verificar dados genéricos como o tamanho da população e o PIB *per capita*, o estudo se concentra em aspectos específicos como a forma como essas cidades abordam o tema dos ODS em sua página oficial e seu desempenho no Índice de Efetividade da Gestão Municipal do TCESP, bem como sua proximidade com regiões com estrutura acadêmica e tecnológica. Em relação às ações das Instituições de Auditoria, o estudo verifica diferentes abordagens que os

órgãos de auditoria adotaram ao redor do mundo, com o objetivo de fomentar a adoção dos ODS. Além disso, o capítulo destaca ações e ferramentas que o TCESP já utilizou, no passado, para promover a conformidade e a governança em outros temas importantes, como a Covid-19.

Por meio dessa análise, no Capítulo 5, o estudo extrai observações teóricas e propõe abordagens práticas para aprimorar a adoção dos ODS nas cidades. Essas estratégias, projetadas para aprimorar a localização dos ODS, enfatizam a escalabilidade e a adaptabilidade, garantindo que sua potencial aplicação se estenda além do contexto regional imediato. Os resultados buscam conectar pesquisa e prática, oferecendo soluções transferíveis para promover o desenvolvimento urbano sustentável.

Por fim, o Capítulo 6 sintetiza os resultados da pesquisa, apresentando as principais conclusões e recomendações práticas para aprimorar a localização dos ODS nas cidades e a auditoria focada na Agenda 2030. A discussão reconhece as limitações e restrições do estudo, ao mesmo tempo em que propõe futuras direções de pesquisa para fornecer ferramentas aos gestores locais para promover os objetivos da ONU, bem como para aprimorar a compreensão do papel da auditoria do setor público no desenvolvimento sustentável. Esses caminhos visam abordar os desafios emergentes na localização e fiscalização dos ODS, contribuindo tanto para o discurso acadêmico quanto para as estruturas práticas.

2 ESTRUTURA DE AVALIAÇÃO E VISÃO GERAL DOS TÓPICOS

Este capítulo descreve os conceitos teóricos e as principais discussões acadêmicas relacionadas ao desenvolvimento sustentável e a abordagem que os Tribunais de Contas estão dando ao tema em todo o mundo, focando especialmente no campo de atuação da autora: o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP).

Primeiramente, apresenta-se uma breve retrospectiva sobre o tema do desenvolvimento sustentável globalmente, nas últimas décadas, e sua evolução, abordando os indicadores que permitiram monitorar se as metas estão sendo alcançadas. Na próxima seção, revisa-se a literatura de diversos lugares do mundo sobre a evolução do papel das Instituições de Auditoria em relação aos ODS, abordando as maneiras pelas quais as práticas de auditoria podem ser ampliadas para incluir a análise, a avaliação e a promoção do tema do desenvolvimento sustentável, que está em constante crescimento. Em seguida, mas ajustando o foco ao objeto de estudo, o capítulo fornece uma visão geral das ações do TCESP para abordar os ODS, tanto internas, quanto externas – em seus auditados. Essas seções estabelecem as bases para a compreensão de como as cidades do estado de São Paulo estão lidando com os ODS e como o TCESP pode ser uma força motriz para o necessário avanço do tema.

2.1 O começo da história: linha do tempo e importância dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e da Agenda 2030

Sustentabilidade é uma palavra que a humanidade vem debatendo há alguns anos. Trata-se de encontrar o equilíbrio entre três dimensões diferentes e alcançar justiça social (sustentabilidade social), preservação ambiental (sustentabilidade ambiental) e prosperidade econômica (sustentabilidade econômica), ao mesmo tempo.

Em 2015, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e a Agenda 2030 emergiram como um compromisso internacional, decorrente de uma evolução dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), trazendo uma abordagem mais

abrangente e integrada (TCESP, 2023). Acordos internacionais de 2000 até o presente demonstram um esforço deliberado para refinar objetivos, ampliar o escopo de intervenção e aprimorar múltiplas dimensões do bem-estar humano. Essa mudança reflete um crescente reconhecimento da necessidade de estratégias abrangentes para alcançar o desenvolvimento sustentável e equitativo em todo o mundo. A Figura 1 ilustra os principais acordos internacionais estabelecidos no século XXI e algumas das estruturas históricas que demonstram o compromisso global com o desenvolvimento sustentável:

Figura 1– A evolução do desenvolvimento sustentável no século XXI



Fonte: Elaboração própria usando IA.

A Agenda 2030, adotada por todos os países membros da Organização das Nações Unidas (ONU), baseia-se em 17 objetivos de desenvolvimento sustentável, subdivididos em 169 metas subjacentes. O progresso na adoção dos objetivos e metas é medido por meio de um conjunto de indicadores globais de monitoramento de desempenho, atualizados periodicamente⁶.

⁶ Lista completa de indicadores do Índice ODS disponível em <https://unstats.un.org/sdgs/indicators/indicators-list/>. Acesso em: 24 de maio de 2025.

Figura 2– O logotipo tradicional da ONU para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



Fonte: ONU Brasil

O acordo global não é obrigatório, embora “todos os 193 Estados-membros da ONU tenham se comprometido a aderir aos ODS e a relatar o progresso nacional alcançado em direção à sua realização” (Guiry, 2024, p. 4, tradução própria). Apesar dos ODS não constituírem obrigações vinculativas, alguns fatores são destacados como motivadores para a adoção da Agenda: “o papel do direito, em particular o direito internacional e transnacional, a legitimidade da estrutura, a noção de reciprocidade, as preocupações com a reputação, o interesse nacional e o dever moral de enfrentar os desafios globais compartilhados do desenvolvimento sustentável” (Guiry, 2024, p. 1, tradução própria).

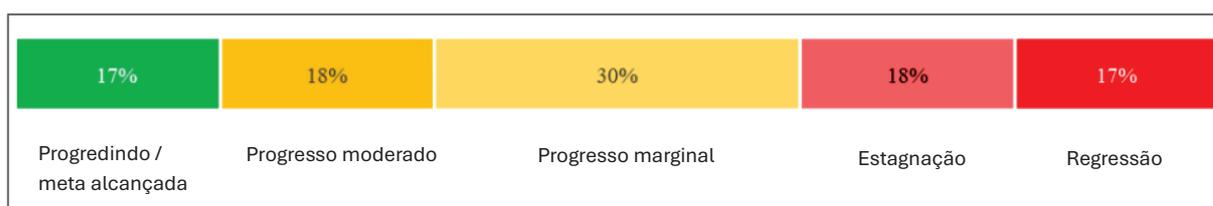
Portanto, a adoção dos ODS não se caracteriza como uma obrigação legal ou passível de sanções financeiras, por si só, mas é um trabalho de conscientização, convencimento e engajamento de lideranças e da sociedade civil, ao longo do tempo. O pacto global não compromete a autonomia de cada nação, região ou cidade para agir, mas desperta a consciência de que as consequências das ações podem afetar a todos.

Dos quinze anos que os países tiveram para implementar a Agenda 2030, dois terços já se passaram. Embora alguns progressos tenham sido feitos, como a redução

da pobreza extrema⁷ ou o aumento do acesso a escolas e educação em várias partes do globo, ainda há alguns obstáculos a serem superados e muito a ser alcançado, uma vez que desafios como a fome e a desigualdade permanecem. Nas palavras de Antônio Guterres, Secretário-Geral da ONU, expressas no Relatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2023⁸, “A menos que ajamos agora, a Agenda 2030 se tornará um epitáfio para um mundo que poderia ter sido” (tradução própria). De acordo com o último relatório publicado pelo Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais da ONU, o Relatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2024, tem-se que algumas metas e objetivos foram paralisados nos últimos anos devido a crises globais, como pandemias, conflitos geopolíticos e crescente caos climático.

A avaliação de progresso de 2024 revela que o mundo está gravemente distante do cumprimento da Agenda 2030. [...] de 135 metas com dados de tendências e insights adicionais de agências custodiantes, apenas 17% estão progredindo conforme o esperado para 2030. Quase metade (48%) apresenta desvios moderados a severos da trajetória desejada, com 30% apresentando progresso marginal e 18% indicando progresso moderado. De forma alarmante, 18% estagnaram e 17% regrediram abaixo dos níveis de referência de 2015 (Nações Unidas, 2024^a, tradução própria).

Figura 3– Avaliação geral do progresso em relação às metas com dados de tendências, 2024 ou os dados mais recentes



Fonte: Relatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2024, tradução própria.

Como Guterres enfatizou no lançamento *online* do relatório anual de 2024⁹, “sem um investimento massivo e uma ação ampliada, a concretização dos ODS – o projeto para um mundo mais resiliente e próspero e o roteiro para sair das atuais crises globais – permanecerá ilusória” (tradução própria).

⁷ Segundo a ONU (2015), antes do início dos ODS, a pobreza extrema havia sido reduzida de 36% para 10%. No entanto, o movimento de queda foi afetado pela pandemia de Covid-19 (UNSD, 2024), fazendo com que o percentual atingisse 8,5%, em 2024, segundo o Grupo Banco Mundial (2024).

⁸ Disponível em: <https://unstats.un.org/sdgs/report/2023/The-Sustainable-Development-Goals-Report-2023.pdf>. Acesso em: 05 de maio de 2025.

⁹ Disponível em: <https://unstats.un.org/sdgs/report/2024/>. Acesso em 30 de março de 2025.

Em todo o mundo, os benefícios da implementação dos ODS são óbvios, começando pela erradicação da pobreza, tirando bilhões da pobreza extrema, a prevenção de mudanças climáticas extremadas e a ocorrência de desastres naturais, a promoção da paz mundial, reduzindo a violência e o fortalecimento das instituições democráticas.

Como membro da ONU e signatário da Agenda 2030, o Brasil se comprometeu a implementar os ODS dentro do prazo estipulado. Além de cumprir um acordo internacional, esse processo apresenta benefícios nacionais substanciais. O avanço dos ODS no Brasil oferece uma oportunidade estratégica para enfrentar as persistentes desigualdades sociais históricas e promover um desenvolvimento nacional mais equilibrado, bem como aumentar a segurança alimentar, atrair investimento em uma economia verde e garantir a gestão sustentável dos extensos recursos naturais do país.

Além disso, a implementação dos ODS promove maior transparência institucional e responsabilidade pública, mitigando a corrupção e as ineficiências dentro das instituições governamentais. No contexto brasileiro, a adoção de políticas alinhadas aos ODS poderia melhorar substancialmente a qualidade de vida da população.

2.1.1 Impactando globalmente, agindo localmente: a relevância da localização dos ODS nas cidades

Um aspecto crucial para atingir os ODS reside na sua adoção a nível local, onde o impacto direto na vida das pessoas é mais evidente. Embora os ODS forneçam uma ampla estrutura global para o desenvolvimento sustentável, o seu sucesso depende da eficácia com que são traduzidos em políticas, programas e iniciativas a nível municipal e regional.

Mais do que implementar os ODS, é necessário localizar os objetivos e metas, o que significa “o processo de cascatear sua implementação e monitoramento do nível global para o nível local de governo” (ONU-HABITAT, 2015 *apud* Guarini; Mori; Zuffada, 2022, p. 590, tradução própria).

A implementação dos ODS refere-se à operacionalização de metas globais em políticas, programas e ações concretas em nível nacional e subnacional. Esse

processo frequentemente envolve o alinhamento dos planos de desenvolvimento existentes com os ODS, o estabelecimento de indicadores mensuráveis e a mobilização de recursos para atingir as metas. No entanto, a implementação tende a se concentrar em medidas técnicas e administrativas, como análises de lacunas e definição de metas, sem necessariamente adaptar as metas aos contextos locais ou envolver partes interessadas mais amplas.

Em contraste, a localização vai além da mera implementação, enfatizando a adaptação contextual dos ODS às realidades, prioridades e estruturas de governança locais. Envolve uma abordagem participativa que envolve governos locais, sociedade civil e comunidades na tradução de objetivos globais em estratégias localmente relevantes. Como argumentam Jönsson e Bexell (2021, p. 184), a localização é um "processo pelo qual decisões políticas em nível global são adotadas por instituições políticas em níveis inferiores e integradas às ambições políticas dessas instituições" (tradução própria). Essa distinção é ainda mais enfatizada por Ciambra. *et al.* (2023, p. 1), que observam que a localização requer "definir, implementar e monitorar estratégias em nível local" (tradução própria), ao mesmo tempo em que aborda dinâmicas sociopolíticas singulares. Assim, enquanto a implementação é um processo técnico de cima para baixo, a localização é uma abordagem de baixo para cima, politicamente inserida, que garante que os ODS ressoem com as necessidades e os atores locais.

A Tabela 1 destaca as principais diferenças entre os dois conceitos.

Tabela 1– As diferenças entre “implementar” e “localizar” os ODS

Aspecto	Implementação dos ODS	Localização dos ODS
Definição	Execução de políticas alinhadas aos ODS em nível nacional/global.	Adaptação dos ODS aos contextos e prioridades locais.
Escopo	Nacional ou internacional.	Local, municipal ou comunitário.
Abordagem	De cima para baixo: liderada por governos nacionais.	De baixo para cima: liderada por atores locais.
Objetivo	Alcançar as metas globais da Agenda 2030.	Alinhar os objetivos globais às necessidades locais.
Orientação de Políticas	Setorial e estratégica em nível nacional.	Integrada aos planos e orçamentos locais.
Atores Envolvidos	Órgãos nacionais, ministérios.	Autoridades locais, cidadãos, sociedade civil.
Dados e Indicadores	Utiliza dados em nível nacional.	Utiliza dados desagregados e locais.
Desafios	Coordenação e coerência entre setores.	Limitações de recursos e capacidades locais.
Monitoramento e Avaliação	Estatísticas nacionais e relatórios globais.	Relatórios <u>Locais Voluntários</u> , <u>métricas comunitárias</u> .
Foco nos Resultados	Cumprimento das metas nacionais.	Impacto local e <u>desenvolvimento comunitário</u> .

Fonte: Elaboração própria usando IA.

Considerando que a ONU utiliza o termo “localização” desde o início da vigência da Agenda 2030, a terminologia será utilizada nesta dissertação como “o processo de adaptação e personalização dos ODS e sua tradução em planos e estratégias de desenvolvimento local que se ajustem às necessidades, ao contexto e às prioridades de uma determinada região ou localidade, em coerência com as estruturas nacionais” (UN-DESA; UN-HABITAT; PNUD, 2024, p. 2, tradução própria) e o subsequente monitoramento da adoção de ações.

Com o conceito em mente, e “porque os ODS não são juridicamente vinculativos, é importante discutir como localizar essas metas, ou seja, como os GLs (governos locais) podem liderar a implementação das metas dos ODS em nível local” (Guarini; Mori; Zuffada, 2022, p. 585, tradução própria).

As cidades, como centros de atividade econômica, diversidade social e desafios ambientais, desempenham um papel fundamental nesse processo. Com mais da metade da população mundial residindo em áreas urbanas – um número que deverá aumentar nas próximas décadas – o desenvolvimento urbano sustentável é essencial para o cumprimento das metas globais. Se considerarmos que “as cidades representam metade da população mundial e dois terços da economia global, podemos afirmar com segurança que os ODS foram adotados em um mundo urbano.

É por essa razão que a ação em nível municipal é crucial, e a probabilidade de sucesso dos ODS é consideravelmente maior se os governos locais e regionais forem suficientemente capacitados” (Woodbridge, 2015, p. 1, tradução própria).

A população urbana brasileira é ainda maior: 87% dos brasileiros vivem em cidades, segundo o último censo (Agência IGBE, 2024). Considerando esses números, é importante estudar o papel vital das cidades e dos governos locais na promoção de mudanças sustentáveis, abordando como estratégias localizadas podem acelerar o cumprimento da Agenda 2030.

Municípios e governos locais estão no radar de diversos acadêmicos e estrategistas para o desenvolvimento sustentável há muito tempo. Mesmo antes do estabelecimento da Agenda 2030, quando o mundo ainda debatia os ODM, as opiniões eram as seguintes:

No fim das contas, as cidades estão no centro de todos e cada um dos maiores desafios que enfrentamos: clima, poluição e energia; empregos e oportunidades econômicas; pobreza e desigualdade; sustentabilidade e resiliência; coibir a violência e garantir a segurança pessoal; acelerar a disseminação da liberdade pessoal, tolerância e democracia; e, claro, gastar trilhões e trilhões de dólares em infraestrutura, moradia e serviços urbanos da maneira mais eficaz (Flórida, 2014, p. 2, tradução própria).

Woodbridge (2015, p. 3, tradução própria) resumiu “se as cidades mudam, o mundo também muda” e explicou que:

Considerando que a urbanização é agora um processo em escala global, o futuro do planeta depende de como as cidades crescem, funcionam e respondem ao estresse. Ao implementar o desenvolvimento urbano corretamente, as cidades podem acelerar o progresso rumo ao alcance dos ODS, criando empregos e oferecendo melhores condições de vida; melhorando a inclusão social; promovendo a dissociação entre padrões de vida e desenvolvimento econômico e o uso de recursos ambientais; protegendo ecossistemas locais e regionais; aliviando a pobreza urbana e rural; e reduzindo drasticamente a poluição e as emissões de gases de efeito estufa. Como os impactos globais das mudanças climáticas são mais visíveis localmente, as cidades servirão como indicadores do progresso no cumprimento dos ODS.

Em 2019, o Primeiro Vice-Presidente da Comissão do Comitê Europeu das Regiões afirmou que a “análise mostra que 65% das 169 metas dos ODS não podem ser alcançadas sem a consulta ou o envolvimento das regiões e das cidades” (Abramavicius, 2019, p. 19, tradução própria).

A localização dos ODS pode exigir esforços coletivos, mas é a melhor maneira de garantir que os profissionais da sustentabilidade atendam diretamente às necessidades das populações urbanas, criando um futuro mais equitativo e resiliente. O sucesso da Agenda 2030 depende da capacidade das cidades de transformar metas globais em realidades locais.

Teoria da Mudança:

Se cidades:

- Ter metas de desenvolvimento claramente definidas e baseadas em evidências para 2030 e entender seu status básico de cumprimento dessas metas por meio de ferramentas de dados urbanos;
- Conhecer as ações e investimentos necessários para atingir essas metas;
- Ter o apoio necessário para desenvolver capacidades-chave (gestão de dados, política, planejamento, governação, financiamento);
- São capazes de elaborar projetos que tenham impacto significativo nos ODS;
- São capazes de combinar fontes de financiamento público e privado para garantir impacto em escala;
- Ter meios para medir a contribuição destas ações e investimentos para as suas metas; e ser capaz de reconhecer o progresso na concretização dos ODS; e
- São capazes de compartilhar seus conhecimentos e experiências com cidades semelhantes,

Eles estarão equipados para enfrentar seus desafios, melhorar a qualidade de vida de seus habitantes e ajudar a impulsionar a conquista do desenvolvimento sustentável global. (ONU-HABITAT, tradução própria)

O que antes era considerado uma iniciativa desejável, após uma década de vigência da Agenda 2030, tornou-se um passo fundamental para alcançar a sustentabilidade global: a localização dos ODS no âmbito municipal. Como lar da maioria da população mundial, as cidades estão na vanguarda dos desafios econômicos, sociais e ambientais. Embora enfrentem inúmeros obstáculos, elas também oferecem oportunidades únicas para o avanço do desenvolvimento sustentável. Nesse contexto, os governos locais emergem como atores-chave no cumprimento dos compromissos da Agenda 2030.

Várias cidades ao redor do mundo estão adaptando metas globais para atender às realidades e prioridades locais. Diante da má qualidade do ar, Santiago (Chile) tomou medidas como a conversão de 30% de sua frota de ônibus em veículos elétricos, entre outras, reduzindo em 70% os dias com má qualidade do ar, ao longo

de uma década (ODS 3, 11 e 12); a Cidade do Cabo (África do Sul) facilitou o acesso dos cidadãos à informação e melhorou a qualidade de vida, fornecendo wi-fi no transporte público e usando dados em tempo real para combater problemas de vigilância e reduzir o tempo de resposta a emergências (ODS 9 e 16) (Edmond, 2024). Entre as cidades mais bem classificadas do mundo, iniciativas sustentáveis são ainda mais fáceis de encontrar: Gotemburgo (Suécia), por exemplo, ajuda a reduzir as emissões de carbono investindo em ciclovias e áreas para carregamento de veículos elétricos (ODS 7 e 11); Oslo (Noruega) vai além do investimento em opções verdes de transporte – também indica, no site turístico da cidade, restaurantes que receberam Estrela Verde Michelin por práticas sustentáveis e hotéis que utilizam energia renovável¹⁰ (ODS 2, 7 e 12).

Os municípios podem buscar orientação mútua sobre suas realizações e obter roteiros de implementação e monitoramento por meio de *benchmarking*. Além disso, como a Agenda 2030 é um compromisso internacional, diversas instituições ao redor do mundo fornecem e divulgam guias, manuais e outros documentos para facilitar a implementação, localização, mensuração e análise dos ODS. Podemos citar os seguintes exemplos:

- a) “Roteiro para a localização dos ODS: implementação e monitorização a nível subnacional” (de Força-Tarefa Global de Governos Locais e Regionais, PNUD e ONU-Habitat) ¹¹;
- b) “Guia para a localização e integração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”, um dos 4 guias da série “Localização dos ODS: Seu Município Ajudando a Transformar o Mundo” ¹² (de ONU-ODS Brasil, PNUD Brasil e Petrobras) ¹³;
- c) “Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: o que os governos locais precisam saber” (de Cidades e Governos Locais Unidos)¹⁴.

¹⁰Disponível em: <https://www.bbc.com/travel/article/20240402-five-standout-cities-making-the-world-a-better-place>. Acesso em: 5 de maio de 2025.

¹¹Disponível em: https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/commitments/818_11195_commitment_R_OADMAP%20LOCALIZING%20SDGS.pdf.

¹²Informações sobre a série estão disponíveis em: <https://www.undp.org/pt/brazil/news/pnud-e-petrobras-lancam-coletanea-de-territorializacao-dos-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel>.

¹³Disponível em: <https://www.undp.org/sites/g/files/zskgke326/files/migration/br/d2b759d4cd785cb56fe02b71ef766fb10d0c1bc8fa58fc61444ac68ab6b7db84.pdf>.

¹⁴Disponível em: https://www.uclg.org/sites/default/files/the_sdgs_what_localgov_need_to_know_0.pdf.

Além disso, governos locais e regionais podem se beneficiar de organizações internacionais formadas com o propósito de cumprir um dos lemas da Agenda 2030 – "não deixar ninguém para trás", como o ODS Cidades¹⁵. Como explica sua página na web, o ODS Cidades é "uma iniciativa global que libera o potencial das cidades para acelerar o desenvolvimento sustentável e melhorar o bem-estar de todos. Seu objetivo é responder e gerar demanda entre as cidades para buscar a realização dos ODS durante a Década de Ação (2020-30)" (tradução própria). Essa iniciativa, liderada pela ONU-Habitat, fornece orientação e financiamento por meio da cooperação internacional para apoiar o desenvolvimento urbano sustentável.

No entanto, implementar diversas ações sustentáveis sem monitorar seu desenvolvimento representa um risco de desperdício de tempo, esforços e recursos financeiros. É por isso que avaliar, ajustar, recalibrar e aprimorar ações é tão importante para alcançar a eficácia. Por este motivo, este é o tema da próxima seção.

2.1.2 Acompanhando: medição, avaliação e disseminação da localização dos ODS

Medição e avaliação são componentes integrais do ciclo de políticas públicas, contribuindo para sua eficácia e manutenção. Sem uma compreensão clara do progresso atual, das conquistas e das áreas que precisam de melhorias, torna-se difícil para formuladores de políticas e partes interessadas avaliar os resultados ou tomar decisões informadas sobre ações futuras. O reconhecimento dos resultados e a identificação dos ajustes necessários dependem de uma abordagem estruturada de monitoramento e avaliação. Se é crucial para uma ampla compreensão de um cenário regular, torna-se vital quando se busca uma conquista global.

A rápida urbanização global destaca a necessidade de monitorar os ODS localizados nas cidades, especialmente considerando a projeção de que 70% da população mundial residirá em áreas urbanas até 2050 (ONU-HABITAT). O monitoramento contínuo é uma medida virtuosa e necessária após a localização das metas de desenvolvimento sustentável. Ele permite a avaliação do progresso, a identificação de áreas que requerem atenção e a implementação de ajustes oportunos para garantir um avanço eficaz e sustentado em direção às metas.

¹⁵ Disponível em: <https://www.sdg-cities.org/>.

No entanto, as cidades frequentemente enfrentam desafios significativos no desenvolvimento e na manutenção de sistemas eficazes de monitoramento dos ODS. Muitos governos locais carecem de expertise técnica, recursos financeiros e capacidade institucional para elaborar ou adaptar indicadores adequados. Além disso, os processos de coleta e análise de dados e a conversão de dados financeiros e operacionais em métricas de sustentabilidade significativas apresentam dificuldades adicionais. Manter uma estrutura de monitoramento que garanta consistência para comparações longitudinais agrava esses desafios, especialmente para cidades menores com recursos limitados.

Embora haja uma demanda generalizada por parte das cidades para entender seu desempenho na consecução dos ODS, muitas cidades no mundo todo também precisam de apoio para traduzir dados de desempenho em planos estratégicos e para o desenvolvimento, financiamento e implementação de ações direcionadas que possam acelerar a consecução dos ODS e melhorar o bem-estar de todos (ONU-HABITAT¹⁶, tradução própria).

Respostas eficazes aos desafios globais do desenvolvimento sustentável dependem do acesso a dados robustos e comparáveis. No entanto, municípios que adotam índices e sistemas de monitoramento personalizados correm o risco de fragmentar as estruturas de avaliação da sustentabilidade. Essa falta de padronização não só prejudica a eficácia das iniciativas de monitoramento, como também limita as oportunidades de aprendizado entre cidades e de *benchmarking* comparativo.

O uso de indicadores estabelecidos – particularmente aqueles desenvolvidos pela ONU, de forma independente ou por meio de parcerias – garante confiabilidade metodológica e promove ampla adoção. Índices padronizados servem não apenas como catalisadores para a ação, mas também como mecanismos para transformar dados brutos em informações práticas sobre políticas. Com métricas consistentes, as administrações públicas podem refinar as políticas existentes ou projetar novas intervenções, seja adaptando estratégias de outros municípios ou desenvolvendo soluções personalizadas localmente. Além disso, indicadores uniformes facilitam comparações entre jurisdições, permitindo *benchmarking* e aprendizagem colaborativa entre cidades, regiões e nações. Essas ferramentas externas permitem

¹⁶ Disponível em: <https://unhabitat.org/programme/sustainable-development-goals-cities>. Acesso em: 28 de março de 2025.

relatórios mais consistentes e ajudam a preencher a lacuna entre os objetivos globais e a ação local, aumentando assim a coerência e a responsabilização das políticas (Ciambra *et al.*, 2023).

A avaliação serve como um mecanismo fundamental para aumentar a eficácia das políticas e reforçar a responsabilização institucional. No entanto, a mera realização de avaliações não é suficiente para garantir a transparência e alinhar as ações locais aos compromissos internacionais. Os princípios de transparência e publicidade exigem a divulgação ativa dos resultados das avaliações.

Após a mensuração e avaliação da localização dos ODS em uma região ou município específico – incluindo os ajustes subsequentes de políticas para melhor atingir as metas estabelecidas – os governos devem priorizar a divulgação pública de suas estratégias, ações e resultados. Essa prática não apenas fortalece a responsabilização institucional, mas também facilita a troca de conhecimento entre os municípios e fomenta a participação cívica.

A divulgação de resultados positivos gera benefícios adicionais, incluindo o potencial de inspirar emulação entre outras jurisdições. A divulgação de conquistas pode atrair atenção positiva e investimentos para a região, ao mesmo tempo em que promove a coesão social por meio do maior engajamento da comunidade com partes interessadas públicas, privadas e do terceiro setor. Essa transparência cria um ciclo virtuoso de *benchmarking* e melhoria contínua entre os municípios.

Além disso, comunicar os resultados em linguagem acessível preenche a lacuna entre a governança técnica e a compreensão pública. Ao traduzir as decisões administrativas em impactos comunitários tangíveis, visíveis em escolas, unidades de saúde e espaços públicos, os municípios podem cultivar a apropriação coletiva das metas dos ODS. Essa abordagem transforma objetivos políticos abstratos em experiências relacionáveis, aumentando assim a consciência cívica e o comprometimento com os objetivos de desenvolvimento sustentável.

Governadores locais e regionais podem compartilhar o que foi feito em seus sites, jornais locais, plataformas *online* como o Instagram, em espaços nacionais ou internacionais, físicos ou virtuais. O importante é divulgar as notícias. Institucionalizar a publicação do progresso dos ODS não é apenas uma medida burocrática – é uma medida estratégica para reforçar a confiança pública, estimular a inovação política e contribuir para o intercâmbio global de melhores práticas.

O procedimento é ainda mais importante para gestores públicos que querem que suas boas ações sejam perpetuadas a tempo, uma vez que após uma mudança de liderança devido a novas eleições será mais difícil para o novo governo não dar continuidade a alguma política que toda a comunidade conhece e se importa.

Uma oportunidade internacional para promover ações locais em relação aos ODS é a elaboração de Revisões Locais Voluntárias (RVL). De acordo com a ONU-Habitat (tradução própria), “desde 2016, os países têm relatado seu progresso em relação aos ODS por meio de Relatórios Nacionais Voluntários (RNV) e, mais recentemente, as cidades começaram a preparar Relatórios Locais Voluntários (RVL)”¹⁷.

Apesar da importância global da ONU e do alcance inegável que esse tipo de relatório pode alcançar, os dados mostram que apenas 248 relatórios locais foram produzidos em dez anos, desde o início do projeto da Agenda 2030, considerando todas as cidades, estados e regiões do mundo. Das 248 revisões publicadas no site da ONU¹⁸, apenas 16 são brasileiras. Como enfatizam Ciambra *et al.* (2023, p. 2), os Relatórios Locais Voluntários (RVLs) são instrumentais para "sistematizar monitoramento de localização por meio de dados locais, medições, indicadores e benchmarks", reforçando o papel dos governos locais na governança global da sustentabilidade.

Em última análise, a integração de medições rigorosas, relatórios transparentes e governança colaborativa são essenciais para alinhar as ações locais com as metas globais de sustentabilidade e garantir um progresso inclusivo e de longo prazo. Fundamental para essa abordagem é a utilização de indicadores padronizados e confiáveis que produzam dados comparáveis entre jurisdições, permitindo avaliações significativas do progresso e ajustes políticos informados.

2.2 A trajetória até agora: os índices para medir e monitorar a implementação e localização dos ODS

A importância de mensurar e reportar a implementação dos ODS é crucial não apenas para os governos envolvidos em suas próprias tarefas, mas para o mundo de

¹⁷ Disponível em: <https://unhabitat.org/programme/sustainable-development-goals-cities>. Acesso em: 30 de março de 2025.

¹⁸ Disponível em: <https://sdgs.un.org/topics/voluntary-local-reviews>. Acesso em: 3 de abril de 2025.

maneira geral. Como a Agenda 2030 é um compromisso global, diversas organizações, administrações e empresas ao redor do globo estão desenvolvendo e utilizando índices para obter uma visão mais aprofundada da situação do desenvolvimento sustentável em todo o planeta.

Criada em 2012, a Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável (SDSN) é um grande espaço de compartilhamento de conhecimento para os ODS, trabalhando sob a tutela do Secretário-Geral da ONU. A SDSN desenvolveu um índice que mede o desempenho anual de todos os estados-membros da ONU em relação aos 17 objetivos globais: o “Índice ODS”¹⁹. Com base nos resultados do índice, é publicado anualmente o Relatório de Desenvolvimento Sustentável (SDR), o qual “é consultado *online* mais de 300.000 vezes por ano por governos, pesquisadores, investidores, formuladores de políticas e empresas de consultoria” para “identificar prioridades de ação, entender os principais desafios de implementação, monitorar o progresso, garantir a responsabilização e identificar lacunas que devem ser preenchidas para atingir os ODS até 2030 e além”²⁰.

O desempenho de cada país no alcance das metas sustentáveis é avaliado por meio de mais de 100 indicadores diferentes²¹ relacionados a cada um dos objetivos e metas, como, por exemplo, “taxa de pobreza de US\$ 2,15/dia” (ODS 1), “taxa de mortalidade neonatal (por 1.000 nascidos vivos)” (ODS 3), “pontuação PISA (do pior = 0 ao melhor = 600)” (ODS 4) e “acesso a fontes de água tratada, encanada (% da população urbana)” (ODS 11). O conjunto desses indicadores obtido de fontes governamentais ou de organizações internacionais, como UNICEF, OCDE e World Data Lab, forma a visão geral de como cada país está gerenciando cada ODS. Fornecendo uma pontuação de 0 a 100, o Índice ODS demonstra o quão perto um país está de atingir plenamente as metas sustentáveis, fazendo uma classificação de todos os membros da ONU com dados disponíveis. Os resultados são publicados anualmente no site do SDG Transformation Center²².

¹⁹ Disponível em: <https://sdgtransformationcenter.org/sdgindex>. Acesso em: 3 de abril de 2025.

²⁰ Idem.

²¹ Os ODS são formados por 17 objetivos que são divididos em 169 metas, que são subdivididas em 234 indicadores (UN-STATS), mas nem todos esses indicadores são considerados na metodologia do Índice de ODS. Veja a lista completa em <https://unstats.un.org/sdgs/indicators/indicators-list/>. Acesso em: 24 de maio de 2025.

²² Disponível em: <https://sdgtransformationcenter.org/reports/sustainable-development-report-2024>. Acesso em: 5 de maio de 2025.

Figura 4– Índice ODS 2024: os 10 primeiros países e o Brasil



Fonte: Índice ODS 2024 (ver lista completa no Anexo A)

Juntamente com o Índice ODS, a SDSN adapta e utiliza a mesma metodologia para cidades e áreas metropolitanas, gerando dados e classificando municípios ao redor do mundo. Após analisar dados locais e pontuar cidades, a SDSN publica

relatórios com dados regionais e sub-regionais²³, como, por exemplo, o Relatório de Desenvolvimento Sustentável da Europa, o Índice e Painéis ODS da Região Árabe, o Relatório de Desenvolvimento Sustentável do Benim, o Índice e Painéis ODS da África²⁴ e os Relatórios de Desenvolvimento Sustentável dos Estados Unidos, Paraguai e Uruguai. Entre esses está o brasileiro Índice de Desenvolvimento de Cidades Sustentáveis (IDSC), fonte de dados das cidades de São Paulo estudadas nesta dissertação, que será detalhado na Subseção 2.2.2.

Existem também outros índices e relatórios relacionados a países, continentes ou regiões amplas que abordam temas ou ODS específicos, como:

- a) “Relatório de Monitoramento dos ODS da UE”²⁵: publicado pelo Eurostat (Comissão Europeia), o índice mostra o status de cada objetivo de desenvolvimento sustentável;
- b) “Relatório instantâneo dos ODS da Asean de 2022”²⁶: publicado pela Aseanstat (Divisão de Estatísticas da Associação das Nações do Sudeste Asiático – ASEAN);
- c) “Índice de Desempenho Ambiental (EPI)”²⁷: publicado pela Universidade de Yale, o índice classifica 180 países considerando o desempenho em relação às mudanças climáticas, saúde ambiental e vitalidade dos ecossistemas;
- d) “Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)”²⁸: publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o índice concentra-se nos ODS relacionados com o desenvolvimento humano, como saúde, educação e trabalho/rendimento; e
- e) “Índice Global de Pobreza Multidimensional (IPM)”²⁹: publicado pela Oxford Poverty & Human Development Initiative (OPHI) e pelo PNUD,

²³ Disponível em: <https://sdgtransformationcenter.org/online-library?edition=regional&edition=subnational&type=report>. Acesso em: 3 de abril de 2025.

²⁴ Disponível em: <https://sdgafrica.org/>. Acesso em: 3 de abril de 2025.

²⁵ Disponível em: <https://ec.europa.eu/eurostat/web/sdi/database>. Acesso em: 3 de abril de 2025.

²⁶ Disponível em: <https://www.aseanstats.org/wp-content/uploads/2022/11/The-2022-ASEAN-SDG-Snapshot-Report-b.pdf>. Acesso em: 3 de abril de 2025.

²⁷ Disponível em: <https://epi.yale.edu/>. Acesso em: 3 de abril de 2025.

²⁸ Disponível em: <https://hdr.undp.org/data-center/human-development-index#/indicies/HDI>. Acesso em: 3 de abril de 2025.

²⁹ Disponível em: <https://ophi.org.uk/global-mpi/2024>. Acesso em: 3 de abril de 2025.

este índice mede a pobreza além da renda, incluindo saúde e padrões de vida, ajudando a monitorar os ODS 1 e 10.

Além disso, existem alguns índices fornecidos por empresas privadas que analisam e disseminam dados relacionados a ações urbanas voltadas ao desenvolvimento sustentável. Alguns exemplos são:

- a) Índice de Cidades Verdes³⁰: publicado pela Siemens, o qual analisa cidades selecionadas em relação a questões especificamente ambientais;
- b) Índice de Cidades Sustentáveis da Arcadis³¹: publicado pela Arcadis, o índice avalia os esforços sustentáveis em 100 cidades ao redor do mundo e classifica seu desempenho em 4 dimensões: planeta, pessoas, prosperidade e progresso.

Conforme detalhado nesta seção, existem diversos índices e estruturas de monitoramento em todo o mundo para medir a adoção dos ODS em países, regiões e cidades. Essas ferramentas fornecem dados e proposições essenciais para ajudar governos, formuladores de políticas e a sociedade civil a monitorar o progresso, identificar desafios e aprimorar os esforços para alcançar a Agenda 2030.

Como bem alertado no site da Arcadis, “faltando apenas 2.000 dias para atingir, até 2030, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas”, as informações dos índices voltados para as cidades são “mais vitais do que nunca. Os resultados são claros. Precisamos agir agora para construir um mundo resiliente, justo e sustentável” (tradução própria).

2.2.1 Análise nacional: a posição do Brasil entre os Estados-membros da ONU, do G20 e da América do Sul

O Brasil é um dos maiores e mais populosos países do mundo e tem impacto significativo na implementação dos ODS da ONU, especialmente aqueles

³⁰Disponível em: <https://assets.new.siemens.com/siemens/assets/api/uuid:cf26889b-3254-4dcb-bc50-fef7e99cb3c7/gci-report-summary.pdf>. Acesso em: 3 de abril de 2025.

³¹Disponível em: <https://www.arcadis.com/en/insights/perspectives/global/sustainable-cities-index-2024>. Acesso em: 3 de abril de 2025.

relacionados ao planeta (meio ambiente) e às pessoas. Apesar da clara importância da prosperidade, da paz e da parceria para o desenvolvimento global, são as florestas e a agricultura brasileiras que chamam a atenção mundial, devido ao potencial impacto ao ecossistema e à possibilidade de causar ou agravar as mudanças climáticas extremas que os países enfrentam atualmente. Em relação aos ODS relacionados às pessoas e à sua qualidade de vida, o Brasil desempenha um papel fundamental como o maior e um dos países mais influentes da América do Sul, compartilhando fronteiras com diversas nações, recebendo imigrantes, firmando compromissos, dando exemplos, etc.

De acordo com o Índice ODS, o Brasil ocupa a 52ª posição no ranking, considerando todos os Estados-membros da ONU, acumulando 73,78 de um total de 100 pontos possíveis (veja o ranking completo dos países em 2024 no Anexo A). A análise levou em consideração dados oficiais sobre os diversos indicadores selecionados dentro de cada ODS (tendo sido utilizado o mesmo conjunto para a análise de todos os países) e determinou quais metas apresentaram progresso, estagnação ou regressão. Isso determinou quais objetivos foram alcançados e quais ainda apresentam desafios a serem superados.

Figura 5– Painel Brasileiro dos ODS 2024³²



Fonte: <https://dashboards.sdqindex.org/profiles/brazil>.

³² Veja o Índice ODS 2024 completo – Perfil do País: Brasil – no Anexo B.

Como membro do G20, grupo que reúne as principais economias do mundo, o Brasil ocupa a 11ª posição do ranking, quase 10 pontos atrás da primeira colocada, a Alemanha. A Tabela 2 mostra o ranking com todos os países.

Tabela 2– Países do G20 no Índice ODS Classificação Mundial

Classific.	País	Pontuação
1	Alemanha	83,45
2	França	82,76
3	Reino Unido	82,16
4	Japão	79,87
5	Itália	79,29
6	Canadá	78,83
7	República da Coreia	77,33
8	Austrália	76,88
9	Estados Unidos	74,43
10	Argentina	74,40
11	Brasil	73,78
12	Rússia	73,10
13	China	70,85
14	Turquia	70,47
15	Indonésia	69,43
16	México	69,28
17	Arábia Saudita	64,91
18	Índia	63,99
19	África do Sul	63,44

Fonte: Elaboração própria com base no Índice ODS.

Ao restringir o escopo à América do Sul, os resultados revelam que o Brasil ocupa a quarta posição no ranking regional, atrás do Chile, Uruguai e Argentina, como mostra a Tabela 3. Esse posicionamento persiste apesar da considerável escala geográfica e dos recursos disponíveis no Brasil:

Tabela 3– Países da América do Sul no ranking mundial do Índice dos ODS

Classif.	País	Pontuação
1	Chile	77,82
2	Uruguai	77,09
3	Argentina	74,40
4	Brasil	73,78
5	Peru	71,88
6	Colombia	70,30
7	Equador	70,14
8	Suriname	70,01
9	Bolivia	68,08
10	Paraguai	68,02
11	Guiana	66,73
12	Venezuela	62,46

Fonte: Elaboração própria com base no Índice ODS.

Os dados disponíveis revelam como o Brasil está implementando os ODS em comparação com outros países, indicando áreas claras que necessitam de atenção política e aprimoramento. Nos níveis regional e local, as métricas de desempenho demonstram uma concentração acentuada das cidades brasileiras mais bem classificadas no Estado de São Paulo, o qual representa uma das regiões mais desenvolvidas e economicamente mais ricas do país, sendo o foco deste estudo. Por meio da análise de indicadores municipais no Estado, um índice que avalia especificamente o contexto municipal demonstrará o progresso atual dos ODS em nível subnacional.

2.2.2 Sob medida: o Índice de Desenvolvimento de Cidades Sustentáveis – *IDSC* – o índice brasileiro para avaliar cidades

Como discutido anteriormente, o cumprimento dos compromissos definidos na Agenda 2030 exige uma ação coordenada em todos os níveis de governo, especialmente nos níveis regional, estadual e municipal. A localização dos ODS nas cidades não é apenas uma necessidade estratégica, mas também um elemento fundamental para o sucesso nacional. As cidades, como as menores unidades administrativas com influência direta sobre a vida cotidiana, representam peças do quebra-cabeças essenciais no quadro mais amplo dos ODS. A capacidade das

idades de interpretar objetivos globais por meio de prioridades locais garante que ninguém e nenhum território sejam deixados para trás.

Portanto, é importante mensurar e avaliar as ações sustentáveis dos governos locais e regionais, a fim de adaptá-las, quando necessário, e replicar as boas práticas, quando possível. “O desempenho na busca pelos ODS é medido por meio de indicadores, que sintetizam uma série de dados e fornecem subsídios para o planejamento e o controle da gestão pública, permitindo o monitoramento do alcance dos ODS” (Costa; Fernández, 2023, p. 2, tradução própria).

De acordo com a Seção 2.2 desta dissertação, há um número considerável de índices diferentes ao redor do globo, desenvolvidos por governos, empresas, organizações sem fins lucrativos e outras associações, que analisam procedimentos e projetos sustentáveis em todo o mundo. Alguns comparam países, alguns estudam metas sustentáveis específicas, alguns verificam o desempenho de regiões. Poucos têm cidades como objeto de estudo.

Em março de 2021, uma aliança entre o Instituto Cidades Sustentáveis (ICS) e SDSN criou o Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – BR, o IDSC³³, para mensurar os objetivos e metas da ONU nas cidades brasileiras, por meio de diversos indicadores³⁴. O índice analisou uma amostra de 770 municípios naquele primeiro ano.

A partir de 2022, o índice expandiu seu escopo e passou a medir cada uma das 5.570 cidades do país, e o Brasil se tornou o primeiro país do G20 a monitorar os ODS de todas as suas cidades (SDSN, 2022). O progresso, a estagnação ou o retrocesso dos municípios em relação a diversas metas dos ODS são medidos por dados e estatísticas oficiais, e cada cidade recebe uma pontuação de 0 a 100 pontos. Pontuações mais altas significam melhor desempenho e mais conquistas em relação aos objetivos de sustentabilidade.

“O IDSC-BR oferece uma visão abrangente e integrada das cidades brasileiras em relação a cada um dos ODS. É uma ferramenta criada para incentivar o cumprimento da Agenda 2030 e uma oportunidade para as cidades se alinharem à agenda global mais avançada para o desenvolvimento sustentável” (IDSC³⁵). A

³³ Disponível em: <https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/>. Acesso em: 01 de abril de 2025.

³⁴ Veja a lista completa de indicadores do IDSC no Anexo D.

³⁵ Disponível em: <https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/>. Acesso em: 09 maio 2025.

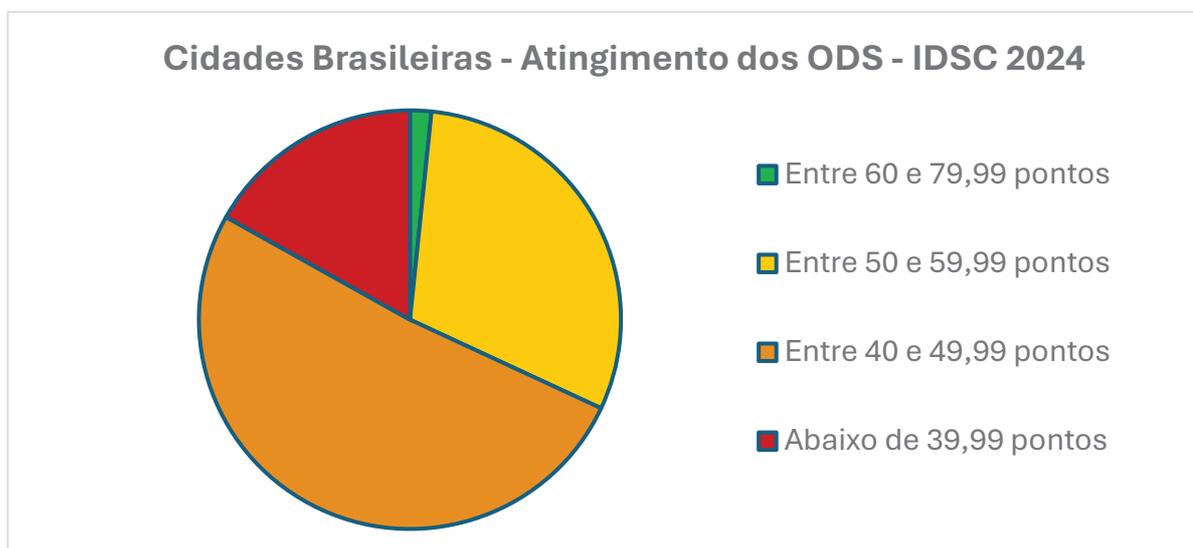
análise dos dados demonstra os pontos fortes e fracos da gestão pública, de acordo com o alcance (ou não) das metas dos ODS.

O índice utiliza 100 indicadores³⁶ para avaliar cada um dos ODS, sendo 98 deles provenientes de fontes oficiais de dados públicos, como IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), DATASUS (Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde) e INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira). Os indicadores temáticos utilizam metadados formais e valores para mensurar, por exemplo, quantos estabelecimentos de agricultura orgânica existem na cidade (ODS 2), a quantidade de adolescentes grávidas (ODS 3) ou a população atendida por saneamento básico (ODS 6) em um município.

Anualmente, um relatório que considera cada ODS é elaborado, abrangendo todas as 5.570 cidades brasileiras, pontuando-as de 0 a 100. Para fins didáticos, as pontuações são representadas em cores diferentes com as seguintes legendas: muito baixa/vermelha – pontuação abaixo de 39,99 pontos; baixa/laranja – entre 40 e 49,99 pontos; média/amarela – entre 50 e 59,99 pontos; alta/verde claro – entre 60 e 79,99 pontos; muito alta/verde escuro – acima de 80 pontos até 100 pontos. Este estudo se concentra nos resultados de 2024, quando apenas 91 (de um universo de 5.570 cidades) atingiram a pontuação verde claro:

³⁶ Veja a lista completa de indicadores do IDSC no Anexo D.

Gráfico 1– Nível de cumprimento dos ODS nas cidades brasileiras segundo o IDSC 2024



Fonte: Elaboração própria com base na classificação do IDSC – 2024.

Os resultados do IDSC 2024 servirão como fonte de dados para analisar padrões de localização dos ODS nos municípios de São Paulo, demonstrando integração avançada ou limitada dos objetivos sustentáveis. Uma análise abrangente da metodologia, dos indicadores e da estrutura de pontuação do IDSC será apresentada no Capítulo 3 para garantir transparência e reprodutibilidade metodológicas.

2.2.3 Análise local: a situação do Estado de São Paulo e dos municípios do interior

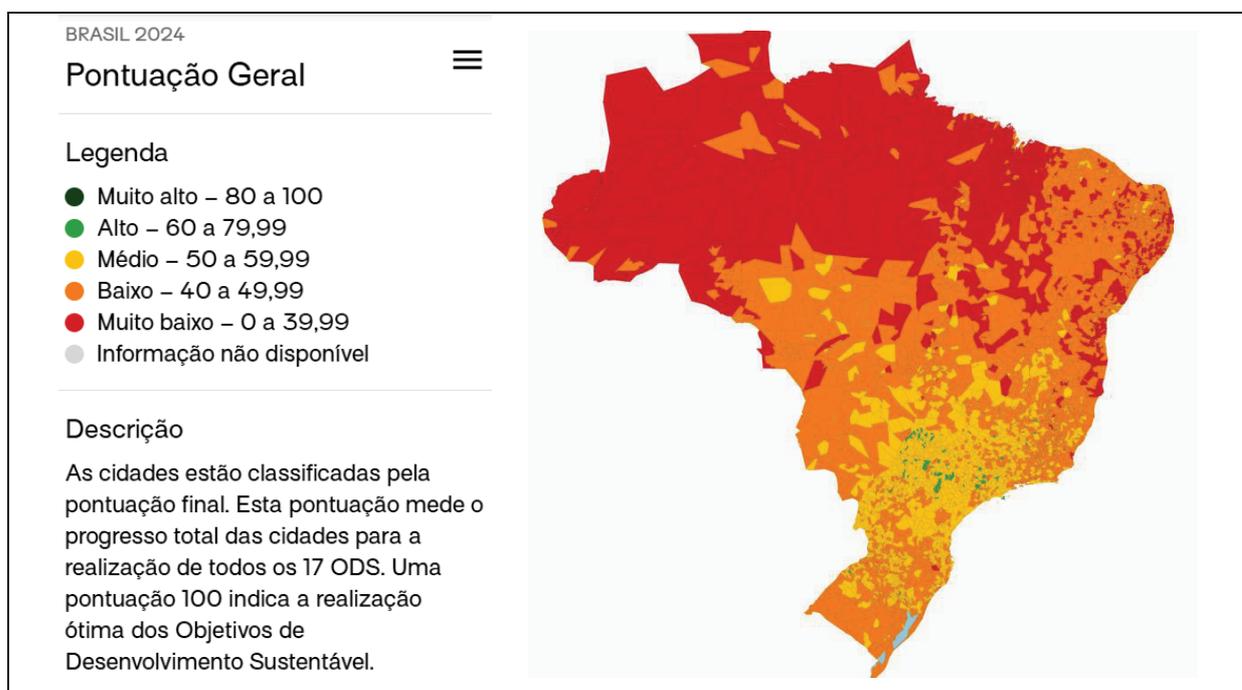
O Brasil, como país, ocupa a 52^a posição no ranking do Índice ODS, que avalia os 193 países-membros da ONU, em 2024. A classificação coloca o Brasil entre o primeiro terço das nações analisadas, dando a impressão de que o governo brasileiro alcançou conquistas sólidas. No entanto, um olhar mais focado em seus governos locais e regionais apontam algumas grandes discrepâncias. Enquanto algumas regiões e estados apresentam avanços e resultados positivos em relação aos ODS, outros demonstram dificuldades para alcançar metade das ações necessárias.

Awalya *et al.* (2024) afirmam que as condições econômicas e institucionais únicas de um território podem impactar o alcance dos ODS, sendo necessário adaptar

algumas abordagens para alcançar resultados mais amplos e melhores. No contexto brasileiro, fatores como características geográficas, desenvolvimento industrial, infraestrutura educacional, recursos naturais e distribuição de renda contribuem para disparidades regionais substanciais nos resultados do desenvolvimento sustentável. Conseqüentemente, o Índice de Desenvolvimento de Cidades Sustentáveis do Brasil (IDSC) apresenta uma estrutura de avaliação mais apropriada do que o Índice Global dos ODS para avaliação em nível municipal, pois incorpora indicadores brasileiros específicos e utiliza fontes oficiais de dados do governo que refletem melhor as condições locais.

A Figura 6 demonstra claramente as diferenças mencionadas entre as regiões brasileiras. O mapa mostra a pontuação geral das cidades (com base em uma escala de 0 a 100 pontos) para as metas dos ODS alcançadas até 2024. Os municípios nas regiões Norte e Centro-Oeste do mapa apresentam classificação "muito baixa" (vermelha) ou "baixa" (laranja), enquanto o Sul do país apresenta alguma classificação "média" (amarela) ou mesmo "alta" (verde-claro). Nenhuma cidade brasileira atingiu a pontuação "muito alta" – acima de 80 pontos (verde-escuro).

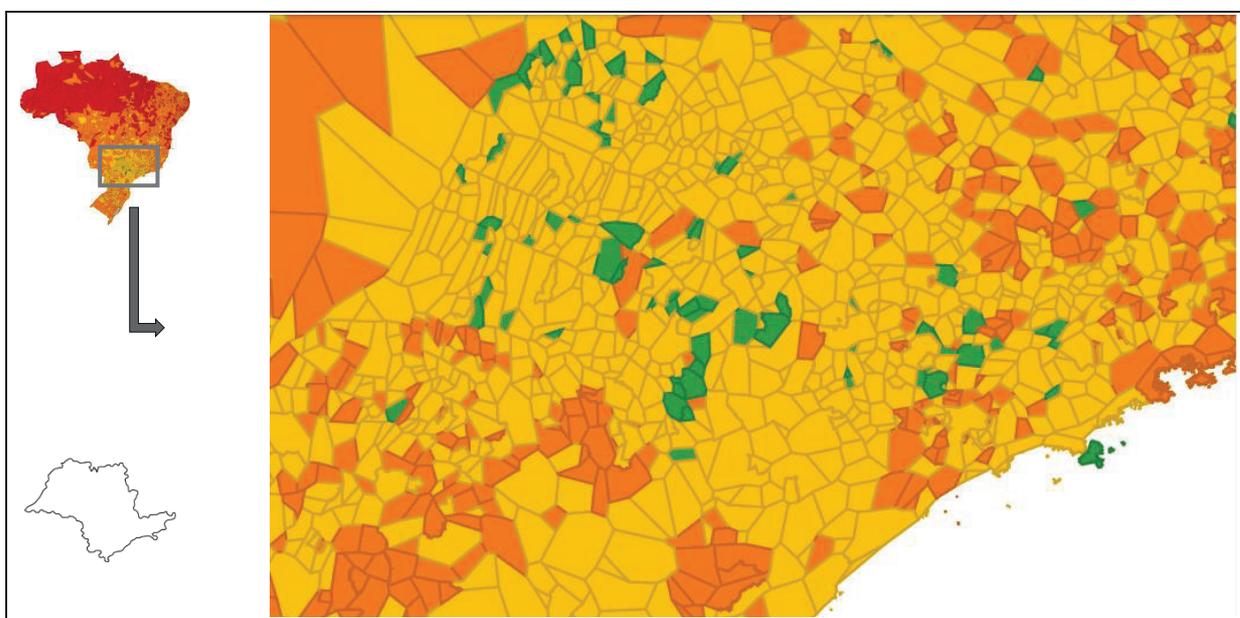
Figura 6– Mapa brasileiro colorido conforme resultados do IDSC 2024



Fonte: ICS – IDSC – Mapa Interativo.

A análise espacial revela padrões regionais distintos na implementação dos ODS, com municípios da região Sudeste – particularmente o estado de São Paulo – apresentando pontuações de desempenho notavelmente mais altas. Essa concentração geográfica de cidades com pontuações elevadas sugere que os governos locais dessas áreas possuem maior capacidade institucional para atingir as metas de desenvolvimento sustentável dentro dos prazos estabelecidos. As disparidades regionais observadas destacam a influência de fatores subnacionais nas trajetórias de alcance dos ODS.

Figura 7– Uma visão mais detalhada (Estado de SP) no mapa brasileiro, colorido a partir dos resultados do IDSC 2024



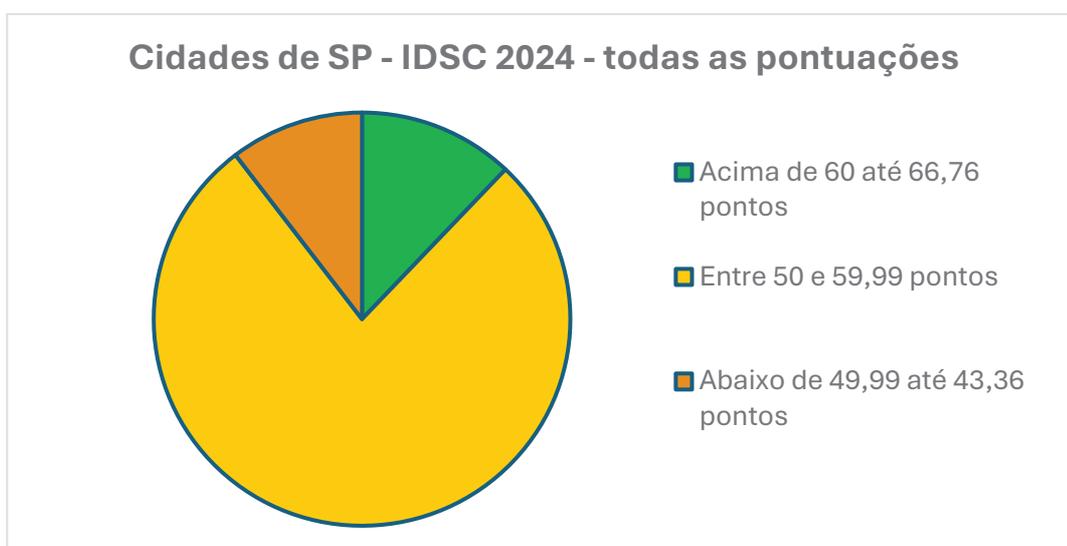
Fonte: ICS – IDSC – Mapa Interativo.

De acordo com a edição de 2024 do IDSC, o alcance das metas dos ODS nos municípios de SP está longe do ideal – mesmo nos Estados que apresentam o maior desempenho geral.

Apenas 12,09% dos municípios de São Paulo atingiram a pontuação “alta” (legenda verde claro), porém, ainda assim, com a menor quantidade de pontos para essa faixa (determinada entre 60 e 79,99 pontos). No outro canto do gráfico, 10,39% dos municípios de São Paulo ainda enfrentam grandes dificuldades para chegar à metade do caminho, pontuando entre 43,36 e 49,99 do total de 100 pontos possíveis. A análise revela que 77,52% dos municípios se enquadram na categoria de

desempenho intermediário (“médio” – legenda em amarelo), pontuando entre 50 e 60 pontos nas métricas de cumprimento dos ODS. Essa classificação predominante indica que, embora a maioria das jurisdições urbanas tenha feito progressos mensuráveis em direção às metas de desenvolvimento sustentável, ainda existem oportunidades significativas de melhoria em diversas áreas de metas.

Gráfico 2– Nível de realização dos ODS nas cidades de SP de acordo com o IDSC 2024



Fonte: Elaboração própria.

A lista completa do ranking do IDSC 2024 referente às cidades de SP está no Anexo C deste trabalho.

O período para atingir plenamente os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, detalhados em 169 metas, foi de quinze anos: de 2016 a 2030. Com dois terços desse tempo decorrido, os dados mostram que a maioria das cidades está no meio do caminho para construir comunidades de desenvolvimento sustentável, garantindo crescimento econômico, proteção ambiental e avanço social.

2.2.4 Barreiras à concretização dos ODS nas cidades e estratégias para as superar

Com o objetivo de compreender as razões pelas quais as cidades não estão implementando mais políticas relacionadas às metas dos ODS e obtendo pontuações tão baixas, este estudo busca por literatura mundial que aprofunde os

questionamentos sobre as barreiras e obstáculos enfrentados por governos, sejam eles nacionais, regionais ou locais. Ao mesmo tempo, a autora buscou estratégias para superar os desafios relatados. Embora nem todos os autores sigam exatamente pelo mesmo caminho, algumas barreiras são destacadas em diversos escritos. Desafios comuns incluem falta de conscientização sobre o tema (tanto entre gestores públicos quanto entre a população), baixa capacidade técnica para lidar com políticas públicas de desenvolvimento sustentável (em relação a líderes e a servidores), poucos recursos financeiros, entre outros.

Em muitos municípios, a falta de conscientização é o primeiro obstáculo a ser superado. Concentrar-se no engajamento das pessoas, tanto dentro quanto fora das prefeituras, pode gerar mudanças positivas. O interesse público é essencial para o alcance dos ODS, pois as pessoas precisam entendê-los e, na maioria dos casos, participar ativamente de iniciativas locais de sustentabilidade. Muitas vezes, a falta de conhecimento generalizado sobre os ODS entre gestores públicos, servidores e população em geral limita a capacidade de gerar oportunidades para envolvimento e iniciativas sustentáveis.

A compreensão da Agenda 2030 e seus ODS é essencial para gestores e líderes públicos envolvidos na formulação de políticas públicas e na coordenação de estratégias de desenvolvimento sustentável. A proficiência dos servidores públicos nesse tema permite o alinhamento dos mandatos institucionais com as estruturas municipais, mantendo a necessária interligação entre os diferentes setores da administração municipal, além de reforçar a importância do seu próprio papel nesse processo multifacetado. Uma maior conscientização da sociedade sobre a agenda global e suas implicações em nível individual leva a um maior apoio a iniciativas de desenvolvimento sustentável. Além disso, o acesso a informações claras e envolventes sobre as ações governamentais nessa área permite níveis mais elevados de engajamento cívico.

Considerando esse cenário, abordagens e ferramentas diversas são necessárias para envolver diferentes tipos de participação das pessoas na localização dos ODS.

Identificar os pontos fortes e fracos de um município é um passo inicial na estruturação de esforços em direção aos ODS e ao desenvolvimento de uma cidade

inteligente e sustentável, o que envolve fatores como coesão social, capital humano e desempenho econômico (Edmond, 2024). Uma vez analisados exaustivamente, esses elementos podem ser sintetizados de forma significativa, permitindo a formulação de políticas públicas baseadas em evidências e alinhadas aos ODS. Essa abordagem sistemática garante que a formulação de políticas não seja apenas teoricamente fundamentada, mas também contextualmente relevante para os desafios e aspirações específicos da cidade.

No caso dos servidores públicos, é importante esclarecer as metas e orquestrar um plano de ação coordenado, dada a natureza inerentemente interconectada dos ODS, integrando planos de ação capazes de gerar resultados sinérgicos em múltiplos objetivos, simultaneamente. Essa abordagem sistêmica atende à natureza dos ODS, visto que o progresso em uma área frequentemente depende ou influencia os resultados em setores relacionados, exigindo um alinhamento intersetorial deliberado de políticas e intervenções. Lidar com as funções e expectativas de todos pode ser desafiador. No entanto, nas palavras de Winden (2017, p. 60, tradução própria), “a sustentabilidade pode ser vista como um 'elo de ligação', um termo que facilita a comunicação entre diferentes áreas e ajuda a uni-las por meio de um vocabulário compartilhado”.

Uma estratégia para as administrações municipais promoverem a conscientização social é disseminar informações por meio de múltiplos canais, incluindo sites oficiais da cidade, plataformas de mídia social, campanhas educativas em escolas e exposições públicas em espaços comunitários. Além disso, a publicação sistemática dos resultados da adoção dos ODS e avaliação de políticas públicas sustentáveis garante transparência e responsabilização na governança local. A divulgação dessas iniciativas não apenas destaca os objetivos e metas alcançados, mas também atende a um duplo propósito: aumenta o engajamento cívico ao informar os moradores sobre os esforços municipais e estabelece um mecanismo robusto de responsabilização. “Alcançar o engajamento e o empoderamento das partes interessadas é identificado [...] como um desafio prático importante e duradouro” (Abhayawansa; Adams; Neesham, 2021, p. 26, tradução própria). Ao tornar esses dados acessíveis, os governos locais também capacitam os cidadãos a monitorar o progresso, ao mesmo tempo que reforçam a confiança nas instituições públicas.

Além disso, essa falta de engajamento pode ser a causa de outra barreira a ser enfrentada: dificuldades na criação de parcerias com atores privados (Ansell; Sørensen; Torfing, 2022). Por vezes, os projetos e políticas exigirão a participação de outras partes interessadas da sociedade, como organizações sem fins lucrativos, empresas privadas e o governo nacional, entre outros. “Ao trabalhar em conjunto com diversos atores, os líderes locais podem implementar políticas públicas eficazes, promover o financiamento e a entrega de infraestrutura, bens e serviços sustentáveis, apoiar a inclusão e aprimorar uma governança multinível sólida” (Woodbridge, 2015, p. 3, tradução própria).

Pesquisas indicam que a população local frequentemente apresenta um fraco senso de comunidade e um engajamento participativo pouco desenvolvido (Ansell; Sørensen; Torfing, 2022), uma situação que agrava os desafios de implementação existentes. Esse contexto sociocultural cria barreiras adicionais à participação popular efetiva em iniciativas de desenvolvimento sustentável. Quando os cidadãos permanecem desinteressados dos processos de tomada de decisão, os municípios enfrentam maiores dificuldades para promover uma governança inclusiva, implementar políticas participativas e garantir a adesão pública a iniciativas de longo prazo. Consequentemente, essa dinâmica perpetua um ciclo de cultura cívica fraca, marginalizando ainda mais comunidades que, de outra forma, poderiam contribuir para – e se beneficiar da – adoção localizada dos ODS.

Abhayawansa, Adams e Neesham (2021) identificam impedimentos estruturais à implementação efetiva dos ODS, enfatizando como a compartimentação institucional dentro dos sistemas governamentais e as prioridades políticas conflitantes entre os níveis administrativos exacerbam a complexidade inerente dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Sua análise revela que a natureza compartimentada das organizações burocráticas, combinada com agendas estratégicas divergentes em diferentes níveis de governança, cria barreiras significativas às abordagens integradas necessárias para um progresso significativo em desafios de sustentabilidade interconectados.

A implementação de iniciativas de desenvolvimento sustentável ainda enfrenta obstáculos governamentais complexos quando os atores locais demonstram capacidade de liderança insuficiente, recursos limitados e competências profissionais inadequadas (Ansell, Sørensen & Torfing, 2022). Essas deficiências sistêmicas criam

desafios multiplicadores que dificultam a execução eficaz de políticas e a coordenação institucional no nível municipal, especialmente ao abordar objetivos de sustentabilidade complexos e intersetoriais. Cordery, Arora e Manochin (2022, p. 17) também trazem à tona, também, “a lentidão dos processos burocráticos, talvez devido a problemas de capacidade técnica em um país socialmente complexo, pluralista e extenso” (tradução própria).

Devido à natureza interconectada dos ODS, é necessário coordenar diversas partes interessadas, além de questões de financiamento e burocráticas. Analisando o panorama europeu, mas com argumentos que podem ser aplicados em todo o mundo, Filho *et al.* (2016 *apud* Abhayawansa; Adams; Neesham, 2021, p. 6) listaram o “conhecimento limitado sobre desenvolvimento sustentável, a falta de integração de políticas em diferentes níveis de governo, a falta de cooperação entre setores e o envolvimento insuficiente das partes interessadas como as principais razões pelas quais certos projetos de implementação dos ODS falharam” (tradução própria).

Para envolver gestores, servidores públicos e a sociedade em geral, “monitoramento e mensuração são estratégias-chave para os ODS da ONU” (Cordery; Arora; Manochin, 2022, p. 10, tradução própria). “No entanto, coletar e compilar dados adequados é um desafio” (Abhayawansa *et al.*, 2021 *apud* Cordery; Arora; Manoquino, 2022, pág. 10, tradução própria).

Isso inclui medidas estruturais e sistêmicas, como planejamento urbano, mobilidade e transporte, bem como medidas econômicas, como atrair e reter os melhores talentos e promover o desenvolvimento econômico.

A proteção ambiental e a tecnologia também são considerações cada vez mais importantes. E há áreas relacionadas à cultura e à sociedade que podem ser mais difíceis de mensurar, como a coesão social e o capital humano.

Todos eles se unem para criar as melhores cidades do mundo, que não são apenas lugares agradáveis para se viver, mas também bons para os negócios (Edmond, 2024, p. 2, tradução própria).

A falta de recursos financeiros é uma barreira crítica à implementação dos ODS em áreas urbanas que merece uma análise mais aprofundada. Apesar das cidades serem polos econômicos, muitas delas não dispõem dos recursos necessários para enfrentar os desafios impostos pelos ODS, como a implementação de infraestrutura sustentável, a melhoria do transporte público, a geração de energia verde e o

enfrentamento das mudanças climáticas, entre outros. A concretização dessas intervenções gerenciais e das políticas públicas frequentemente exige investimentos financeiros significativos, o que representa desafios específicos para as administrações urbanas em países em desenvolvimento, onde as restrições financeiras são predominantes.

Outro motivo mencionado pela literatura especializada é a dificuldade de mudar a cultura de fazer as coisas. A relutância à mudança decorrente de comportamentos tradicionais afeta tanto servidores públicos quanto cidadãos (Ansell; Sørensen; Torfing, 2022) e impede a aprendizagem, a inovação e, muitas vezes, a adaptação necessárias para atingir as metas dos ODS em um mundo em constante mudança. Tempos diferentes e necessidades sociais complexas devem ser enfrentados com ideias novas e aprimoradas, adaptadas às realidades locais.

A natureza complexa e interdependente dos ODS dificulta a atribuição do baixo desempenho dos esforços de localização a um único fator. Como enfatiza a OCDE (2020, p. 230, tradução própria), “pelo menos 105 das 169 metas dos ODS não serão alcançadas sem o devido engajamento e coordenação com os governos locais e regionais”, destacando as dinâmicas institucionais, financeiras e territoriais multifacetadas envolvidas.

Para clareza analítica, os principais obstáculos que impedem a localização efetiva dos ODS em contextos urbanos podem ser organizados em três categorias principais, conforme mais frequentemente identificadas na literatura: barreiras governamentais, financeiras e sociais. Os obstáculos governamentais incluem a falta de conhecimento dos ODS, infraestrutura precária (capital humano e tecnológico), fragmentação no governo local, coordenação deficiente entre departamentos governamentais, falta de expertise técnica e liderança fraca. Considerando as barreiras financeiras, as mais mencionadas são a falta de recursos (para diversas atividades, diretas e indiretas, como a implementação de políticas e o treinamento dos envolvidos), além da ausência de parcerias locais. Os desafios sociais surgem na falta de conscientização e engajamento público, fraca cultura participativa, pouco conhecimento das políticas locais devido à pequena ou inexistente divulgação de ações públicas. No entanto, assim como os ODS estão interrelacionados, as barreiras também demonstram interconexão. Por exemplo, a falta de infraestrutura de TI adequada e a não divulgação de políticas (governamentais) podem resultar em pouco

conhecimento da população sobre o que está sendo feito (sociais), falhando em incentivar parcerias com empreendedores locais (financeiros).

Essas barreiras interconectadas destacam porque os municípios, como espaços importantes para a efetivação do desenvolvimento sustentável, exigem atenção especial nos esforços globais, especialmente devido à sua importância demográfica e econômica. “As cidades abrigam uma maioria crescente da população mundial e, portanto, garantir que prosperem como polos sustentáveis, inclusivos e habitáveis é um desafio constante”, afirma Edmond (2024, p. 7, tradução própria). Essa situação, que destaca as cidades emergindo como protagonistas centrais no avanço do desenvolvimento sustentável, é comprovada pelo fato de um dos ODS tratar especificamente de áreas urbanas.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 11, também conhecido como ODS Urbano, visa “*Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis*”. É um elemento verdadeiramente transformador da Agenda 2030, sendo o único objetivo específico para cada local e em escala gerenciável. As cidades podem fornecer as tão necessárias interligações e abordagens integradas entre setores e objetivos, visto que uma cidade representa um microcosmo de todos os outros ODS. A inclusão do ODS 11 representa um primeiro passo fundamental para a integração do desenvolvimento urbano sustentável no quadro global de ação e aumentará o efeito que os governos locais e subnacionais podem ter ao contribuir para a consecução dos ODS. (Woodbridge, 2015, p. 2, tradução própria)

“Quando se trata dos ODS, é evidente que nem todos os países ou cidades trabalharão na mesma velocidade ou partirão do mesmo ponto de partida” (Woodbridge, 2015, p. 1, tradução própria). Por outro lado, “cidades ambiciosas e inovadoras, pioneiras no desenvolvimento urbano sustentável, impulsionarão e liderarão esta Agenda e servirão de exemplo para as cidades que precisam de apoio” (*ibid.*, 2021, p. 1, tradução própria).

Na pesquisa realizada, verificou-se a ausência de estudos específicos sobre a situação das cidades paulistas com relação aos ODS. No entanto, com base na experiência de campo da autora, é possível afirmar que essas situações estão em linha com as de outros locais. Assim, a literatura selecionada e os resultados empíricos do Estado de São Paulo revelam que a localização inadequada dos ODS em contextos urbanos não decorre de fatores isolados, mas sim de desafios multidimensionais interconectados. Por isso, este estudo adota uma abordagem

analítica holística, examinando como conjuntos específicos desses desafios influenciam coletivamente as classificações de desempenho municipal. Essas circunstâncias complexas podem funcionar tanto como causas quanto como consequências dentro das barreiras sistêmicas à implementação do desenvolvimento sustentável.

Desta forma, o Capítulo 4 apresentará a análise dos municípios paulistas, tendo como ponto de partida o ranking do IDSC. Com o objetivo de obter uma visão mais detalhada dos municípios de SP, serão destacadas características como o porte da cidade, o volume de sua receita, a região onde está localizada, o atendimento às diretrizes do TCESP (medido especialmente pelo índice IEG-M) e a disseminação de informações sobre os ODS, tanto dentro quanto fora dos órgãos públicos, no website da cidade.

2.3 O papel das Instituições de Auditoria no mundo em relação à agenda sustentável

Embora a implementação de políticas públicas continue sendo fundamentalmente uma decisão administrativa sob a alçada dos gestores públicos, as instituições de auditoria ao redor do mundo podem e têm se envolvido com a Agenda 2030. Isso se deve à posição única que os órgãos de auditoria têm de atuar como impulsionadores da boa governança e conformidade, promovendo a responsabilização e garantindo a alocação eficaz de recursos, especialmente no nível local, onde os governos municipais são diretamente responsáveis por fornecer serviços essenciais alinhados com os ODS.

Diversos estudos (por exemplo, OCDE, 2016; Nunes; Nascimento, 2023) enfatizam o potencial dessas instituições para influenciar não apenas a disciplina fiscal, mas também a formulação, a implementação e o monitoramento de políticas que promovam a proteção ambiental, a equidade social e o desenvolvimento econômico. Como observa a OCDE (2016, p. 15), as EFS “têm um potencial inexplorado para ajudar os governos a enfrentar esses desafios [de sustentabilidade] e podem fornecer evidências cruciais para informar o que funciona e o que não funciona na governança pública” (tradução própria).

2.3.1 A determinação da INTOSAI em rastrear e agir

A Organização Internacional das Instituições Superiores de Auditoria (INTOSAI) tomou sua primeira decisão formal de agir em relação aos ODS em 2016, por meio de uma declaração formal. O documento reconheceu o papel fundamental que as Entidades de Fiscalização Superiores (EFS) poderiam desempenhar na revisão e no apoio à implementação da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Além de se comprometer com o ODS 16 (promover a paz, a justiça e instituições eficazes), com foco na responsabilização, na transparência e na governança inclusiva, a INTOSAI incentivou as EFS a realizar auditorias para avaliar o nível de preparação dos governos nacionais para implementar os ODS. Essas "avaliações de prontidão" tornaram-se uma das primeiras ações estruturadas que as EFS tomaram globalmente.

Portanto, desde o início do período 2016-2030, tais Entidades auditaram e exigiram ações voltadas para o desenvolvimento sustentável, destacando a importância de promover e disseminar informações sobre os objetivos e metas, para garantir um engajamento social mais amplo. Por exemplo, em 2017, em uma auditoria coordenada, Entidades de Fiscalização Superiores de onze países da América Latina (incluindo o Brasil) avaliaram a preparação dos governos para implementar os ODS como um todo (Le Blanc; Montero, 2020, p. 4). Essa iniciativa avaliou as estruturas de governança em vários níveis, com foco em componentes como estratégia, coordenação, supervisão e transparência.

A implementação dos ODS e da Agenda 2030 é tão relevante e os benefícios de um controle externo adequado podem ser tão impactantes que o assunto se tornou um dos principais tópicos de análise. Por isso, a INTOSAI o destacou em seu plano estratégico 2023-2028, determinando que uma de suas principais prioridades é contribuir para o alcance da agenda sustentável (INTOSAI³⁷).

Ao integrar avaliações de sustentabilidade em suas práticas de auditoria, sejam elas regulares, de desempenho ou temáticas, as EFS podem ir além da análise financeira, mas os órgãos de auditoria podem diagnosticar o cumprimento da Agenda 2030 e promover uma cultura de resultados nessa área. De acordo com o site do

37

Disponível em: https://www.intosai.org/fileadmin/downloads/news/2022/08/310822_EN_2023-2028_INTOSAI_Strategic_Plan.pdf. Acesso em: 10 de abril de 2025.

Tribunal de Contas Europeu (TCE)³⁸, as instituições de auditoria “têm uma contribuição valiosa a dar por meio de suas auditorias (...) elas podem monitorar a implementação, acompanhar o progresso e identificar melhorias em todos os ODS” (tradução própria).

Ao auditar a preparação e a execução dos ODS pelo governo, as EFS aumentam a transparência, a responsabilização e a eficácia na administração pública. “O valor das auditorias coordenadas é especialmente relevante no contexto dos ODS, que exigem das EFS (assim como dos governos) formas inovadoras de trabalho, metodologias inovadoras e diferentes habilidades e capacidades para auditar questões complexas e políticas integradas, e para se envolver com múltiplas partes interessadas” (TCU, 2018³⁹, tradução própria).

2.3.2 Sistema de auditoria brasileiro

As Instituições de Auditoria, no Brasil, são denominadas “Tribunais de Contas” e se dividem em: Tribunal de Contas da União (TCU), 26 Tribunais de Contas Estaduais, um Tribunal de Contas do Distrito Federal e cinco Tribunais de Contas relacionados às contas municipais (frequentemente metropolitanas). Cada um deles é responsável por auditar um grupo específico de jurisdicionados e as contas podem ser nacionais, estaduais ou municipais. Segundo Lino e Aquino (2017), esses tribunais também apresentam algumas diferenças em independência operacional, capacidade técnica e processos de auditoria. Quanto às semelhanças, todos são Entes do Legislativo, apesar de manterem sua autonomia e independência para com esse Poder em suas análises e decisões.

Apesar de sua nomenclatura jurídica, os Tribunais de Contas do Brasil não exercem funções judiciais. O termo “Tribunais” reflete sua estrutura decisória, que opera em regime colegiado, semelhante a várias congêneres europeias. Essa convenção de nomenclatura é particularmente prevalente em sistemas de origem latina, como visto na França (*Cour des Comptes*), Itália (*Corte dei Conti*), Portugal (Tribunal de Contas) e Espanha (*Tribunal de Cuentas*), bem como na Bélgica e em

³⁸ Disponível em: <https://www.eca.europa.eu/en/sustainable-development-goals>. Acesso em: 10 de abril de 2025.

³⁹ Disponível em: <https://sdgs.un.org/partnerships/supreme-audit-institutions-drivers-foster-2030-agenda-implementation>. Acesso em: 18 de abril de 2025.

Luxemburgo (ambos usando *Cour des Comptes*). A designação ressalta seu papel como órgãos de supervisão independentes, em vez de entidades judiciais, alinhando seu mandato de revisar as contas públicas e garantir a responsabilização fiscal por meio de deliberação coletiva.

A adoção dessa terminologia no Brasil remonta ao modelo napoleônico, que enfatiza uma estrutura de dupla camada, composta por um órgão técnico de auditoria e um conselho deliberativo (Arantes; Abrucio; Teixeira, 2005 *apud* Lino; Aquino, 2017, p. 2). Embora essas instituições não possuam autoridade judicial, suas decisões têm peso administrativo, influenciando a gestão financeira pública e o cumprimento das normas. A persistência do termo "Tribunal" em múltiplas jurisdições destaca uma linhagem histórica e funcional compartilhada, mesmo que suas estruturas operacionais sejam diferentes dos sistemas judiciais convencionais. Essa distinção é crucial para a compreensão de seu papel nos mecanismos de responsabilização pública do Brasil.

Dentre todas as Entidades de Auditoria do Brasil, destaca-se o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP), cuja atuação é o foco central desta dissertação. Nesse sentido, este estudo adota o entendimento de que os Tribunais de Contas regionais e instituições similares de controle externo têm a mesma finalidade e objetivos que as EFS, e o aprendizado pode ser aplicado a elas, guardadas as devidas proporções e reconhecendo a necessidade de adaptações em alguns casos.

Os Tribunais de Contas brasileiros não têm autoridade legal para forçar a adoção de ODS específicos por administradores públicos, visto que essas metas são compromissos voluntários e não obrigações vinculativas para os Estados-membros da ONU. Sua implementação depende principalmente do engajamento governamental e do reconhecimento de sua importância (Organização das Nações Unidas, 2015). Conseqüentemente, promover a adesão aos ODS requer uma abordagem proativa centrada na conscientização, na orientação técnica, na promoção de mecanismos de governança sustentável e na defesa das melhores práticas. Ao fortalecer as estruturas de responsabilização e incentivar políticas públicas transparentes, as Instituições de Auditoria podem desempenhar um papel fundamental no avanço do desenvolvimento sustentável – mesmo sem poderes coercitivos – por meio de supervisão, recomendações, persuasão institucional e outros.

Assim, em vez de impor diretivas, os Tribunais de Contas podem alavancar seus papéis consultivos e avaliativos para incentivar a integração dos ODS na administração pública, reforçando estruturas de governança que priorizam a sustentabilidade a longo prazo.

2.3.3 Influenciar através de auditoria, capacitação e divulgação

Diante deste desafio de promover o desenvolvimento sustentável, As instituições de auditoria podem influenciar os gestores públicos a se concentrarem e se engajarem com os ODS, alavancando suas funções de supervisão, análise e previsão (Instituto de Auditoria Interna, 2012). Por meio de diferentes ferramentas, elas podem avaliar o alinhamento das políticas públicas com as metas dos ODS. Embora não tenham poder direto de execução, suas ações e divulgações públicas criam incentivos reputacionais para o cumprimento, fomentando uma cultura de responsabilização e compromisso de longo prazo com os ODS.

Diversas abordagens já foram utilizadas globalmente para conscientizar e incentivar ações de desenvolvimento sustentável. Restringindo os exemplos aos países mais próximos do Brasil, a Controladoria Geral da União de Bogotá (Colômbia) auditou o ODS 1 (redução da pobreza), analisando a preparação e o alinhamento de políticas dos governos locais, o que embasou intervenções direcionadas para combater a pobreza urbana. A EFS da Costa Rica utilizou uma abordagem diferente, desenvolvendo um índice para avaliar a qualidade dos serviços de água em comunidades vulneráveis, incorporando o feedback das partes interessadas para identificar lacunas sistêmicas e defender a prestação equitativa dos serviços. Outro exemplo de boa prática vem do Brasil, onde o Tribunal de Contas da União (TCU) realizou uma auditoria coordenada sobre algumas metas focadas na proteção dos ecossistemas marinhos e terrestres (ODS 14 e 15), envolvendo Entidades de Fiscalização Superiores da América Latina, Espanha e Portugal.

Percebe-se, portanto, que as abordagens podem envolver as próprias auditorias, o desenvolvimento de ferramentas inovadoras de controle ou treinamento, bem como a criação de incentivos, mesmo que apenas reputacionais. Ou pode ser uma fusão de diversas ações, maximizando a influência.

Ao realizar uma auditoria regular, os auditores podem identificar lacunas e recomendar medidas corretivas. Segundo McClain (2024), é necessário desenvolver mecanismos de acompanhamento das recomendações de auditoria, garantindo que termos técnicos não sejam meramente emitidos, mas implementados, como feedback construtivo, monitorados e reportados. “As EFSs estão em posição de possuir informações relevantes que os diretores de programa e outros auditados podem não ter” (McClain, 2024, p. 29, tradução própria). Isso é particularmente relevante no contexto das cidades, onde os governos locais, sem conhecimento técnico e específico, desempenham um papel central na implementação de metas globais por meio de políticas públicas adaptadas localmente.

Outra estratégia dos Tribunais de Contas seria integrar critérios relacionados aos ODS em estruturas de auditoria, desenvolvendo verificações relacionadas aos ODS para analisar se determinadas metas ou objetivos são incorporados às políticas públicas. Essas auditorias temáticas ou de desempenho podem até mesmo analisar uma política pública específica, dentro da qual vários ODS ou as metas de vários objetivos sustentáveis devem ser incluídos. Como os ODS estão interligados, analisar a merenda servida em uma escola municipal, por exemplo, pode trazer conexões com o ODS 2 (fome zero e agricultura sustentável), ODS 3 (saúde e bem-estar), ODS 4 (educação de qualidade), ODS 12 (consumo e produção responsáveis) e ODS 16 (paz, justiça e instituições eficazes).

Além disso, os Tribunais de Contas podem desempenhar um papel fundamental na contemporaneidade por meio de sua função consultiva, promovendo a capacitação e oferecendo orientação a gestores e servidores municipais. Além de recomendações técnicas, Instituições de Auditoria em todo o mundo estão inovando, elaborando manuais e cursos, promovendo eventos de discussão e aprendizado, desenvolvendo indicadores e outras ferramentas de mensuração para traduzir a linguagem global da Agenda 2030 para realidades particulares e únicas. Esses instrumentos auxiliam os governos locais a alinhar suas operações com os objetivos e princípios do desenvolvimento sustentável.

Este movimento mundial para ampliar o campo de atuação dos auditores demonstra como as Instituições de Auditoria estão evoluindo para se tornarem facilitadoras da boa governança, fornecendo previsão e feedback que orientam as administrações na obtenção de melhores resultados, especialmente em áreas

políticas complexas como os ODS. “Essa expansão da perspectiva da auditoria traz a projeção de que a auditoria contribua mais para efetivar mudanças na sociedade” (Londsdate; Mayne, 2005, p. 173 *apud* Winden, 2017, p. 12, tradução própria).

A função orientadora dos Tribunais de Contas refere-se ao seu papel de traçar diretrizes para a administração pública por meio de atividades consultivas, educativas e não vinculantes, que visam aprimorar a qualidade da governança sem infringir a autonomia da gestão. Essa função também é exercida por meio de ações específicas para incentivar práticas de excelência, que servem de inspiração e referência para outros, além de estimular os gestores públicos e fortalecer o reconhecimento público do próprio município. Ações diversificadas podem atuar como catalisadoras para o incentivo e a disseminação dos ODS, como a divulgação de boas práticas, a publicização de conquistas em eventos ou na mídia institucional e até mesmo o estabelecimento de rankings ou premiações de acordo com a adoção dos ODS.

Essa dinâmica se alinha à conceituação de Winden (2017) sobre o impacto que as Instituições de Auditoria podem ter nas políticas públicas. Ao examinar diretrizes – como relatórios de auditoria, recomendações, manuais, conteúdo de cursos e requisitos para ganhar prêmios ou ser incluído nas melhores práticas – e seus resultados subsequentes – incluindo mudanças comportamentais e ajustes institucionais feitos pelos auditados em resposta – torna-se evidente que os Tribunais de Contas desempenham um papel fundamental na promoção de práticas de governança aprimoradas. Por meio desse círculo virtuoso, as Instituições de Auditoria não apenas identificam ineficiências, mas também impulsionam reformas significativas, fomentando assim a adoção de melhores práticas ou, no mínimo, alternativas mais eficazes às políticas existentes. “Se uma Entidade de Fiscalização Superior for capaz de produzir, assimilar e disseminar conhecimento de forma independente e for considerada uma fonte autorizada e legítima desse conhecimento, então ela possui potencialmente influência autônoma” (Winden, 2017, p. 10, tradução nossa).

Nesse sentido, os Tribunais de Contas têm um papel multifacetado e cada vez mais estratégico no apoio à localização dos ODS nas cidades. “O valor potencial das contribuições que as Entidades de Fiscalização Superiores podem oferecer é alto; à medida que essas instituições aprimoram as boas práticas de governança, podem ser

vitais no acompanhamento do progresso dos Objetivos e podem destacar e priorizar ações para alcançá-los” (Windén, 2017, p. 60, tradução própria). Conforme enfatizado pela OCDE (2016, p. 7, tradução própria), “é por meio desse processo que as EFS podem fornecer insights para aprimorar o funcionamento de processos e programas, e previsões para auxiliar os governos na adaptação a tendências e riscos futuros”. Seu mandato em evolução as situa como importantes aliadas no esforço global para transformar a Agenda 2030 em realidade local.

Figura 8– Ferramentas das instituições de auditoria para promover os ODS



Fonte: Elaboração própria

2.4 O TCESP (Tribunal de Contas do Estado de São Paulo) como força motriz para a implementação e localização dos ODS no Estado de São Paulo

No Brasil, o controle externo é exercido por meio de 33 Tribunais de Contas, cada um com jurisdição própria, seja nacional, estadual e/ou municipal⁴⁰. O TCESP (Tribunal de Contas do Estado de São Paulo) é responsável pela fiscalização do

⁴⁰ Veja mais detalhes na Subseção 2.3.2 desta dissertação.

governo estadual, bem como de 644 dentre os 645⁴¹ municípios do Estado. Nesse sentido, é também a instituição capaz de exercer as funções de prever e verificar, no que se refere à localização dos ODS.

Considerando que as cidades desempenham um papel crucial na localização dos ODS e que os municípios enfrentam uma complexa variedade de desafios urbanos, os Tribunais de Contas (incluindo o TCESP) emergem como atores essenciais para garantir que as políticas e ações públicas estejam alinhadas aos princípios de sustentabilidade, boa governança e prestação de contas. Suas atividades vão além da fiscalização das contas públicas e da adequação dos atos à legislação.

Em relação aos ODS, o Tribunal de Contas:

(...) pode fortalecer a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável avaliando as políticas públicas ao longo de todo o processo de formulação de políticas, considerando as inter-relações entre as políticas, avaliando seus resultados e aumentando o nível de transparência e responsabilização sobre como os governos implementam os compromissos internacionais em matéria de desenvolvimento sustentável. (TCU, 2018, p. 01, tradução própria).

Há um “papel fundamental para os processos e práticas contábeis em ajudar as entidades a desenvolver operações mais sustentáveis e fornecer insumos para o desenvolvimento sustentável” (Cordery; Arora; Manochin, 2022, p. 6, tradução própria). Além disso, “as práticas contábeis podem aprimorar a tomada de decisões por meio da identificação sistemática e da interligação dos custos e benefícios econômicos, sociais e ambientais de estratégias, políticas, ações e resultados” (Cordery; Arora; Manochin, 2022, p. 6, tradução própria).

Os Tribunais de Contas do Estado estão mais próximos dos municípios auditados e têm maior conhecimento das realidades, barreiras, desafios e necessidades municipais. É o caso do TCESP, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, que tem sob sua jurisdição 644 dos 645 municípios do Estado (excluindo a capital⁴²).

⁴¹ Excluindo-se a Capital.

⁴² A cidade de São Paulo, capital do Estado de São Paulo, possui um tribunal próprio: o Tribunal de Contas do Município (TCM).

2.4.1 Ferramentas para melhorar a governança

Anualmente, pelo menos uma vez por ano, auditores do TCESP dirigem-se aos municípios para auditar as contas do exercício anterior, apurar a veracidade dos investimentos, verificar os resultados dos programas públicos e certificar a conformidade dos procedimentos com a legislação e regulamentação. Todas as constatações compõem o relatório anual de auditoria, onde são listadas as recomendações e advertências. Municípios de maior porte ou com maiores desafios de gestão são monitorados trimestralmente ou, no mínimo, semestralmente. Essas auditorias de acompanhamento permitem que as políticas sejam ajustadas ao longo do exercício, sendo todas as constatações consolidadas, posteriormente, no relatório anual.

Além disso, o TCESP realiza regularmente auditorias temáticas, aprofundando-se em algum assunto específico da vida pública. As chamadas Fiscalizações Ordenadas abordam um tema específico, como transporte escolar, vacinação ou descarte de lixo e procedimentos de coleta seletiva, e reúnem os esforços de centenas de auditores que verificam o mesmo tema, simultaneamente, em diferentes cidades. Estas Fiscalizações Ordenadas diferem das Auditorias de Desempenho ou Performance em extensão, representando apenas uma fotografia da situação da cidade em determinado dia, ainda assim são uma das formas mais significativas pelas quais os Tribunais de Contas contribuem para a localização dos ODS, integrando avaliações de sustentabilidade às práticas de auditoria. Tanto as auditorias de desempenho quanto as temáticas são ferramentas que permitem às Instituições de Auditoria ir além da conformidade, promovendo uma cultura de resultados e prestação de contas.

2.4.2 Ferramentas para aprimorar o conhecimento técnico

“Nas últimas décadas, muitas EFS adotaram um papel que vai além da supervisão tradicional e da responsabilização dos governos pelos gastos públicos (...) por meio de novas abordagens de auditoria e trabalho consultivo” (OCDE, 2017, p. 15, tradução própria). O TCESP declara expressamente que orientar faz parte da

missão do Tribunal⁴³, juntamente com a auditoria preventiva, em seu Planejamento Estratégico 2022-2026. Como um dos desafios mais fundamentais na localização dos ODS nas cidades é a ausência de conhecimento e expertise técnica em vários níveis de governança, o Tribunal de Contas de São Paulo pode preencher essa importante lacuna, orientando, porém, respeitando a natureza administrativa das decisões tomadas pelos formuladores de políticas.

Além disso, o TCESP promove anualmente encontros regionais e/ou temáticos, onde gestores, administradores e servidores públicos podem aprimorar seus conhecimentos, informar-se sobre eventuais mudanças na legislação ou procedimentos, e discutir ideias e projetos. É uma oportunidade não apenas de aprender com os técnicos e auditores do TCESP, mas também de trocar experiências com outros que enfrentam problemas semelhantes. Além do conhecimento técnico compartilhado, *benchmarking* e parcerias podem surgir desses encontros.

Indo além, o TCESP conta com a Escola Paulista de Contas Públicas (EPCP) como uma poderosa ferramenta de disseminação de conhecimento por meio de cursos, eventos, aulas *online* e *lives*. Durante todo o ano, servidores e gestores públicos podem acessar cursos *online* de autoinstrução sobre diversos temas técnicos ou participar de cursos presenciais gratuitos sobre temas específicos, como educação, saúde, gestão de resíduos, entre outros.

Ademais, ao longo dos anos e a cada nova alteração legislativa, o Tribunal de Contas elabora manuais e guias para orientar os gestores públicos. Esses documentos são disponibilizados no site do TCESP e são de acesso fácil e gratuito para os interessados.

⁴³ Missão do TCESP – “Monitorar e orientar, por meio de ações preventivas e corretivas e da avaliação de atos e resultados, para que os recursos públicos sejam utilizados de forma adequada e transparente, em benefício da sociedade.” Disponível em: <https://www.tce.sp.gov.br/gestao-estrategica/missao-visao-valores>. Acesso em: 10 de abril de 2025.

Figura 9– Manuais no site do TCESP



Fonte: Site do TCESP⁴⁴.

Além disso, há 10 anos, o Tribunal de Contas de São Paulo desenvolveu uma ferramenta para a autogestão municipal e, ao mesmo tempo, para o monitoramento e mensuração das políticas públicas: o Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEG-

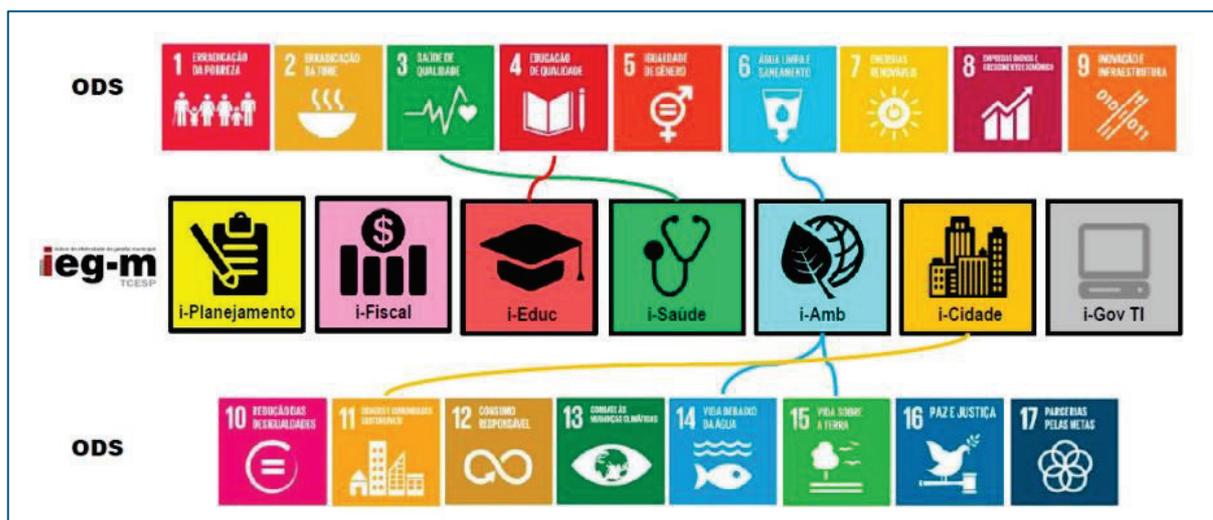
⁴⁴Disponível em: <https://www.tce.sp.gov.br/portal-controle-interno/manuais>. Acesso em: 30 de abril de 2025.

M). O índice foi criado em 2015 para avaliar as políticas públicas nas cidades paulistas, com foco em infraestrutura e processos, e se concentra em sete setores da administração: planejamento, gestão fiscal, educação, saúde, proteção ao cidadão (Defesa Civil), meio ambiente e governança em tecnologia da informação. Os dados são coletados por meio de um questionário respondido pelos auditados, que pode ser posteriormente confirmado pelos auditores. Diversas perguntas do IEG-M se relacionam com as metas e os indicadores dos ODS.

As perguntas do formulário e as respostas fornecidas ao IEG-M podem gerar melhorias de duas maneiras. Os dados solicitados para responder ao formulário podem servir de guia para o gestor público compreender os requisitos legais e as estruturas necessárias para implementar ou aprimorar políticas públicas sustentáveis. Posteriormente, as informações fornecidas pelos auditados poderão ser analisadas e confirmadas ou corrigidas pelos auditores, no próprio formulário, gerando uma "versão final", que servirá como um ranking do quanto um município está em conformidade com a legislação e entregando políticas públicas que geram impacto na vida da população.

Conforme observado por Nunes e Nascimento (2023, p. 1), “há uma contribuição significativa do TCESP para o alcance da Agenda 2030, decorrente da correlação entre as questões do 'i -Amb', no âmbito do IEGM/TCESP, e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”. No entanto, a dimensão i-Amb (referente ao setor ambiental da administração) não é a única relacionada aos ODS. Como demonstrado na figura 10, existem relações entre muitos objetivos de desenvolvimento sustentável e diferentes dimensões do IEG-M. Isso demonstra como o IEG-M, como um indicador dos ODS, pode produzir diagnósticos baseados em dados que apoiam a tomada de decisões baseadas em evidências, em nível local.

Figura 10– Correlações entre os tópicos dos ODS e as dimensões do IEG-M

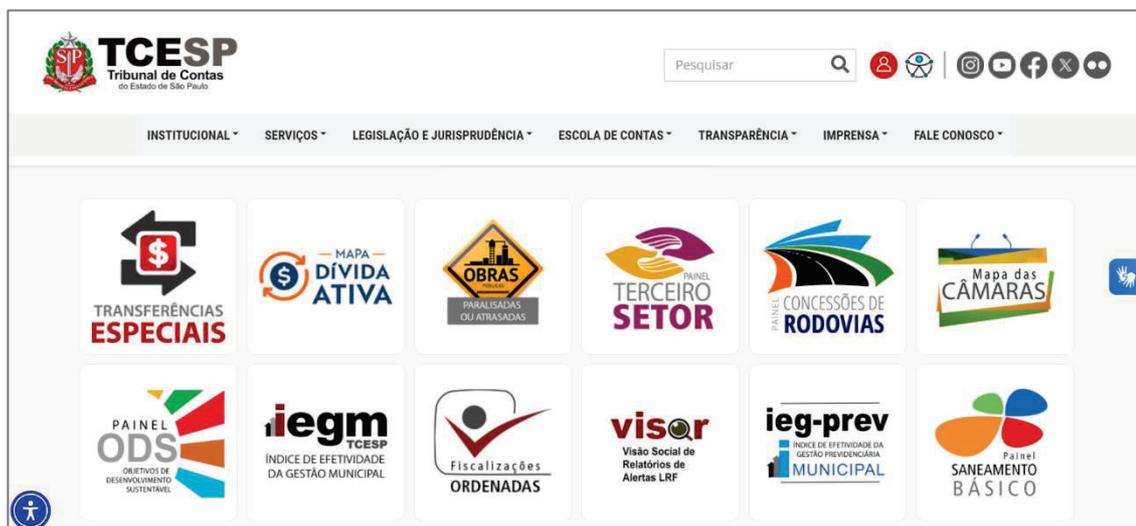


Fonte: Santos; Nascimento, 2018, pág. 8.

2.4.3 Ferramentas para melhorar a divulgação e o engajamento

O TCESP possui diversos painéis de análise e informações sobre temas específicos (como, por exemplo, obras de engenharia em andamento) publicados em sua página na *internet*. Gestores, servidores e cidadãos em geral podem monitorar o uso dos recursos públicos e acompanhar o progresso ou retrocesso das políticas municipais. Dentre eles, destaca-se o Painel ODS. Este Painel traz ao público a correspondência entre os ODS e os critérios do IEG-M, juntamente com a resposta municipal a essas informações, no âmbito de cada um dos 644 municípios sob jurisdição do TCESP.

Figura 11– Painéis no site do TCESP



Fonte: Site do TCESP.

Para além destas ferramentas, em 2017, a partir de uma parceria entre o TCESP e o PNUD, foi criado o Observatório do Futuro, com a missão de auxiliar a implementação dos ODS e acompanhar seu progresso tanto em níveis regionais (estaduais) quanto locais (municípios) de governo. Por meio do Observatório, o Tribunal divulga o que a própria Instituição vem fazendo para adotar os ODS em sua realidade diária e informa a população sobre os objetivos globais, de forma clara e simples. Além disso, segundo seu site⁴⁵, “o centro de monitoramento dos ODS desenvolverá estudos e atividades de capacitação para servidores públicos, colaborando também na sistematização e disseminação de dados e boas práticas”. Com o objetivo de alcançar gestores, servidores e cidadãos com informações e conceitos sobre os ODS, o Observatório disponibiliza um guia gratuito e *online*.

Destaca-se, ainda, que por meio do Observatório, o Tribunal promoveu diversos concursos para alunos do ensino fundamental nos últimos quatro anos, relacionados aos ODS. Em 2022, o concurso foi de histórias em quadrinhos; em 2023, o prêmio foi para a melhor redação; em 2024, para a melhor produção em vídeo; e em 2025, o concurso será de música. Embora os concursos não estejam diretamente

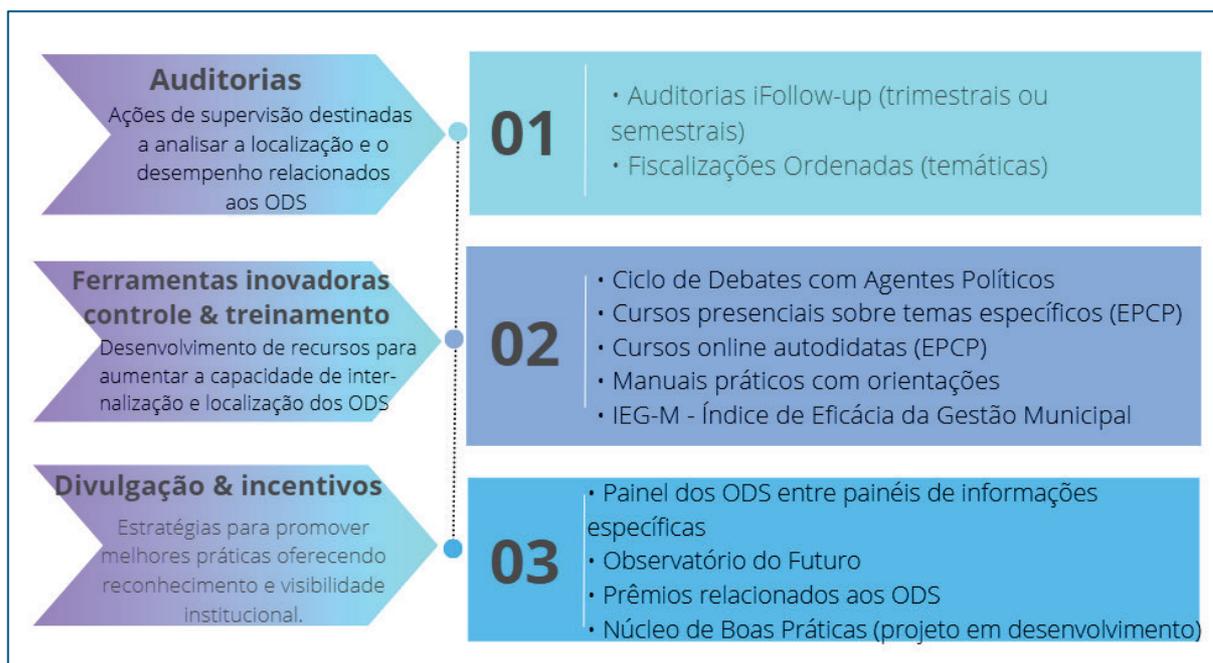
⁴⁵Disponível em: <https://www.tce.sp.gov.br/observatorio/o-que-e>. Acesso em: 10 de abril de 2025.

relacionados a gestores e servidores públicos, eles ajudam a divulgar, conscientizar e engajar os alunos com os objetivos globais.

Por fim, outra ferramenta de incentivo merece destaque. Em 2024, entre os projetos desenvolvidos por servidores do Tribunal concorrentes ao prêmio de inovação do TCESP estava a criação e estruturação do Núcleo de Boas Práticas (NBP). O projeto não foi o vencedor, mas a ideia de analisar e disseminar práticas positivas de gestão pública que tragam resultados efetivos para a população e possam ser replicadas (ainda que com adaptações) foi abraçada pelos Conselheiros. Assim, desde 2024, o grupo acompanha de perto as ações municipais e prepara dados para publicação no site do Tribunal, gerando inspiração e *benchmarking*.

Em resumo, como demonstrado, o TCESP desempenha um papel multifacetado que pode promover o avanço da localização dos objetivos e metas dos ODS por meio da supervisão da governança, da capacitação e do engajamento público. Como principal órgão de controle externo para 644 municípios, o Tribunal vai além da auditoria fiscal tradicional, integrando avaliações de políticas em suas práticas, alinhando a administração pública com a Agenda 2030. Conforme ilustrado na Figura 12, o TCESP emprega uma gama de ferramentas projetadas para: (1) aprimorar a formulação de políticas baseadas em evidências, reforçar a transparência e fortalecer a responsabilização; (2) preencher lacunas de conhecimento, oferecendo programas de treinamento, orientação técnica e oportunidades de *benchmarking* para administradores municipais; e (3) fomentar o engajamento cívico, garantindo uma participação mais ampla na localização dos ODS, por meio de plataformas de disseminação de dados e campanhas de conscientização pública.

Figura 12– Ferramentas do TCESP para promover melhores políticas



Fonte: Elaboração própria.

3 FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS E CONTEXTO DA PESQUISA

Uma estrutura conceitual inicial foi desenvolvida, no Capítulo 2, a partir de literatura situada na intersecção entre a localização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU nas cidades, os índices que medem e monitoram o desempenho dos municípios e o papel do Tribunal de Contas neste compromisso global com a sustentabilidade. A decisão de restringir a pesquisa com foco nas cidades foi tomada porque as áreas urbanas em todo o mundo têm sido cada vez mais reconhecidas como centrais para o alcance dos ODS. As cidades abrigam mais da metade da população global e frequentemente estão na vanguarda das iniciativas de desenvolvimento sustentável.

A revisão de pesquisas existentes sobre o desempenho de governos locais na localização dos ODS identificou os desafios enfrentados pelos municípios e a necessidade de monitorar e publicar os resultados. A análise das conquistas locais por meio de índices permite a comparação entre cidades e possibilita o exame da mesma cidade em diferentes anos, monitorando o progresso ou destacando a necessidade de ajustes, se o caso, em tempo hábil. Optou-se por não utilizar o índice da ONU nesta dissertação – o “Índice ODS” – devido ao fato de se embasar em dados globais ou nacionais. O Índice de Desenvolvimento de Cidades Sustentáveis (IDSC) foi escolhido por ser feito sob medida para análises locais e fornecer dados de todas as cidades da amostra.

Adicionalmente, a pesquisa verificou o papel que as Instituições de Auditoria poderiam desempenhar no cumprimento da Agenda 2030 e as abordagens para tal. A maior parte da literatura discute órgãos de auditoria nacionais ou federais, contudo, no Brasil, o sistema de auditoria é formado pelo Tribunal de Contas da União (federal) e por diversos Tribunais Estaduais ou Municipais, que possuem atribuições semelhantes e são basicamente diferenciados por sua área de jurisdição (nacional, estadual ou municipal). Esta dissertação ajusta seu foco nos Tribunais de Contas regionais, uma vez que a autora trabalha para um deles (TCESP) e quis agregar experiência de campo a este trabalho, bem como colocar em prática, posteriormente, eventuais aplicações formuladas. Por essa razão, a maioria das abordagens deve ser considerada em questões gerais e com as devidas adaptações, quando aplicável.

Após a construção do arcabouço teórico, o estudo analisou a situação real dos municípios paulistas, no índice IDSC de 2024, observando o desempenho dos municípios na localização dos ODS. O ano de 2024 foi escolhido por ser o ano das últimas avaliações, com os dados mais atualizados publicados.

Em relação à amostra de dados, este estudo abrange cidades do Estado de São Paulo por alguns motivos. Primeiro, pelo fato do Estado ser composto por uma vasta gama de localidades diversas, porém urbanas. São Paulo apresenta áreas de alta densidade demográfica, algumas das maiores cidades do país, além de diversas cidades menores, municípios ricos e pobres, territórios com todos os graus de desenvolvimento tecnológico, industrial e acadêmico.

Em segundo lugar, porque esses municípios estão sob a jurisdição do TCESP e formam um grupo amplo e diversificado de objetos de observação que são monitorados (auditados) regularmente, permitindo que as propostas resultantes deste estudo sejam implementadas e monitoradas nos próximos anos. Além disso, a escolha dos municípios na área de atuação do TCESP se deve ao fato da autora deste estudo atuar neste Tribunal de Contas, como já mencionado, o que confere conhecimento e experiência de campo às discussões realizadas e também permite a incorporação dos novos aprendizados no cotidiano de trabalho.

Entre os 644 municípios do Estado de São Paulo sob a jurisdição do TCESP, o cumprimento das metas globais de sustentabilidade varia significativamente. O índice municipal escolhido (IDSC) revela disparidades gritantes: inúmeras cidades enfrentam desafios consideráveis para atingir as metas globais, obtendo pontuação "baixa" no índice, enquanto muitas outras alcançam uma classificação "média", indicando barreiras persistentes à localização dos ODS. Notavelmente, 78 municípios paulistas alcançaram uma pontuação "alta", representando a maioria das 91 cidades brasileiras mais bem classificadas (veja o Anexo C para a lista completa de São Paulo). No entanto, mesmo essas cidades de desempenho melhor do que as demais apresentam lacunas no cumprimento de indicadores específicos dos ODS, encontrando obstáculos comuns à maioria dos municípios. Ao restringir o foco a essas 78 cidades – aquelas com pontuação no IDSC acima de 60,00 – este estudo visa aumentar a relevância e o impacto das medidas propostas, concentrando-se em localidades onde

intervenções direcionadas podem gerar o progresso mais significativo e/ou as abordagens podem ter maiores chances de serem replicadas.

O instrumento de monitoramento e avaliação utilizado foi o Índice de Desenvolvimento das Cidades Sustentáveis (IDSC), índice criado por uma parceria entre um instituto brasileiro – o Instituto Cidades Sustentáveis e a Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável (SDSN), uma iniciativa global para promover abordagens integradas para a implementação dos ODS (...) por meio de educação, pesquisa, análise de políticas e cooperação global (SDSN⁴⁶). As informações técnicas são disseminadas de forma simples, visando atingir gestores públicos de todas as áreas e facilitar a análise dos dados. “A metodologia aponta dados ausentes para incentivar órgãos técnicos e gestores públicos a preencher as lacunas e produzir e integrar novas bases de dados” (IDSC⁴⁷, tradução própria).

O índice municipal é formado por um conjunto de indicadores que abrangem as metas de cada ODS. Por exemplo, para demonstrar se um governo está realmente tomando medidas para erradicar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares (ODS 1), é necessário subdividir e analisar cada um dos indicadores que constituem cada uma das diversas metas de desenvolvimento sustentável. A Figura 13 apresenta um exemplo desse sistema.

⁴⁶ Disponível em: <https://www.unsdns.org/>. Acesso em 11 de abril de 2025.

⁴⁷ Disponível em: <https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology/>. Acesso em 14 de abril de 2025.

Figura 13– Lista exemplificativa de metas e indicadores do ODS 1

Lista de metas e indicadores
<p>Meta 1.1</p> <p>Erradicar a pobreza extrema ↓</p> <p>Indicador ODS 1.1.1 Parcela abaixo da linha de pobreza internacional</p>
<p>Meta 1.2</p> <p>Reduzir a pobreza em pelo menos 50% ↓</p> <p>Indicador ODS 1.2.1 Parcela abaixo da linha de pobreza nacional Indicador ODS 1.2.2 Participação na pobreza multidimensional de acordo com as definições nacionais</p>
<p>Meta 1.3</p> <p>Implementar sistemas de proteção social ↓</p> <p>Indicador ODS 1.3.1 População abrangida por pisos/sistemas de proteção social</p>

Fonte: Nosso Mundo em Dados⁴⁸

O IDSC utiliza 100 indicadores (a lista completa está disponível no Anexo D), 98 deles baseados em fontes públicas e oficiais, para mensurar e avaliar o alcance de metas globais, verificando as ações, atividades e programas públicos em uma cidade. As pontuações são atribuídas em um intervalo de 0 a 100, representando uma porcentagem de desempenho ótimo. “A diferença entre a pontuação obtida e 100 é, portanto, a distância em pontos percentuais que uma cidade precisa superar para atingir o desempenho ótimo” (IDSC). As pontuações são segregadas por cores e legendas, conforme mostrado na Tabela 4:

⁴⁸Disponível em: <https://ourworldindata.org/sdgs/no-poverty>. Acesso em 10 de maio de 2025.

Tabela 4– Classificação de cores e legendas do IDSC

IDSC pontuação e legendas		
Legenda	Cor	Pontuação
Muito Alta		Acima de 80 até 100 pontos
Alta		Entre 60 e 79,99 pontos
Média		Entre 50 e 59,99 pontos
Baixa		Entre 40 e 49,99 pontos
Muito Baixa		Abaixo de 39,99 pontos

Fonte: Elaboração própria.

Os desenvolvedores do índice definiram um "valor desejável" para cada um dos indicadores, que se localiza na divisão entre verde-claro e verde-escuro. Posteriormente, os idealizadores do IDSC estabeleceram a "linha verde" ou "limiar verde", o valor a partir do qual se considera que o município atingiu o cumprimento dos ODS. Esse limite está localizado na linha divisória entre verde-claro e cores quentes. A lista completa de indicadores, valores desejáveis, etc., encontra-se no Anexo D deste estudo.

Os criadores do índice consideraram os 17 ODS como um conjunto integrado de elementos, razão pela qual todos os objetivos foram ponderados igualmente, embora tivessem diferentes quantidades de indicadores dentro de cada um. Dessa forma, se uma cidade almeja progredir e subir na classificação, deve investir em todos os objetivos sustentáveis. "Para calcular o IDSC-BR, as pontuações são calculadas para cada um dos 17 objetivos, utilizando a média aritmética de todos os indicadores para aquele ODS. A média dessas pontuações produz o resultado expresso pelo índice" (IDSC).

Apesar de ser o único índice que avalia todas as cidades paulistas (cidades brasileiras, na verdade) em cada um dos ODS, o índice apresenta lacunas, que também são consideradas pela autora como lacunas para pesquisas futuras. Primeiro, nem todas as dimensões e metas da Agenda 2030 são contempladas pelo IDSC devido à falta de informações em *data lakes* públicos. Segundo, algumas informações não estão atualizadas porque o ano de referência dos dados é de vários exercícios atrás.

O Estado de São Paulo não possui nenhuma cidade com pontuação "muito alta" (verde-escuro) no cumprimento dos ODS. De fato, até 2024, a maioria das

idades paulistas atingiu apenas a metade da avaliação em pontos⁴⁹. Os 78 municípios da amostra alcançaram a pontuação “alta” (verde-claro) e representam 12,09% de todos os municípios do Estado. Eles ultrapassaram 60,00 pontos, mas obtiveram um máximo de 66,76 pontos (de 100,00), demonstrando que ainda há espaço para muitas – necessárias – melhorias.

Após a seleção da amostra, a pesquisa verificou se os municípios apresentavam alguma característica que pudesse estar relacionada às barreiras comumente enfrentadas pelos gestores locais, como desconhecimento do tema tanto na administração quanto na população em geral, poucos recursos financeiros, baixa capacitação técnica, entre outras.

Para categorizar o tamanho das cidades e, portanto, a estrutura administrativa local, foi considerada a densidade populacional apresentada no próprio IDSC. Para identificar o nível de recursos financeiros do município, o valor do PIB *per capita* foi obtido no site oficial do governo federal. Considerando que as deficiências em conhecimento técnico constituem um obstáculo importante para a plena adoção da Agenda 2030, verificamos a proximidade das cidades com universidades e centros tecnológicos, onde novas competências poderiam ser desenvolvidas.

Posteriormente, foi observado o nível de conformidade dos gestores com as análises já em andamento pelo Tribunal de Contas de São Paulo. A classificação de cada município no Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEG-M) do TCESP revelou se, após 10 anos de avaliação pelo índice e pelo ranking, os gestores já haviam aprimorado sua gestão e se as pontuações atingiram “altamente eficaz” (nota A) ou “muito eficaz” (nota B+).

Por fim, o estudo verificou a familiaridade das cidades com o tema da Agenda 2030 e dos ODS e sua disseminação pelos canais de comunicação oficiais dos municípios. O objetivo foi analisar o nível de conscientização e sensibilização para os objetivos sustentáveis e a agenda global. Observando as primeiras páginas dos sites oficiais das cidades e acessando os sistemas de busca por palavras-chave

⁴⁹ Informação adicional: a cidade de São Paulo, capital do Estado, está entre as cidades com nota “média” (amarela), com 55,58 pontos. Disponível em: <https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/profiles/3550308/>. Acesso em: 22 de abril de 2025.

disponíveis *online*, foi possível verificar o quão atual e frequentemente o tema era apresentado à população, servidores e gestores.

De acordo com Gil (2008, p. 27), as “pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores”. Sua finalidade é aprofundar a compreensão do tema, e seus procedimentos incluem levantamento bibliográfico e análise de documentos preliminares, visando ampliar a compreensão do fenômeno e identificar variáveis relevantes. Assim, esse tipo de pesquisa é utilizado quando se depara com um tema não explorado nas especificidades necessárias, para que se possam formular hipóteses precisas e operacionalizáveis sobre ele (Gil, 2008, p. 27)

A natureza exploratória desta pesquisa permitiu um conhecimento mais profundo dos fenômenos estudados. A combinação dos dados analisados com a observação informal do trabalho diário da autora permitiu uma compreensão mais ampla dos aspectos que podem impactar o alcance, em algumas localidades. A pesquisa adotou uma abordagem dedutiva usando a estrutura teórica apresentada inicialmente para analisar os dados sob essas lentes. O objetivo é construir uma base mais sólida para decidir as interações mais eficazes que uma Instituição de Auditoria poderia usar para abordar os problemas apresentados e desenhar uma gama personalizada das contribuições que o TCESP poderia fazer para promover a localização dos ODS em cidades paulistas.

4 RESULTADOS E CONCLUSÕES

Previamente, esta pesquisa apresentou as barreiras que as cidades enfrentam globalmente para adotar a Agenda 2030, detalhando-as na Seção 2.2, analisou o papel estratégico das Entidades de Auditoria para promover o desenvolvimento sustentável nos municípios na Seção 2.3 e detalhou as ferramentas que o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo possui para ser uma força motriz nesse processo, na Seção 2.4. Agora, utilizando a metodologia descrita no Capítulo 3, este estudo visa responder a duas áreas de investigação: os principais desafios enfrentados pelas cidades paulistas para promover a adoção local dos ODS e as ferramentas e estratégias empregadas globalmente pelas Entidades de Auditoria para promover a Agenda 2030.

Para avaliar sistematicamente os desafios que as cidades enfrentam, a Seção 4.1 examina as principais características municipais, começando pela densidade populacional (conforme a classificação do IDSC) e o PIB *per capita* (obtido de bancos de dados do governo federal), que refletem a capacidade administrativa e as restrições financeiras. Além disso, a proximidade com universidades e centros de tecnologia foi avaliada para medir a facilidade de acesso ao conhecimento e à inovação, fatores críticos para o avanço de iniciativas de desenvolvimento sustentável. Uma investigação mais aprofundada se concentrou na capacidade de conformidade e resposta dos governos municipais a problemas já diagnosticados nos últimos 10 anos pelo Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEG-M) do TCESP. Por fim, o estudo examinou a visibilidade da Agenda 2030 e dos ODS nos canais de comunicação municipais. Ao analisar sites oficiais e sistemas de busca por palavras-chave, a pesquisa avaliou a frequência e a proeminência de conteúdo relacionado à sustentabilidade, oferecendo panoramas sobre o nível de engajamento e conscientização entre autoridades públicas e cidadãos.

A Seção 4.2 apresenta alguns casos exemplares de ações tomadas por Entidades de Auditoria ao redor do mundo que resultaram em melhorias rumo à adoção plena dos ODS. A orientação dos órgãos de auditoria ocorreu de diversas maneiras, seja por meio de relatórios específicos de auditoria operacional, capacitação de gestores e servidores públicos, seja pela disseminação de práticas replicáveis. Dentre as experiências trazidas, destacam-se algumas do próprio TCESP,

que já renderam resultados para a comunidade no passado. A análise desses casos evidenciará algumas lacunas em que uma Instituição de Auditoria poderia atuar de forma mais assertiva.

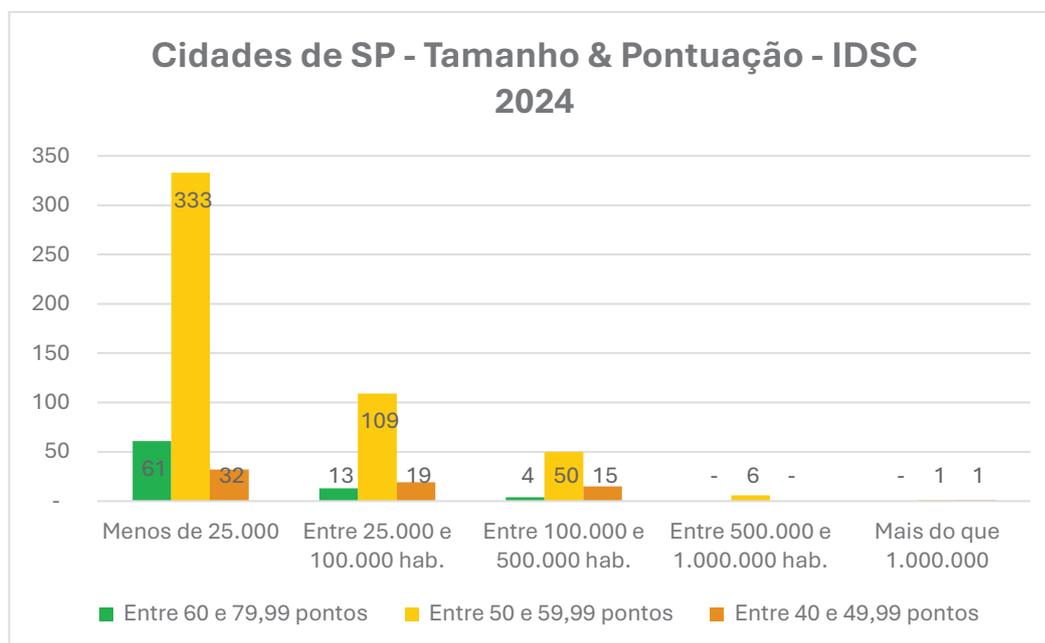
4.1 Analisando o mapa dos ODS no Estado de São Paulo

Primeiramente, a análise dos dados focou no tamanho das cidades classificadas com desempenho “alto” (verde claro) na Agenda 2030 até 2024, que alcançaram de 60 a 66,76 pontos dentro dos possíveis 100 pontos. A questão que se buscava responder era se o tamanho da cidade impactaria na localização dos ODS. Pressupunha-se que um território menor fosse mais fácil de administrar e exigisse menos servidores na máquina governamental. Por outro lado, cidades com baixo número de habitantes geralmente têm populações (e, conseqüentemente, servidores) mais velhas e menos especializadas, devido ao fato de que pessoas mais jovens e com maior especialização tendem a se mudar para grandes centros.

O índice IDSC divide as cidades por população e apresenta cinco faixas de tamanho: municípios pequenos com menos de 25.000 habitantes, cidades com população entre 25.001 e 100.000 pessoas, as que estão entre 100.001 e 500.000, territórios urbanos com 500.001 até 1 milhão de habitantes, e as cidades com maior porte demográfico, que abrigam mais de 1 milhão de pessoas.

Os dados do gráfico 3 mostram que nenhuma das grandes cidades da amostra (áreas urbanas com mais de 500 mil habitantes) obteve pontuação “alta” (verde-claro). Por outro lado, 61 dos municípios mais bem classificados estão no grupo das cidades menores. 17 pontuações “altas” foram atribuídas a áreas urbanas com população entre 25 mil e 500 mil habitantes.

Gráfico 3– Cidades de SP no ranking do IDSC 2024 de acordo com números populacionais



Fonte: Elaboração própria com base no ICS – IDSC 2024.

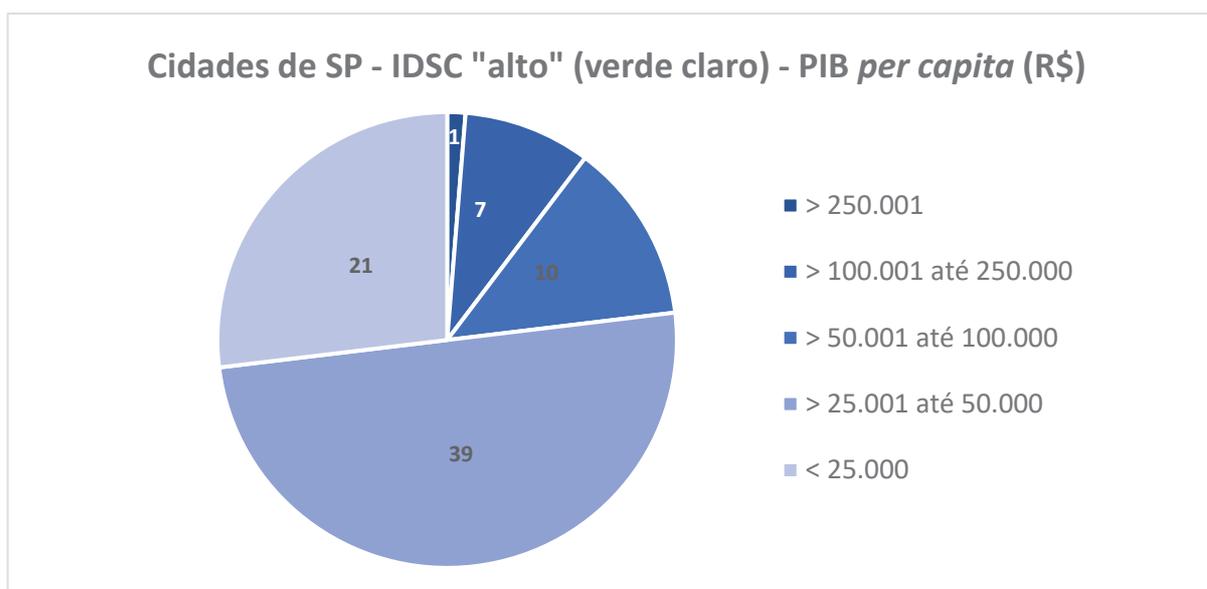
Com base nessas informações, o estudo concentra sua análise nas 78 cidades com pontuação "alta" (verde-claro) no IDSC, por dois motivos concomitantes. Primeiro, porque a gama de barreiras que elas enfrentam provavelmente está dentro do leque mais amplo de dificuldades apresentado por cidades com pontuações mais baixas. Além disso, porque este estudo visa aumentar a relevância e o impacto das medidas propostas, concentrando-se nas cidades onde intervenções direcionadas podem gerar o progresso mais significativo ou onde as abordagens têm maior chance de serem replicadas.

Considerando essa direção, a segunda observação diz respeito à quantidade de recursos financeiros que uma administração pública dispõe para implementar políticas públicas. Para determinar esse impacto na sustentabilidade, este estudo verificou o PIB *per capita* em todas as 78 cidades com melhores pontuações (nível "alto" de localização dos ODS, segundo o índice do IDSC). Portanto, é possível analisar a possibilidade de se atingir as metas da Agenda 2030 sem grandes orçamentos.

O gráfico 4 indica que apenas uma das cidades pontuadas com "alto" tinha mais de R\$ 250.000,00 de PIB (a cidade de Ilhabela, no litoral do estado, tinha mais de R\$

385 milhões de PIB, em 2024, permanecendo na 75ª posição do ranking). No entanto, a maior parcela de cidades apresentou PIB/habitantes inferior a R\$ 50.000.

Gráfico 4 – Cidades de SP classificadas como “altas” no IDSC 2024, consideradas por PIB *per capita*



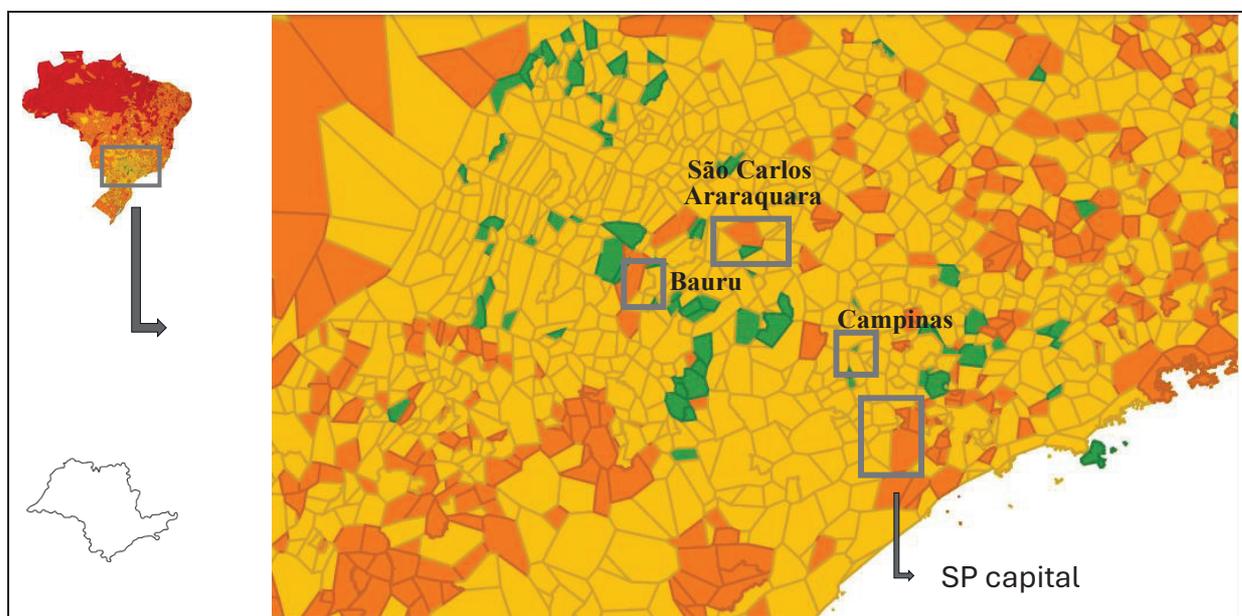
Fonte: Elaboração própria com base em ICS-IDSC e IBGE.

Outro aspecto a ser considerado é se a proximidade com espaços de qualificação técnica pode influenciar ou não o crescimento do alcance dos ODS. No Brasil, as melhores e maiores universidades e institutos tecnológicos geralmente se concentram em grandes centros urbanos, o que não é o caso da maioria das cidades da amostra. Obviamente, pode haver exceções, mas o objetivo desta dissertação é fornecer uma base geral que possa gerar análises úteis para o maior número possível de cidades.

Nesse sentido, este estudo analisou a distância dos polos tecnológicos e acadêmicos entre as cidades mais bem classificadas no IDSC. Para fins desta pesquisa, foram consideradas duas regiões com presença mais intensa de universidades, escolas de tecnologia e indústrias: a região Sudeste do Estado, onde se localizam a Capital e Campinas (a segunda maior cidade do Estado de São Paulo), e o Centro, que inclui as cidades de Bauru, São Carlos e Araraquara, territórios repletos de universidades públicas, investimentos privados e cena intelectual.

Como mostra o mapa da figura 14, a proximidade com a Capital ou com a região central São Carlos – Araraquara não parece ter influência no alcance dos ODS, embora cidades ao redor de Campinas e próximas a Bauru se beneficiem de sua localização. Além disso, é importante destacar que há dezenas de cidades com pontuação “alta” que estão distantes das duas regiões acadêmica e tecnologicamente avançadas, nas regiões Noroeste e Centro-Sul do Estado. O cenário indica que ter polos de desenvolvimento próximos pode ser benéfico, mas não é condição indispensável para o cumprimento da Agenda 2030.

Figura 14– Polos acadêmicos e tecnológicos do Estado de São Paulo no mapa brasileiro colorido a partir dos resultados do IDSC 2024



Fonte: Elaboração própria com base no ICS – IDSC – Mapa Interativo.

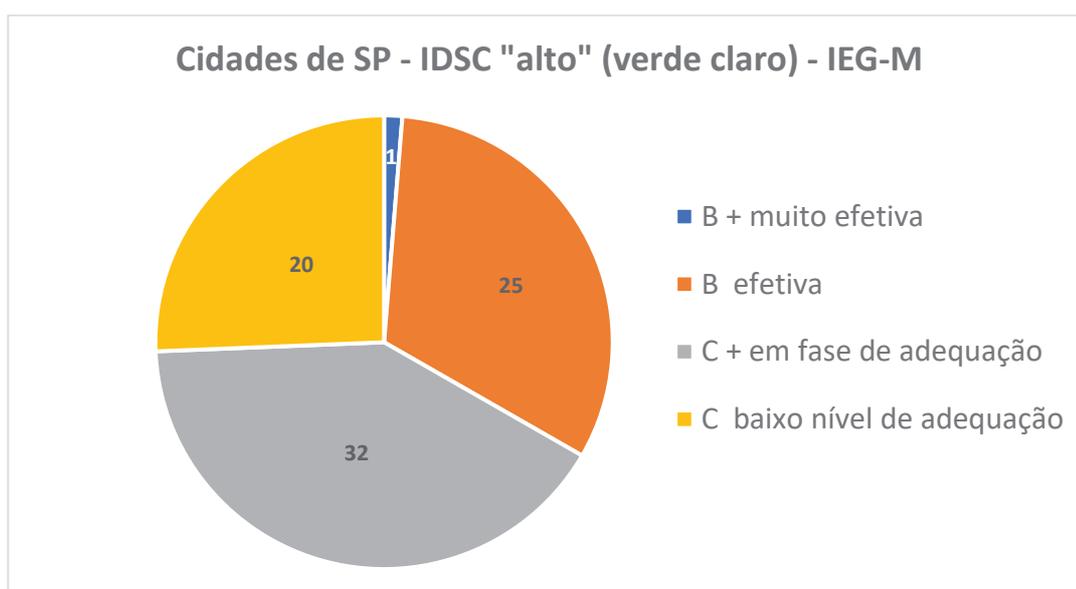
O próximo passo foi verificar se os 78 municípios paulistas que pontuam “alto” (nível de atendimento aos ODS) no índice do IDSC também apresentam alto desempenho no Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEG-M) do TCESP. Conforme detalhado na Subseção 2.4.2, o IEG-M verifica o cumprimento das normas legais e a efetividade das ações dos gestores municipais em 7 diferentes áreas: planejamento, gestão fiscal, educação, saúde, meio ambiente, defesa civil e tecnologia da informação. Muitas das questões verificadas no IEG-M estão diretamente relacionadas às metas e ao cumprimento dos indicadores dos ODS, como o percentual de vacinação infantil, por exemplo. Além disso, as irregularidades

encontradas no descumprimento das exigências do IEG-M constam nos relatórios de auditoria, bem como nas recomendações.

Essa observação permite aprofundar a análise do desenvolvimento sustentável, deixando perceber se a cidade não está apenas implementando algumas ações para cumprir as metas dos ODS, mas se as políticas públicas municipais (em geral) são efetivas. Além disso, considerando que as cidades são avaliadas pelo IEG-M há 10 anos, a análise nos permite verificar o nível de conformidade com as conclusões do Tribunal e o comprometimento com as mudanças necessárias, registrados nas recomendações dos relatórios e julgamentos.

De acordo com os gráficos, apenas uma cidade (Narandiba, 45ª colocada no ranking do IDSC, com 61,45 pontos e PIB bruto de R\$ 129.106,16) alcançou a classificação “B+” (muito efetiva) e acabou se enquadrando de maneira similar nos índices dos ODS e do TCESP. Considerando o índice do Tribunal de Contas paulista, a maioria das cidades da amostra não se mostrou efetiva, apresentando as classificações “C+ – em processo de adequação” ou “C – baixo nível de adequação”.

Gráfico 5– Cidades de SP classificadas como “altas” no IDSC 2024 no ranking do índice IEG-M



Fonte: Elaboração própria com base no ICS – IDSC e IEG-M – TCESP.

Assim como ocorreu no índice do IDSC, onde nenhuma cidade paulista atingiu a pontuação máxima (nível “muito alto” de cumprimento dos ODS), nenhuma das

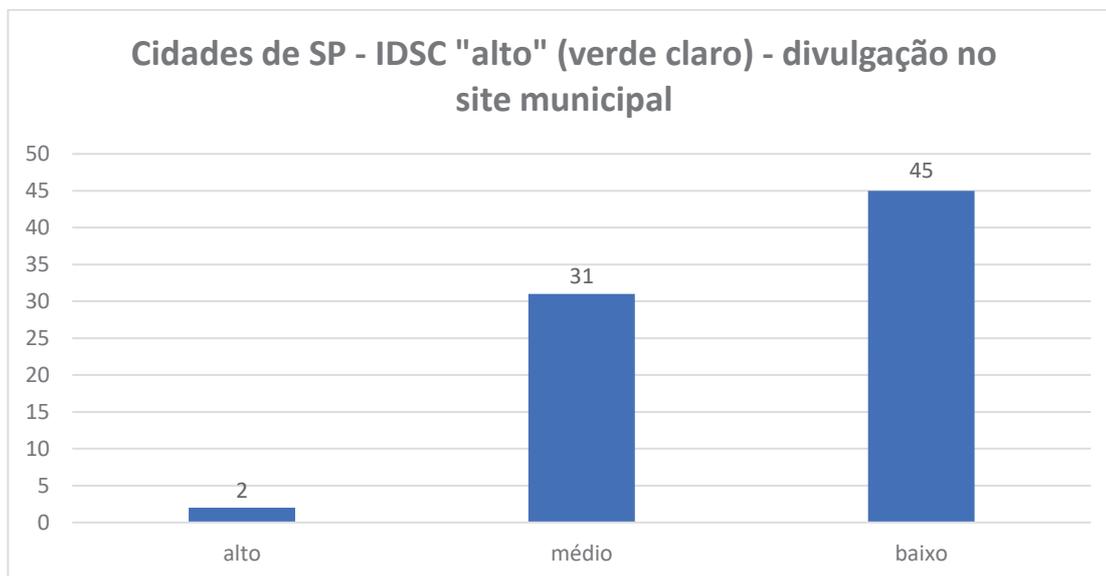
idades do Estado de São Paulo atingiu a pontuação máxima no índice do IEG-M (“A – altamente eficaz”).

Por fim, uma última avaliação foi feita: o nível de disseminação da Agenda 2030 e dos ODS da ONU nos municípios paulistas, tanto internamente (gestores públicos, coordenadores, servidores, etc.) quanto externamente (cidadãos em geral) à população. A falta de conhecimento dos ODS é um desafio a ser superado em diferentes níveis (lideranças, servidores, população, parceiros, etc.) e que afeta diferentes dimensões do problema (governamental, financeira e social), o que torna a conscientização e a familiaridade com o tema do desenvolvimento sustentável ainda mais essenciais. Para investigar se a administração local se envolvia com a temática, o estudo verificou se o tema está presente nos sites das prefeituras, forma mais ampla de comunicação das cidades com a sociedade.

Este estudo imita a lógica de indicadores de Winden (2017) para verificar o peso dado a algum assunto, medindo a quantidade e a facilidade/acessibilidade para encontrar informações. Portanto, o indicador se estabelece em uma escala de alto a baixo dependendo se há menção aos ODS e/ou à Agenda 2030 na página inicial do site público (alto), se há menção a alguma ação ou procedimento sobre o assunto após o uso da função “busca” (médio), ou se não há menção sobre o tópico na página pública (baixo). As seguintes palavras ou conceitos foram pesquisados nas páginas da web: “ODS”, “Agenda 2030” e “desenvolvimento sustentável”.

De acordo com os resultados encontrados, mais da metade das cidades de SP mais bem classificadas pelo IDSC não mencionam os ODS, a Agenda 2030 ou o conceito de “desenvolvimento sustentável” em seus *websites*. Entre elas, 31 municípios têm notícias ou projetos relacionados aos ODS em seus sítios oficiais, mas isso requer alguns mecanismos de busca. No entanto, os dados apresentados em duas cidades mostraram que o tema faz parte da agenda municipal e merece um lugar na primeira página de seus *websites*, sendo que qualquer pessoa pode encontrar informações sobre o assunto sem esforço.

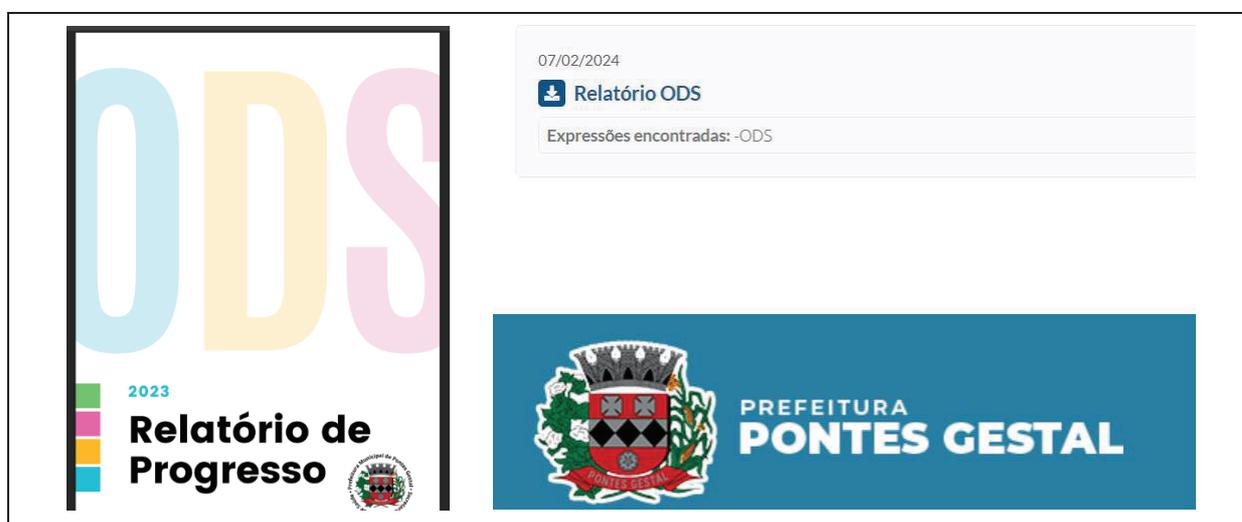
Gráfico 6– Cidades de SP classificadas como “altas” no IDSC 2024 de acordo com a menção no local dos ODS ou da Agenda 2030



Fonte: Elaboração própria.

Entre as cidades com pontuação "média", Pontes Gestal se destaca. Apesar de apresentar informações relacionadas aos ODS, à Agenda 2030 ou ao desenvolvimento sustentável somente após o uso da "função de busca" no *site*, o município exibiu um relatório dos ODS 2024, demonstrando a importância do tema. Mesmo que a informação não estivesse na página inicial, quando o cidadão busca dados mais aprofundados, encontra um relatório completo sobre o assunto.

Figura 15– Site da Pontes Gestal



Fonte: https://www.pontesgestal.sp.gov.br/arquivos/ods_pontes_gestal_-_gab_07044424.pdf.

Todos os outros municípios classificados como nível "médio" de importância do tema apresentaram alguma informação sobre os temas, após pesquisa. Geralmente, os achados são notícias mais antigas, prêmios de anos anteriores e projetos ou campanhas antigas. Isso pode ocorrer devido a mudanças na administração (eleições) ou à fragilidade do ciclo de vida de projetos e políticas públicas. Se a importância do tema fosse mais disseminada na sociedade local e entre os servidores públicos, provavelmente a menção aos temas seria mais recorrente no *site* oficial.

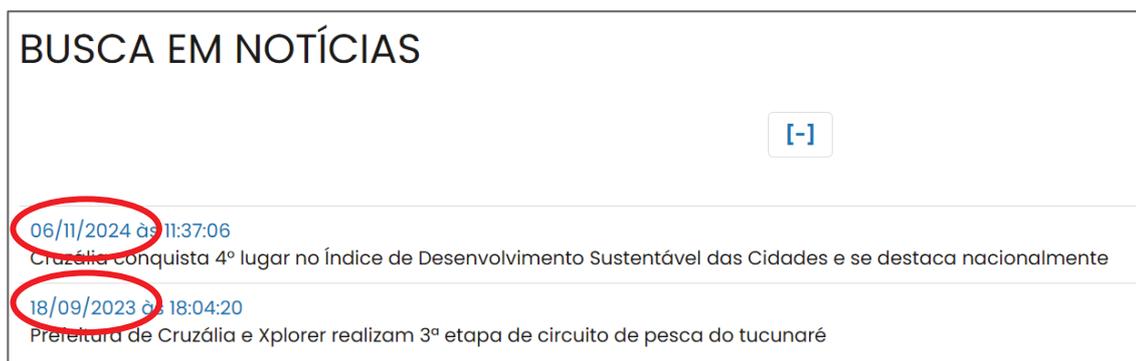
Figura 16– Site de Santo Antônio do Pinhal

The screenshot shows the website of Santo Antônio do Pinhal with the following content:

- Navigation Bar:** Santo Antônio do Pinhal, A Cidade, Secretarias, Notícias, Fotos, Prestando Contas, Transparência, COVID-19, Transparência, Novos Canais de Contato.
- Section 1:**
 - Logo:** OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (UN logo).
 - Category:** Administração.
 - Title:** Moradores de Santo Antônio do Pinhal podem sugerir ações para melhorar a cidade e o planeta.
 - Text:** A ação integra os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), um plano de ação global proposto pela ONU com meta até 2030.
 - Date:** Publicado em 30/07/2023 às 16h26.
- Section 2:**
 - Category:** 2023.
 - Title:** Santo Antônio do Pinhal faz levantamento de problemas, necessidades e deficiências.
 - Date:** Publicado em 09/09/2022 às 9h40.
- Section 3:**
 - Logo:** OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (grid of 17 icons).
 - Category:** Administração.
 - Title:** MUNICÍPIO FAZ LEVANTAMENTO DE PROBLEMAS, NECESSIDADES E DEFICIÊNCIAS.
 - Text:** O Brasil, juntamente com os 193 Estados membros da ONU, comprometeram-se a adotar uma das mais ambiciosas agendas da história da diplomacia internacional. A partir dela, as nações trabalharão para cumprir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).
 - Date:** Publicado em 08/09/2022 às 5h40.

Fonte: <https://www.santoantoniopinhall.sp.gov.br/pesquisar>.

Figura 17– Site da Cruzália



Fonte: <https://www.cruzalia.sp.gov.br/>.

No entanto, duas cidades demonstraram que é possível transformar os ODS em uma questão atual para gestores, servidores e sociedade, e alcançaram um nível "alto" de disseminação. Os resultados indicam que esses municípios incluíram a Agenda 2030 entre os temas oficiais e importantes para figurar na primeira página do *site*. Seja incluindo as metas da ONU em todas as políticas públicas e, portanto, ao lado das notícias correspondentes no site, como a cidade de Pedreira; seja atribuindo ao assunto um ícone específico na página, como São Manuel; as cidades provaram que é concebível incluir os ODS regularmente em *sites* e vidas.

Figura 18– Site da Pedreira



Fonte: <https://www.pedreira.sp.gov.br/>.

Figura 19– Site de São Manuel



Fonte: <https://www.saomanuel.sp.gov.br/>.

Os desafios que os municípios de São Paulo enfrentam para o avanço dos ODS refletem não apenas as limitações das políticas locais, mas também barreiras sistêmicas mais amplas, que levam a situações que exigem coordenação horizontal e vertical, parcerias com múltiplas partes interessadas e a vinculação dos recursos políticos existentes aos procedimentos formais (Masuda *et al.*, 2021). Em outras palavras, a falta de progresso não pode ser explicada isoladamente, mas deve ser entendida sob uma perspectiva integrada que considere o contexto local.

Os resultados revelam tendências importantes: as cidades mais bem classificadas têm, predominantemente, populações inferiores a 25.000 habitantes, enquanto as cidades maiores (mais de 500.000 habitantes) apresentaram pontuações mais baixas. Em termos financeiros, 75% dos municípios apresentaram PIB *per capita* inferior a R\$ 50.000. Notavelmente, as cidades com alto desempenho no IDSC estavam frequentemente distantes dos polos acadêmicos e tecnológicos do estado (regiões Sudeste e Centro-Oeste). Mais de dois terços dos municípios demonstraram consistentemente níveis inadequados de conformidade no índice de efetividade do TCESP, que completa uma década. Por fim, apenas duas cidades disponibilizaram informações substanciais relacionadas aos ODS nas primeiras páginas de seus *sites* oficiais.

Após compreender as realidades e conhecer os resultados encontrados nos municípios da amostra, é possível desenhar alternativas viáveis para a localização

dos ODS nos municípios paulistas e articular as melhores oportunidades para que o TCESP seja um agente propulsor na indução da Agenda 2030.

4.2 Encontrar ferramentas e estratégias das instituições de auditoria para promover os ODS

Para enfrentar o desafio de adoção global dos ODS de forma integral e em conformidade com a determinação da INTOSAI de participar da mudança, diversas Instituições de Auditoria ao redor do mundo implementaram práticas que buscam fomentar e promover o desenvolvimento sustentável. Alguns organismos de auditoria realizaram auditorias de desempenho, outros desenvolveram índices, alguns utilizaram novas tecnologias, outros formaram parcerias ou engajaram a comunidade. Tais ações demonstram o amplo repertório de ferramentas e estratégias que podem ser utilizadas pelos auditores para orientar a localização dos ODS.

O Gabinete do Auditor Geral (GAG) do Canadá realizou uma auditoria de desempenho para avaliar a preparação do governo federal para implementar a Agenda 2030. A auditoria revelou lacunas significativas, incluindo a ausência de uma estrutura formal de governança, a falta de engajamento das partes interessadas e mecanismos de monitoramento insuficientes. Apesar do compromisso do Canadá com os ODS, o GAG constatou que os principais ministérios não haviam alinhado suas políticas, nem alocado recursos adequados para isso. As recomendações da auditoria levaram à melhoria da coordenação interdepartamental e ao desenvolvimento de uma estrutura nacional para a implementação dos ODS, demonstrando como as Entidades de Fiscalização Superiores (EFS) podem impulsionar a responsabilização e a mudança sistêmica.

Na América Latina, o Tribunal de Contas da União (TCU) liderou uma auditoria coordenada em 12 países para avaliar a preparação para a implementação dos ODS, com foco em sistemas sustentáveis de produção de alimentos (meta 2.4 dos ODS). A auditoria utilizou ferramentas inovadoras como o Radar dos ODS e a Escala de Avaliação de Governança, revelando desalinhamentos de políticas, como incentivos fiscais para pesticidas que contradizem as metas da agroecologia. As conclusões do TCU impulsionaram reformas para harmonizar políticas e reduzir ineficiências fiscais, demonstrando como auditorias regionais podem identificar desafios transfronteiriços

e promover a coerência das políticas. A auditoria também destacou a fragmentação na governança, levando a recomendações para sistemas de monitoramento integrados e colaboração interministerial mais forte.

Na Costa Rica, a Controladoria Geral da União (CGR) desenvolveu um índice padronizado para medir a qualidade da água, a continuidade do fornecimento e as condições de infraestrutura, para analisar a prestação de serviços de água em comunidades vulneráveis, em alinhamento com o ODS 6 (água limpa e saneamento). Os resultados revelaram desvios significativos em relação aos padrões nacionais. Ao envolver as partes interessadas locais no processo de avaliação, a CGR não apenas destacou ineficiências sistêmicas, mas também fomentou a participação da comunidade em mecanismos de responsabilização. As recomendações baseadas em evidências da auditoria impulsionaram reformas nas políticas de gestão da água, demonstrando como as EFS podem preencher as lacunas entre as metas nacionais e as realidades locais, ao mesmo tempo em que promovem a prestação equitativa de serviços.

O Conselho de Auditoria da Indonésia (BPK) adotou uma abordagem geoespacial para monitorar o progresso dos ODS na gestão da água (ODS 6) e na redução da pobreza (ODS 1). Ao auditar a bacia hidrográfica do Rio Brantas, o BPK utilizou dados de satélite da NASA para monitorar os níveis de poluição e a atividade econômica, revelando ineficiências na gestão de resíduos e nas políticas de saneamento. A auditoria constatou que a contaminação por resíduos industriais e domésticos aumentou os custos do tratamento de água em US\$ 2,04 milhões anualmente. As recomendações do BPK levaram ao estabelecimento de limites de carga poluente e incentivaram os governos locais a adotar programas integrados de saneamento. Além disso, o BPK utilizou os temas no Fórum Político de Alto Nível (HLPF) da ONU para alinhar as auditorias às metas dos ODS, contextualizando as estruturas globais às prioridades locais.

Com foco no TCESP e destacando algumas das ferramentas apresentadas na Figura 12, as recomendações resultantes das auditorias já trouxeram diversas melhorias para os municípios que as implementaram. Por exemplo, em 2020, o Tribunal identificou irregularidades na gestão de resíduos sólidos em municípios da região de Sorocaba, recomendando a revisão de contratos e a implementação de

políticas de sustentabilidade. Como resultado, as cidades modernizaram seus sistemas de coleta seletiva, aumentando a reciclagem de materiais em 30%.

Outra abordagem que apresentou resultados foi, por exemplo, a elaboração e divulgação do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP). Além da disponibilização *online* do material, o Tribunal promoveu treinamentos sobre o MCASP para os municípios, visando à padronização e à transparência na contabilidade pública. Outra ação que se destaca foram as Fiscalizações Ordenadas em saúde, durante a pandemia da Covid-19. O Tribunal emitiu recomendações técnicas e checklists para os municípios sobre a gestão dos recursos da pandemia, contribuindo para a otimização de recursos e a conscientização de gestores e cidadãos.

Estudos de caso internacionais revelam abordagens diversas para superar os desafios da implementação dos ODS em áreas urbanas. O OAG do Canadá abordou lacunas de governança por meio de recomendações de treinamento direcionadas, enquanto o TCU do Brasil empregou ferramentas inovadoras para resolver a fragmentação de políticas, conscientizando as partes interessadas. O CGR da Costa Rica desenvolveu um índice especializado de qualidade da água que envolveu a participação pública na resolução de problemas. O BPK da Indonésia utilizou tecnologia da NASA para monitorar as condições ambientais, com os resultados abordados por meio de recomendações de políticas e divulgação pública. Da mesma forma, o TCESP implementou soluções práticas, incluindo recomendações de gestão, manuais técnicos e listas de verificação de otimização de recursos para aprimorar a adoção dos ODS.

Estes estudos de caso demonstram como as Instituições de Auditoria podem abordar eficazmente as barreiras sistêmicas à localização dos ODS nas dimensões governamental, financeira e social. Por meio de suas funções de supervisão e consultoria, os órgãos de auditoria ajudam a mitigar desafios, incluindo conscientização limitada, financiamento insuficiente, baixo engajamento das partes interessadas, estruturas de governança inadequadas e restrições de capacidade técnica nas cidades. Esses casos exemplificativos ressaltam o potencial transformador das Instituições de Auditoria para preencher lacunas políticas e ajudar os governos a superar as barreiras dos ODS.

5 DISCUSSÃO E APLICAÇÕES PRÁTICAS

Os resultados empíricos da Seção 4.1 revelam padrões distintos nos desafios de localização dos ODS entre os municípios: cidades menores (menos de 25.000 habitantes) superaram os grandes centros urbanos, 75% dos municípios apresentando capacidade fiscal limitada (menos de R\$ 50.000 de PIB *per capita*) e a maioria demonstrando deficiências persistentes de governança. Esses desafios prosseguem apesar da distribuição geográfica, visto que a maioria dos municípios com melhor desempenho frequentemente estavam localizados distantes dos principais polos acadêmicos ou tecnológicos. As piores preocupações estão relacionadas aos níveis consistentemente inadequados de conformidade no índice de efetividade do TCESP e à falta de informações substanciais relacionadas aos ODS nos *sites* oficiais dos municípios.

A análise comparativa internacional na Seção 4.2 demonstra como as Instituições de Auditoria abordam essas barreiras multidimensionais. Há exemplos na implementação de programas de capacitação, no desenvolvimento de ferramentas de alinhamento de políticas e na criação de sistemas de monitoramento participativo. Essas abordagens são refletidas nas orientações técnicas e nas estruturas de avaliação do TCESP. Esses casos, em conjunto, ilustram a capacidade das Instituições de Auditoria de mitigar obstáculos sistêmicos à localização dos ODS por meio de sua dupla função de supervisão e orientação.

Embora essas descobertas forneçam evidências substanciais, sua interpretação deve considerar a estrutura teórica mais ampla estabelecida no Capítulo 2, particularmente no que diz respeito à capacidade institucional e à dinâmica de governança multinível.

5.1 Proposta de aplicação prática – em relação às cidades e aos formuladores de políticas

Conforme discutido no Capítulo 2, “as estratégias devem ser personalizadas para refletir os desafios e capacidades distintos de cada país, garantindo que as intervenções sejam relevantes e eficazes para impulsionar o progresso em direção

aos ODS” (Awalia *et al.*, 2024, p. 12, tradução própria). Tal afirmação também é relevante para as realidades municipais e regionais.

A personalização de ações efetivas dependerá da capacidade dos gestores públicos de criar um ciclo virtuoso para a localização dos ODS, o que requer tanto o sequenciamento estratégico quanto a coordenação de múltiplos departamentos e atores, em todos os níveis de governança. Isso possibilitará a conscientização de lideranças e servidores públicos, a preparação da equipe, a busca de recursos, a execução do plano, a disseminação e o engajamento. E quanto mais o processo for avaliado e ajustado, mais rápido e melhor será alcançado o desenvolvimento sustentável em suas três dimensões: ambiental, econômica e social.

O primeiro passo a ser dado pelos gestores públicos na construção deste ciclo é compreender a estrutura dos ODS e identificar metas prioritárias com base nos desafios, capacidades e instrumentos de política específicos de cada cidade. Em outras palavras, definir o ponto de partida das cidades para a próxima fase. A OCDE (2020, p. 5) observa que uma abordagem territorial para os ODS ajuda os formuladores de políticas a “identificar sinergias e gerenciar compensações; aumentar a conscientização; engajar os cidadãos; (re)moldar estratégias de desenvolvimento local [...] e priorizar investimentos, orçamentos e recursos” (tradução própria). Essa priorização deve ser baseada em um processo de diagnóstico informado por dados territoriais e necessidades locais. Nesse sentido, selecionar onde agir primeiro não é apenas estratégico, mas essencial para construir legitimidade institucional e apoio público.

Uma vez definidos os objetivos e metas prioritários, o próximo passo é sensibilizar e capacitar os servidores públicos em todos os setores. As ações de desenvolvimento sustentável são inerentemente intersetoriais, e estruturas públicas compartimentadas frequentemente impedem o planejamento e a execução coerentes. Incentivar o diálogo interdepartamental e iniciativas conjuntas de treinamento fortalece a coerência política interna e constrói um vocabulário comum entre os servidores em torno dos ODS, aumentando a conscientização e construindo o comprometimento. E mais: como enfatiza o PNUD (2020, p. 1), a localização dos objetivos da ONU requer uma “abordagem que envolva toda a sociedade” e inovação na forma como “as instituições públicas, o setor privado e os cidadãos colaboram para alcançar o

desenvolvimento sustentável" (tradução própria). Cidades que integram as metas dos ODS em planos setoriais, ciclos orçamentários, avaliações de pessoal, etc., têm maior probabilidade de manter a consistência e a resiliência ao longo das transições políticas.

O modesto progresso alcançado nas cidades de São Paulo sugere que também é necessária mais atenção à implementação, que se torna uma questão de converter planos em ações integradas, orientadas por dados e apoiadas por uma governança inclusiva. Estudos no Capítulo 2 sugerem que a implementação pode ser aprofundada pela expansão do conhecimento técnico dos servidores públicos, fortes habilidades de coordenação dos líderes e a criação de um senso de coletividade. Até porque alcançar os ODS localmente não é uma tarefa linear – é um processo dinâmico e interativo moldado pela cooperação, inovação e aprendizado institucional. A integração dos ODS requer, acima de tudo, coordenação, parcerias entre múltiplas partes interessadas e a vinculação dos recursos políticos existentes com procedimentos formais (Masuda *et al.*, 2021). Uma vez que as políticas elaboradas possam abordar simultaneamente vários ODS e suas metas, o trabalho em equipe será vital. Para alcançar, por exemplo, um programa social integrado que implemente iniciativas educacionais com foco na educação de qualidade (ODS 4.1), igualdade de gênero (ODS 5.1) e redução das desigualdades (ODS 10.2), promovendo a coesão social e o empoderamento, diversos servidores de diferentes áreas deverão participar.

O próximo passo é (ou deveria ser) parte do ciclo de vida da implementação de políticas públicas: monitoramento e avaliação. Para fins didáticos, este estudo enfatiza a importância desta ação, abrangendo-a integralmente na cadeia de desenvolvimento. Uma abordagem baseada em evidências, gerada pelo monitoramento de indicadores, avaliações de desempenho e mecanismos de *feedback*, garante melhoria contínua e responsabilização. É crucial compreender os processos para manter os pontos fortes, corrigir as falhas, aprimorar tudo o que for possível e fornecer informações corretas sobre o progresso da implementação da Agenda 2030 no município. O monitoramento de dados também garante uma responsabilização pública mais precisa e permite a disseminação inspiradora do progresso administrativo em relação aos objetivos e metas da ONU, com uma linha de base precisa. Referências locais podem levar a uma transformação regional, para além da cidade.

O passo final seria relatar e divulgar o progresso e os obstáculos. Comunicar conquistas, desafios e lições aprendidas às partes interessadas e à comunidade em geral pode aumentar a transparência, a confiança e o aprendizado mútuo entre as cidades. Além disso, relatar as últimas conquistas posicionará a cidade como participante proativa na agenda global de desenvolvimento sustentável, especialmente quando feito por meio dos Relatórios Locais Voluntários (RVL) da ONU. Por outro lado, divulgar as barreiras e os desafios permite que outros atores prestem atenção a eles e obtenham ajuda prévia, ao mesmo tempo em que abre caminho para que outros gestores e servidores públicos façam um desvio. No melhor caso, isso cria oportunidades para as cidades pavimentarem um caminho juntas, adaptando-se à sua própria realidade, mas consolidando a parte básica em colaboração.

Em conclusão, construir um círculo virtuoso para a localização dos ODS significa institucionalizar um ciclo que começa com o diagnóstico local e a priorização estratégica, passa pela sensibilização e capacitação de servidores públicos, chega à implementação coordenada de ações, que contará com monitoramento e avaliação robustos, culminando na responsabilização social e na avaliação comparativa por meio de relatórios e publicações. Embora esse ciclo não possa ignorar as diferenças entre as cidades, ele oferece uma estrutura adaptável e escalável.

5.2 Proposta de aplicação prática – referente ao TCESP

Como instituições independentes de controle externo, os Tribunais de Contas são responsáveis por supervisionar a gestão dos recursos públicos e avaliar a eficácia das políticas governamentais. De acordo com a literatura analisada no Capítulo 2, as Instituições de Auditoria desempenham um papel vital para garantir a implementação efetiva dos ODS nas cidades, garantindo que as políticas públicas sejam planejadas e executadas de forma transparente, eficiente e sustentável.

Além de exigir a localização, essas instituições podem influenciar as partes interessadas em direção à Agenda 2030, como destacou Winden (2017, p. 14, tradução própria):

O nível de influência depende da produção de uma Instituição Superior de Auditoria, para ser mais preciso, do tipo e da quantidade de informações produzidas e disseminadas, e do resultado, ou seja, da absorção e utilização dessas informações pelos tomadores de decisão (Biermann et al., 2009).

Seja por meio de relatórios, orientações, índices e rankings, cursos ou mecanismo de feedback:

A comunicação foi identificada como crucial para a influência de uma Instituição Suprema de Auditoria nos processos; portanto, ao direcionar sua atenção para o momento dos relatórios e ao fornecer uma mensagem de apoio em vez de crítica, os efeitos de suas contribuições podem ser significativamente aprimorados (Windén, 2017, p. 61, tradução própria).

Com base no arcabouço teórico estabelecido neste estudo, nos resultados empíricos da análise do IDSC dos municípios de São Paulo e nas ferramentas institucionais do TCESP (Figura 12), esta pesquisa propõe uma gama de abordagens estratégicas para aprimorar a localização dos ODS. Essas recomendações baseadas em evidências constituem uma estrutura flexível, em vez de uma prescrição exaustiva, permitindo a adoção personalizada com base nos desafios, capacidades e necessidades de desenvolvimento específicos de cada município.

5.2.1 Auditorias regulares com foco especial

Considerando o prazo de 2030, o TCESP poderia enfatizar a análise de ações que levem ao desenvolvimento sustentável no relatório anual do Tribunal. A integração dos critérios dos ODS no processo de auditoria pode mudar o foco da administração municipal para a Agenda 2030. Ao incorporar avaliações de iniciativas relacionadas aos ODS nas auditorias de rotina das contas municipais, avaliando como os governos locais estão alinhando suas políticas e gastos com os ODS, o Tribunal pode destacar áreas que precisam de melhorias e elogiar práticas bem-sucedidas.

A coerência e a integração de políticas exigem uma avaliação sistemática ao longo de todo o ciclo político, desde o planejamento inicial, passando pela implementação, até a avaliação e a revisão. Algumas cidades já alinharam seus planos diretores municipais com os ODS, enquanto outras ainda estão revisando ou elaborando novos planos. O TCESP pode avaliar o alinhamento e a coordenação entre as diversas políticas municipais para garantir que, coletivamente, elas apoiem o alcance dos ODS. Identificar e abordar lacunas ou contradições nas políticas pode aumentar a eficácia geral dos esforços locais de desenvolvimento sustentável.

Ao acessar o índice do IDSC, é possível identificar as metas que recebem mais atenção dos gestores públicos e aquelas que precisam ser desenvolvidas (exemplo

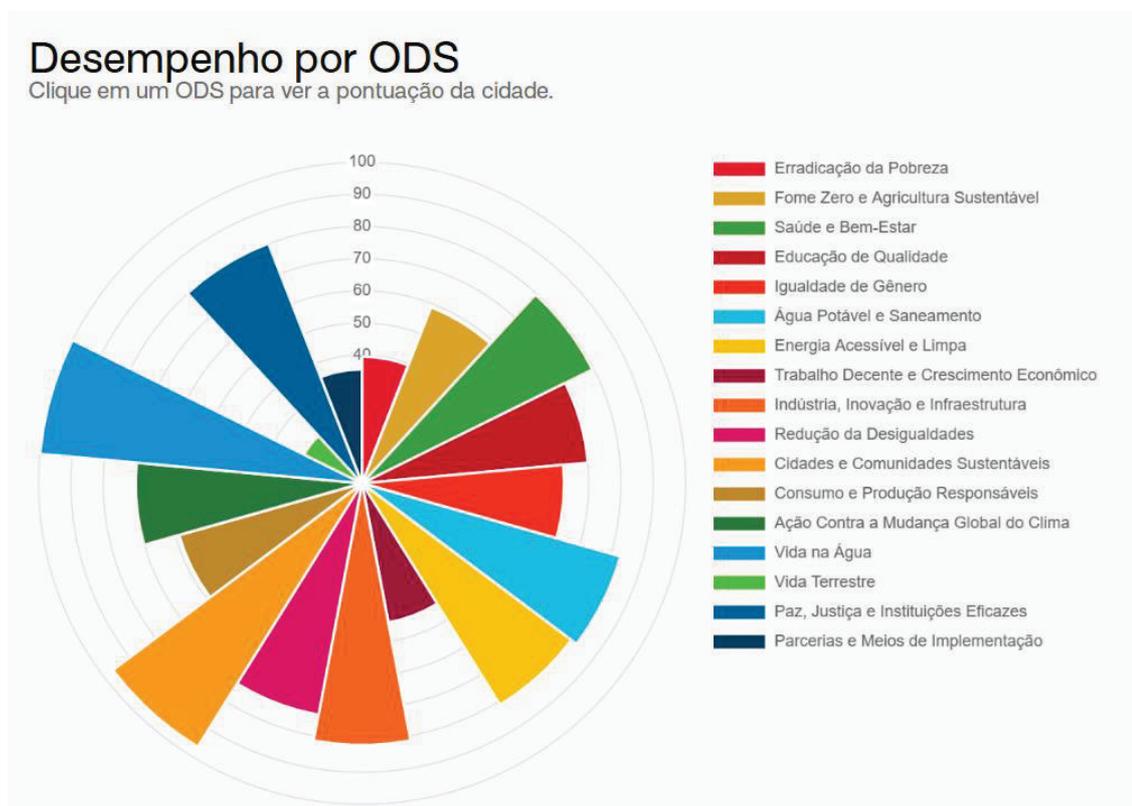
na Figura 13). A partir daí, é possível adaptar uma abordagem específica para cada cidade (considerando todas as realidades) ou propor uma análise do Estado como um todo, desenvolvendo estruturas para coletar e comunicar sistematicamente os resultados de desempenho relacionados aos ODS. Como exemplo:

Figura 20– Ranking da cidade de Alfredo Marcondes – IDSC 2024



Fonte: <https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/>

Figura 21– Desempenho por ODS do município de Alfredo Marcondes – IDSC 2024
Melhor ODS: 14 – Vida na água / Pior ODS: 15 – Vida terrena



Fonte: <https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/profiles/3500808/performance/>

Após selecionar a(s) meta(s), as metas relacionadas podem ser analisadas uma a uma, para verificar quais lacunas precisam ser preenchidas e quais barreiras já foram superadas. Esses dados também podem ser acessados no site do IDSC:

Figura 22– Indicador ODS 15 – Prefeitura de Alfredo Marcondes – IDSC 2024

ODS 15: Proteger a vida terrestre

- Hectare de áreas florestadas e naturais por habitante
- Unidades de conservação de proteção integral e uso sustentável
- Grau de maturidade dos instrumentos de financiamento da proteção ambiental

Fonte: <https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/profiles/3500808/indicators/>

Portanto, esta autora entende que uma abordagem geral é mais viável e pode trazer melhores resultados, uma vez que permite acompanhar o desenvolvimento dos ODS na cidade ao longo dos anos e permite uma comparação entre municípios que

têm históricos semelhantes, como população, receita, tamanho, etc. Uma abordagem desse formato aparece em outro Tribunal de Contas estadual brasileiro – o do Estado de Santa Catarina, onde, na segunda página do relatório, há uma lista das metas dos ODS avaliadas no ano da auditoria (2021, no caso), de forma bastante amigável e compreensível ao público em geral, juntamente com informações técnicas no texto do relatório.

Figura 23– Exemplo da 2ª página de um relatório de auditoria do TCESC



Relatório completo disponível em:

d29ya3NwYWNIOi8vU3BhY2VzU3RvcuUvYmMwYzY3NzQtY2I3NS00MjdILTg3NmEtODk0M2IwNGVhMTEFI

Para aumentar a influência do TCESP sobre os auditados, é importante monitorar a implementação das recomendações. Mecanismos de acompanhamento garantem que as correções sugeridas sejam adotadas, fechando o ciclo de auditoria

e criando uma cultura de conformidade e melhoria contínua (McClain, 2024). Por meio do monitoramento, essas instituições não apenas avaliam o progresso, mas também incentivam a melhoria contínua das práticas governamentais, contribuindo significativamente para o alcance dos objetivos definidos pela Agenda 2030.

5.2.2 Auditorias de performance ou desempenho

Outra opção para direcionar a atenção para os ODS é realizar auditorias aprofundadas com foco em políticas ou áreas temáticas específicas (como sustentabilidade, igualdade de gênero e saúde). Essa ação ajuda a identificar ineficiências sistêmicas, fornecer análises aprofundadas e recomendar melhorias direcionadas. Os auditores podem usar indicadores, comparações e definir marcos específicos para monitorar políticas transversais e orientar os auditados.

O objetivo é analisar se os governos municipais possuem estratégias claras, estruturas de governança adequadas e mecanismos de monitoramento para implementar uma meta ou objetivo sustentável específico. A realização de auditorias de desempenho em programas e políticas relacionadas aos ODS ajuda a destacar a legislação não observada e a fornecer uma lista de verificação útil para o cumprimento da Agenda 2030.

Gestores e líderes municipais aprimoram a administração lendo, estudando e aplicando as recomendações ao receber os resultados de suas auditorias. Um relatório formal, porém abrangente, abre caminho para oportunidades de aprimoramento das ações administrativas, apresentando as razões pelas quais as falhas ocorreram e criando possibilidades para um futuro melhor.

5.2.3 Criação de capacidades

Para ser ainda mais assertivo e eficaz, indo direto ao ponto de instruir gestores e servidores públicos, o TCESP poderia desenvolver e ministrar cursos relacionados aos ODS. Oferecer programas estruturados de treinamento e orientação técnica para gestores e servidores públicos promove a melhoria da formulação e implementação de políticas, especialmente em áreas como governança ambiental (Nunes; Nascimento, 2023). Essa ação fornecerá aos municípios marcos normativos que

esclareçam as responsabilidades legais e administrativas, além de possibilitar a troca de experiências entre os alunos.

A Escola Paulista de Contas Públicas (EPCP) integra o TCESP e conta com profissionais especializados e qualificados para exatamente essa função. Eles podem garantir a elaboração de materiais e a execução de aulas, presenciais ou *online*, de cursos de alto nível sobre a Agenda 2030 para o público interno e externo.

5.2.4 Disseminação de boas práticas

O *benchmarking* costuma ser uma estratégia inteligente entre políticos e líderes públicos. O TCESP poderia desenvolver uma plataforma ou painel específico para compartilhar estratégias bem-sucedidas e estudos de caso de outros municípios que implementaram políticas relacionadas aos ODS com eficácia. Ao fornecer um repositório de melhores práticas, o Tribunal de São Paulo pode servir como um centro de conhecimento, permitindo que as cidades aprendam com as experiências umas das outras e adotem abordagens comprovadas. Relatórios e histórias inspiradoras podem iluminar o caminho para aqueles com ideias, recursos e capacidades menos inovadores, para que desenvolvam uma estratégia desde o início.

Do ponto de vista público, a divulgação municipal promovida pelo TCESP pode fortalecer o relacionamento dos Tribunais com a sociedade, ao mesmo tempo em que promove o debate sobre sustentabilidade. Incentivar o envolvimento público garante que as iniciativas dos ODS respondam às necessidades da comunidade e promovam um senso de pertencimento entre os moradores, fortalecendo a confiança pública nas instituições governamentais.

De acordo com uma das Substitutas de Conselheiro do Tribunal de Contas de Santa Catarina (TCESC), há benefícios em divulgar as boas práticas encontradas na análise dos municípios. Alguns deles são: incentivo a novas iniciativas, valorização do trabalho realizado, incentivo à reprodução de ações bem-sucedidas por outros gestores e redução de custos e tempo necessários para o desenvolvimento de novas soluções (TCESC, 2023).

O *benchmarking* pode tanto capacitar (aqueles na liderança) quanto inspirar (aqueles que estão atrás).

Ao adotar essas estratégias, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo pode influenciar significativamente os municípios a adotar e implementar de forma eficaz as metas e os objetivos dos ODS, promovendo um futuro mais sustentável e equitativo em nível local. Em última análise, essas atitudes também fortalecerão o relacionamento do TCESP com a sociedade paulista, alcançando, com essa ação, o ODS 16 – paz, justiça e instituições eficazes.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) representam uma agenda crucial para o futuro do planeta e da humanidade. Sua concretização não é apenas uma questão de compromisso político, mas uma necessidade para garantir um mundo mais justo, equilibrado e sustentável. O Brasil, como um dos maiores países em desenvolvimento, tem grande responsabilidade e oportunidade de implementar medidas que impulsionem essa agenda; São Paulo, como um dos estados brasileiros mais capacitado e provido de recursos, deve liderar a iniciativa.

A pesquisa destaca o papel crítico das cidades na localização dos ODS e destaca as disparidades no cumprimento dos ODS entre os municípios paulistas, conforme medido pelo IDSC (Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil). Embora as cidades de São Paulo tenham as melhores avaliações no índice municipal, os dados mostram que a melhor pontuação alcançada foi 66,76 de 100,00 pontos, sugerindo que há muito espaço para melhorias. As principais descobertas revelam que as cidades mais bem classificadas apresentam menor densidade demográfica, possuem recursos financeiros limitados, e não demonstraram que a sustentabilidade é um tópico comum em seus sites oficiais. Além disso, muitos municípios não estão próximos de centros de estudo ou tecnologia e não tomaram medidas efetivas em relação a outros problemas apontados pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP) em inspeções ordinárias.

Essas descobertas reforçam os desafios destacados na literatura selecionada como os mais enfrentados pelos espaços urbanos no mundo em relação aos ODS. Barreiras sistêmicas, como falta de conscientização, governança fragmentada, falta de conhecimento técnico, poucos recursos financeiros e engajamento público insuficiente, persistem, dificultando a localização mais ampla dos ODS.

O estudo também identifica ferramentas e estratégias que as Instituições de Auditoria têm utilizado globalmente para aumentar a conscientização sobre o tema e promover a localização dos ODS. Desde o início da Agenda 2030, os Tribunais de Contas têm atuado como um ator fundamental na superação desses desafios por meio de auditorias de desempenho, análise de um objetivo ou meta específica e disseminação de informações sobre o assunto.

A resposta à questão de pesquisa advém da combinação destas duas observações: (i) os desafios que as cidades enfrentam para adotar plenamente o desenvolvimento sustentável e (ii) as ferramentas e estratégias que as Instituições de Auditoria ao redor do mundo e dentro do TCESP possuem e podem utilizar para promover a agenda global. A intersecção dessas descobertas apresenta como as Instituições de Auditoria, em particular o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP), podem aprimorar a localização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nos municípios.

Considerando o papel não judicial dos Tribunais de Contas brasileiros, é importante que eles atuem para conscientizar e instruir gestores, servidores e cidadãos sobre a essencialidade do desenvolvimento sustentável. Essa tarefa pode ser realizada pelo TCESP por meio de diversos mecanismos, como a realização de auditorias focadas nos ODS, a realização de auditorias de desempenho, a oferta de cursos de capacitação e a disseminação de boas práticas, gerando *benchmarking*. Essas ações podem ajudar a combater as barreiras mais comuns, como a falta de conscientização sobre o tema e a baixa qualificação técnica das lideranças (para planejar e coordenar) e dos servidores (para executar). Além disso, a adoção dos ajustes recomendados pelo TCESP resultará em melhor utilização do dinheiro público, auxiliando também na questão da limitação de recursos financeiros.

Dessa forma, a pesquisa atinge seu objetivo de identificar lacunas críticas que dificultam os esforços locais de desenvolvimento sustentável, ao mesmo tempo em que propõe mecanismos acionáveis por meio dos quais as Instituições de Auditoria, particularmente o TCESP, podem fortalecer as capacidades municipais, melhorar a responsabilização e acelerar o progresso em direção à Agenda 2030.

Para acadêmicos, esta pesquisa contribui para a literatura sobre localização dos ODS, enfatizando a importância de abordagens personalizadas e o papel das instituições regionais de supervisão. Ela conecta arcabouços teóricos com a governança prática, oferecendo insights sobre como órgãos de auditoria podem aprimorar a sustentabilidade municipal. Para gestores públicos, recomendações práticas incluem a integração dos ODS às políticas locais, o fomento da colaboração intersetorial e o aproveitamento de ferramentas baseadas em dados, como o IDSC, para intervenções direcionadas. Recomenda-se que os Tribunais de Contas, em particular o TCESP, expandam seu papel consultivo, priorizem auditorias focadas nos

ODS, promovam a capacitação e promovam a transparência por meio de *benchmarking* e relatórios públicos.

O estudo apresenta limitações, como a dependência do índice IDSC, que carece de dados atualizados ou abrangentes para todas as metas dos ODS. O foco em dados de 2024 também restringe a análise longitudinal. Além disso, esta pesquisa se concentrou apenas em 78 municípios paulistas que estão cumprindo indicadores mais sustentáveis e obtendo melhores resultados no Brasil, mas mesmo esses municípios estejam, ainda, muito aquém do cumprimento integral dos ODS.

Pesquisas futuras poderiam explorar o progresso dinâmico dos ODS ao longo do tempo, incorporar estudos de caso qualitativos para contextualizar resultados quantitativos e investigar o impacto de intervenções específicas do TCESP no desempenho municipal. Além disso, a expansão do escopo para incluir outras cidades do Estado de São Paulo, outros estados brasileiros ou comparações internacionais poderia gerar proposições mais amplas sobre estratégias eficazes de localização dos ODS.

Como ilustra a experiência do TCESP, suas contribuições podem alinhar as práticas de gestão local com agendas de desenvolvimento mais abrangentes. Ao fazê-lo, esta instituição desempenha um papel fundamental para garantir que as aspirações da Agenda 2030 sejam traduzidas em resultados tangíveis para as populações urbanas. Ao combinar auditorias, treinamento, disseminação e estímulo à avaliação comparativa, o TCESP pode, de forma única, preencher a lacuna entre as metas globais dos ODS e a implementação municipal, abordando barreiras técnicas e de governança.

Em conclusão, a concretização da Agenda 2030 exige esforços coordenados entre governos locais e instituições de supervisão. Ao abordar barreiras sistêmicas e alavancar sua influência, o TCESP pode acelerar a localização dos ODS, garantindo que nenhuma cidade fique para trás na agenda global de sustentabilidade.

REFERÊNCIAS

- ABHAYAWANSA, Subhash; ADAMS, Carol A.; NEESHAM, Cristina. **Accountability and governance in pursuit of Sustainable Development Goals: conceptualising how governments create value**. Accounting, Auditing & Accountability Journal, [S.l.], 2021. V. 34, n. 4, p. 923-945. <https://doi.org/10.1108/AAAJ-07-2020-4667>. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/aaaj-07-2020-4667/full/html>. Acesso em: 2 de abril de 2025.
- ABRAMAVICIUS, Arnoldas. How to ensure SDGs are implemented in an accountable way at regional and local level. **Journal nº 03 – Time to Act**. European Court of Auditors. Luxembourg: 2019. p. 19-22. Disponível em: https://www.eca.europa.eu/lists/ecadocuments/journal19_03/journal19_03.pdf. Acesso em: 30 de março de 2025.
- AGÊNCIA IBGE. **Censo 2022: 87% da população brasileira vive em áreas urbanas**. Rio de Janeiro: 2024. Disponível em : <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2184-agencia-de-noticias/noticias/41910-censo-2022-87-da-populacao-brasileira-vive-em-areas-urbanas#:~:text=Destaques,milhões%20viviam%20em%20areas%20rurais>. Acesso em: 15 de março de 2025.
- ANSELL, Christopher; SØRENSEN, Eva; TORFING, Jacob. **The Key Role of Local Governance in Achieving the SDGs**. Co-Creation for Sustainability, [S.l.], 2022. Doi:10.1108/978-1-80043-798-220220002.
- AWALIA, Dzur; ABDULLAH, Muhammad Ikbal; FURGAN, Andi Chairil; MEGAWATI. **International evidence: Supreme Audit Institution oversight and government governance roles in achieving Sustainable Development Goal 1**. Jurnal Tata Kelola dan Akuntabilitas Keuangan Negara, Indonésia, 2024. 10(2), p. 123-142. <https://doi.org/10.28986/jtaken.v10i2.1779>
- BALLIU, Dorel. **The new role of supreme audit institutions in monitoring the SDGs**. A comparative study between the western balkans and nordic countries. University Tor Vergata, Roma, 2025. 10.58015/balliu-dorel_phd2025.
- BEBBINGTON, Jan; UNERMAN, Jeffrey. **Avanço da pesquisa em contabilidade e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU**. Accounting, Auditing & Accountability Journal, [S.l.], 2020. 33(7), p. 1657–1670. <https://doi.org/10.1108/AAAJ-05-2020-4556>. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/aaaj-05-2017-2929/full/html>. Acesso em: 2 de abril de 2025.
- BEBBINGTON, Jan; UNERMAN, Jeffrey. **Achieving the United Nations Sustainable Development Goals: an enabling role for accounting research**. Accounting, Auditing & Accountability Journal, [S.l.], 2018. v. 31, n 1, p. 2-24. Disponível em: https://research-repository.st-andrews.ac.uk/bitstream/handle/10023/18369/Final_version_revised_AAAJ_05_2017_2929.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 1 de março de 2025.

CAPUTO, Fabio; LIGORIO, Lorenzo; PIZZI, Simone. **The Contribution of Higher Education Institutions to the SDGs – An Evaluation of Sustainability Reporting Practices**. *Administrative Sciences*, [S.l.], 2021. v. 11, n. 3, p. 97.

CHIAMULERA, Felipe. **Benchmarking como ferramenta de gestão na Administração Pública**. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*. [S.l.], 2018. Ano 03, Ed. 10, V. 03, p. 131-139. ISSN:2448-0959.

CIAMBRA, Andrea; SIRAGUSA, Alice; PROIETTI, Paola; STAMOS, Iraklis. **Monitoring SDG localisation: an evidence-based approach to standardised monitoring frameworks**. *Journal of Urban Ecology*, [S.l.], 2023. v. 9, n. 1. <https://doi.org/10.1093/jue/juad013>.

CLEMENT, Jessica; RUYSSCHAERT, Benoit; CRUTZEN, Nathalie. **Smart city strategies – A driver for the localization of the sustainable development goals?** *Ecological Economics*, [S.l.], 2023. V. 213, 107941. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0921800923002045?via%3Dihub>. Acesso em: 22 de abril de 2025.

CORDERY, Carolyn; ARORA, Bimal; MANOCHIN, Melina. **Public sector audit and the state’s responsibility to “leave no-one behind”: The role of integrated democratic accountability**. *Financial Accountability & Management*, [S.l.], 2023. V. 39, p. 304–326. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/faam.12354>. Acesso em: 22 de abril de 2025.

COSTA, Ana Paula; FERNÁNDEZ, Virginia Laura. **Sustainability and development in the municipalities of the State of Paraná: mapping and analysis using the sustainable city development index of Brazil (IDSC-BR)**. *UN-iLibrary; Cepal Review* 143, [S.l.], 2024. Disponível em: <https://www.un-ilibrary.org/content/journals/16840348/2024/143/5/read>. Acesso em: 10 de março de 2025.

DALL’OLIO, Leandro Luis dos Santos. **O Índice de Efetividade da Gestão Municipal e a Agenda 2030 como Ferramentas para Aprimoramento do Plano Plurianual (PPA)**. *Revista Cadernos da Escola Paulista de Contas Públicas*. 2º semestre 2021.

DIVISÃO DE ESTATÍSTICA DAS NAÇÕES UNIDAS. **High-level political forum on sustainable development. SDG 1: no poverty**. [S.l.], 2024. Disponível em: https://unstats.un.org/sdgs/files/report/2024/2024_Factsheets.pdf. Acesso em: 14 de abril de 2025.

DUTRA, Paula Hebling. **Sustainable Development Goals – Audit Findings Framework**. *Revista do TCU* 136, [S.l.], 2016. p. 32-37. Disponível em: <https://revista.tcu.gov.br/ojs/index.php/RTCU/article/download/1356/1501/0>. Acesso em: 22 de abril de 2025.

EDMOND, Charlotte. **These are some of the world's top smart and sustainable cities**. *Center for Urban Transformation, World Economic Forum*, [S.l.], 2024.

Disponível em: <https://www.weforum.org/stories/2024/03/top-cities-smart-technology-sustainability/>. Acesso em: 30 de abril de 2025.

ESCRITÓRIO NACIONAL DE AUDITORIA DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA. **Building More Effective Follow-up Audit Mechanisms**. International Journal of Government Auditing, Washington, D.C, 2024. V. 51, 3, p. 46-51. Disponível em: <https://www.intosaijournal.org/issue/q3-2024/>. Acesso em: 11 de abril de 2025.

FLORIDA, Richard. **11 Reasons the UN Should Make Cities the Focus of Its Forthcoming Sustainable Development Goals**. Bloomberg. [S.l.], 2014. Disponível em: <http://www.citylab.com/work/2014/04/11-reasons-un-should-make-cities-focus-its-new-sustainable-development-goals/8896/>. Acesso em: 31 de março de 2025.

FREYLING, Vera. **Implementing the SDGs in cities**. ICLEI Briefing Sheet – Urban Issues 05, [S.l.], 2015. Disponível em: <https://www.local2030.org/library/235/ICLEI-SDGs-Briefing-Sheets-05-Implementing-the-SDGs-in-cities.pdf>. Acesso em: 31 de março de 2025.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo, Atlas: 2008. ISBN 978-85-224-5142-5.

GRUPO DE TRABALHO GLOBAL DE GOVERNOS LOCAIS E REGIONAIS. **Roadmap for localizing the SDGs: implementation and monitoring at subnational level**. [S.l.], 2015. Disponível em: https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/commitments/818_11195_commitment_ROADMAP%20LOCALIZING%20SDGS.pdf. Acesso em: 15 de março de 2025.

GUARINI, Enrico; MORI, Elisa; ZUFFADA, Elena. **Localizing the Sustainable Development Goals: a managerial perspective**. Journal of Public Budgeting, Accounting & Financial Management, [S.l.], 2022. V. 34, 5. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/jpbafm-02-2021-0031/full/pdf>. Acesso em: 20 de março de 2025.

GUILLÁN MONTERO, Aránzazu; LE BLANC, David. **The role of external audits in enhancing transparency and accountability for the Sustainable Development Goals**. [S.l.], 2019. Disponível em: <https://www.un.org/development/desa/CONTENTS>. Acesso em: 3 de abril de 2025.

GUIRY, Niamh. **Why Do States Adhere to the Sustainable Development Goals?** Transnational Environmental Law, [S.l.], 2024. V. 13, 2, p. 400–427. <https://doi.org/10.1017/S2047102524000190>. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/transnational-environmental-law/article/why-do-states-adhere-to-the-sustainable-development-goals/45E55CBD8F82F0018BA52A15FB6E349F>. Acesso em em: 5 de maio de 2025.

GUSMÃO CAIADO, Rodrigo Goyannes; LEAL FILHO, Walter; QUELHAS, Osvaldo L.G.; DE MATTOS NASCIMENTO, Daniel Luis; ÁVILA, Lucas Veiga. **A literature-based review on potentials and constraints in the implementation of the**

sustainable development goals. Journal of Cleaner Production, [S./], 2018. 198. p. 1276-1288. ISSN 0959-6526. Disponível em: <https://e-space.mmu.ac.uk/621843/1/JCP.ALiteratureBased.Deposit.pdf> . Acesso em: 22 de abril de 2025.

GRUPO BANCO MUNDIAL. **Global poverty reduction has slowed to a near standstill.** [S./], 2024. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/publication/poverty-prosperity-and-planet> . Acesso em: 14 de abril de 2025.

ILIEMENA, Rachael Okwudili; UAGBALE-EKATAH, Rosemary Edememen; SEIYAIBO, Carl Madawa. **Role of Accountants in Achieving the Sustainable Development Goals (SDGs):** Do Accountants Really Matter for Sustainable Development Goals? European Journal of Business and Management, [S./], 2023. V.15, 2. ISSN 2222-1905 (Paper) ISSN 2222-2839 (Online).

INSTITUTO CIDADES SUSTENTÁVEIS. **Metodologia – Índice de Desenvolvimento Sustentável de Cidades – Brasil.** Disponível em: <https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology/> . Acesso em: 12 de abril de 2025.

INSTITUTO DE AUDITORIA INTERNA **The Role of Auditing in Public Sector Governance.** [S./], 2012. Disponível em: https://www.theiia.org/globalassets/documents/standards/public_sector_governance1_1.pdf . Acesso em: 2 de abril de 2025.

JAUNZEM, Agnese; KALNINS, Silvija Nora. **Think BIG —Testing a New Approach for Recommendations.** International Journal of Government Auditing. Washington, D.C., 2024. V. 51, 3, p. 87-94. Disponível em: <https://www.intosaijournal.org/issue/q3-2024/> . Acesso em: 11 de abril de 2025.

JÖNSSON, Kristina; BEXELL, Magdalena. **Localizing the Sustainable Development Goals:** The case of Tanzania. Development Policy Review, [S./], 2021. V. 39, p. 181–196. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/dpr.12497> . Acesso em: 21 de abril de 2025.

LE BLANC, David; GUILLÁN MONTERO, Aránzazu. **Some considerations on external audits of SDG implementation.** DESA Working Paper 166, [S./], 2020.

LINO, André Feliciano; AQUINO, André Carlos Busanelli de. **The diversity of the Brazilian regional Audit Courts on government auditing.** R. Cont. Fin. – USP, São Paulo, 2018. v. 29, n. 76, p. 26-26. DOI: 10.1590/1808-057x201803640. ISSN 1808-057X.

MALIN, Mia; HÄLLSTRÖM, Johanna af; KUIKKA, Pirta. **Increasing government effectiveness using the SDGs.** From Helsinki's first to second Voluntary Local Review. Center for Sustainable Developments at Brookings, [S./], 2021.

MARTINELLI, Fernanda Silva; LINDNER, André. **How far are the metropolitan areas in Brazil from achieving the sustainable development goals?** An analysis

based on SDG dashboards. *SN Social Sciences*, [S.I.], 2021. 1:103. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s43545-021-00131-8>. Acesso em: 20 de abril de 2025.

MASUDA, Hiromi; OKITASARI, Mahesti; MORITA, Kanako; KATRAMIZ, Tarek; SHIMIZU, Hitomi; KAWAKUBO, Shun Kawakubo, KATAOKA, Yatsuka. **SDGs mainstreaming at the local level: case studies from Japan**. *Sustainability Science*, [S.I.], 2021. p. 1539–1562. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11625-021-00977-0>. Acesso em: 22 de abril de 2025.

MCCLAIN, Guy. **Closing the audit loop: a methodology for tracking audit recommendations**. *International Journal of Government Auditing*, Washington, D.C, [S.I.], 2024. V. 51, 3, p. 27-32. Disponível em: <https://www.intosajournal.org/issue/q3-2024/>. Acesso em: 11 de abril de 2025.

MERCIECA, Tanya. **Implementing Recommendations and Identifying Impact of the Audits: Perspectives from the National Audit Office of Malta**. *International Journal of Government Auditing*, Washington, D.C, 2024. V. 51, 3, p. 52-55. Disponível em: <https://www.intosajournal.org/issue/q3-2024/>. Acesso em: 11 de abril de 2025.

MONTEIRO, Felipe Rodrigues; BANDEIRA, Nelson Flávio Brito; TEODORO, Rita de Kassia de França; SALEME, Edson Ricardo. **Desenvolvimento Sustentável dos Municípios Brasileiros Segundo o Índice de Efetividade de Gestão Municipal (IEG-M) Diretrizes em Nível Macro e Execução em Nível Micro**. *Revista Cadernos da Escola Paulista de Contas Públicas*. [S.I.], 2º semestre 2023.

NILO, Alessandra; FERNANDES, Claudio. **The Risk of Losing the 2030 Agenda in Brazil**. *SDG Knowledge Hub*, [S.I.], 2020. Disponível em: <https://sdg.iisd.org/commentary/guest-articles/the-risk-of-losing-the-2030-agenda-in-brazil/>. Acesso em em: 27 de março de 2025.

NUNES, Viviam Klanfer; NASCIMENTO, José Orcélio. (2023). **O papel do TCESP para o cumprimento das metas de meio ambiente dos ODS**. *Revista Cadernos da Escola Paulista de Contas Públicas*. [S.I.], 2º semestre 2023. Disponível em: <https://www.tce.sp.gov.br/epcp/cadernos/index.php/CM/article/view/192>. Acesso em: 10 de abril de 2025.

ONU-HABITAT. **Sustainable Development Goals Cities Program**. [20--]. Disponível em: <https://unhabitat.org/programme/sustainable-development-goals-cities>. Acesso em: 10 de março de 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Inter-Agency Policy Brief: Accelerating SDG Localization to deliver on the promise of the 2030 Agenda for Sustainable Development**. [S.I.], 2024a. Disponível em: <https://sdgs.un.org/sites/default/files/2024-06/Policy%20Brief%20FINAL%20May%2029%205%2024.pdf>. Acesso em: 5 de maio de 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Progress towards the Sustainable Development Goals Report of the Secretary-General**. [S.I.], 2024b. Disponível em:

[SG-SDG-Progress-Report-2024-advanced-unedited-version.pdf](#) . Acesso em: 20 de maio de 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development**. New York: UN, 2015. <https://doi.org/10.1891/9780826190123.ap02> . Disponível em: <https://sdgs.un.org/2030agenda> . Acesso em: 20 de março de 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS. **The Sustainable Development Goals Report 2024**. New York: UN, 2024a. ISBN: 978-92-1-003135-6. e-ISBN: 978-92-1-358976-2. Disponível em: <https://unstats.un.org/sdgs/report/2024/The-Sustainable-Development-Goals-Report-2024.pdf> . Acesso em: 15 de março de 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS; ONU-HABITAT; PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Inter-Agency Policy Brief: Accelerating SDG Localization to deliver on the promise of the 2030 Agenda for Sustainable Development**. [S.l.], 2024b. Disponível em: <https://sdgs.un.org/sites/default/files/2024-06/Policy%20Brief%20FINAL%20May%2029%205%2024.pdf> . Acesso em: 5 de maio de 2025.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DAS INSTITUIÇÕES SUPREMAS DE AUDITORIA. **Auditing and implementing the United Nations Sustainable Development Goals focusing on environmental auditing. INTOSAI WGEA Work Plan 2017-2019**. [S.l.], 2019. Disponível em: <https://www.environmental-auditing.org/media/112856/21h-guidance-on-auditing-the-2030-agenda-focusing-on-environmental-auditing-31-jan-2019-clean-ok.pdf> . Acesso em: 5 de março de 2025.

ORGANIZAÇÃO LATINOAMERICANA E DO CARIBE DE ENTIDADES FISCALIZADORAS SUPERIORES. **Coordinated audit Sustainable development goals – Executive Summary**. [S.l.], 2018. Disponível em: <https://www.olacefs.com/wp-content/uploads/2018/09/Executive-Summary-Latin-America-SDG-Audit-web.pdf> . Acesso em em: 5 de maio de 2025.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **A territorial approach to the Sustainable Development Goals: Synthesis report**. OECD Urban Policy Reviews. OECD Publishing, Paris, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/e86fa715-en> . Acesso em: 11 de abril de 2025.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **Brazil's Federal Court of Accounts: Insight and Foresight for Better Governance**. OECD Public Governance Reviews, OECD Publishing, Paris, 2017. <http://dx.doi.org/10.1787/9789264279247-en> . Disponível em: https://www.oecd.org/content/dam/oecd/en/publications/reports/2017/08/brazil-s-federal-court-of-accounts_g1q7e25c/9789264279247-en.pdf . Acesso em: 2 de abril de 2025.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **Implementing a territorial approach to the SDGs in Paraná, Brazil.** OECD Regional Development Papers 69, [S.l.], 2024. Disponível em: https://www.oecd.org/en/publications/implementing-a-territorial-approach-to-the-sdgs-in-parana-brazil_dad3d094-en.html. Acesso em: 25 de abril de 2025.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **Supreme Audit Institutions and Good Governance: Oversight, Insight and Foresight.** OECD Public Governance Reviews, OECD Publishing, Paris, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1787/9789264263871-en/>. Acesso em: 22 de abril de 2025.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **SDG Localization, Local Governance and Urbanization.** Disponível em: <https://www.undp.org/asia-pacific/sdg-localization-local-governance-and-urbanization>. Acesso em: 24 de março de 2025.

REDE DE SOLUÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. **Brazil is the first G20 country to track the sustainable development of all its cities.** [S.l.], 2022. Disponível em: <https://www.unsdsn.org/news/brazil-is-the-first-g20-country-to-track-the-sustainable-development-of-all-its-cities/>. Acesso em: 1 de março de 2025.

SACHS, Jeffrey D.; LAFORTUNE, Guillaume; FULLER, Grayson. **The SDGs and the UN Summit of the Future.** Sustainable Development Report 2024. Paris: SDSN, Dublin: Dublin University Press, 2024. DOI:10.25546/108572.

SANTOS, Aparecida de Paula; NASCIMENTO, José Orcélio do. **O papel do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo para o cumprimento da Agenda 2030.** Revista Cadernos da Escola Paulista de Contas Públicas. [S.l.], 2º semestre 2018. Disponível em: <https://www.tce.sp.gov.br/epcp/cadernos/index.php/CM/article/view/58>. Acesso em: 5 de maio de 2025.

SEVER, Duygu; TOK, Evren; SELLAMI, Abdel Latif. **Sustainable Development Goals in a Transforming World: Understanding the Dynamics of Localization.** Sustainability, [S.l.], 2025. <https://doi.org/10.3390/su17062763>. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2071-1050/17/6/2763>. Acesso em: 1 de abril de 2025.

TIWANA, Mandeep S. **Agenda 2030: Why civic participation is key to meeting UN sustainability targets.** World Economic Forum, [S.l.], 2023. Disponível em: <https://www.weforum.org/stories/2023/04/agenda-2030-civic-participation-sustainable-development-goals/>. Acesso em: 22 de abril de 2025.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Supreme Audit Institutions as drivers to foster 2030 Agenda implementation.** [S.l.], 2018. Disponível em: <https://sdgs.un.org/partnerships/supreme-audit-institutions-drivers-foster-2030-agenda-implementation>. Acesso em: 18 de abril de 2025.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Modelo de relatórios da consultoria substituta Sabrina locken sobre a prestação de contas de**

prefeitos é apresentado em evento do Governo Federal. [S./], 2023. Disponível em: <https://www.tcsc.tc.br/modelo-de-relatorios-da-conselheira-substituta-sabrina-iocken-sobre-prestacao-de-contas-de> . Acesso em: 19 de abril de 2025.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Relatório ODS 2022.** São Paulo: 2023. Disponível em : <https://www.tce.sp.gov.br/sites/default/files/observatorio/publicacoes/RelatorioODS%202023%20-%2004.08.2023%20-%20Sexta-15h30.pdf> . Acesso em: 19 de março de 2025.

TRIBUNAL DE CONTAS EUROPEU. **The UN's sustainable development goals in an EU context.** Luxembourg, [20--] Disponível em: <https://www.eca.europa.eu/en/sustainable-development-goals> . Acesso em: 19 de março de 2025.

WINDEN, Evanlinde van. **Auditors of sustainability:** exploring the role of supreme audit institutions in the implementation of the Sustainable Development Goals. MS thesis. Utrecht University, 2017.

WOODBIDGE, Michael. **Cities and the Sustainable Development Goals.** ICLEI Briefing Sheet – Urban Issues 02. Bonn: 2015. Disponível em: <https://www.local2030.org/library/232/ICLEI-Briefing-Sheets-02-Cities-and-the-Sustainable-Development-Goals.pdf> . Acesso em: 30 de março de 2025.

APÊNDICE A – Resultados da análise em cidades de SP, incluindo classificação e pontuação no IDSC, receita / PIB *per capita*, pontuação no IEG-M, importância dos ODS / Agenda 2030 / desenvolvimento sustentável mostrados no site oficial da cidade

IDSC Posição	Cidade	IDSC Pontuação	PIB per capita	IEG-M		Website importância do assunto	Alta/med/baixa
1	Alfredo Marcondes	66,76	28.649,11	C		https://www.alfredomarcondes.sp.gov.br/index.php	low
2	Uru	65,55	40.623,52	C+		https://www.uru.sp.gov.br/	low
4	Cruzália	64,7	68.116,76	C+		https://www.cruzalia.sp.gov.br/	medium
5	Jumirim	64,64	61.724,71	C+		https://www.jumirim.sp.gov.br/	low
6	Pongai	64,41	27.887,43	C+		https://www.pongai.sp.gov.br/	medium
7	São João do Pau d'Alho	64,11	27.920,27	C		https://www.paudalho.sp.gov.br/	medium
8	São Caetano do Sul	64,03	95.640,71	C+		https://www.saocaetanodosul.sp.gov.br/home	low
9	Santa Clara d'Oeste	63,82	45.847,14	C		https://santaclaradoeste.sp.gov.br/	medium
11	São Bento do Sapucaí	63,61	37.283,14	B		https://saobentodosapucaia.sp.gov.br/	medium
12	Cosmorama	63,59	69.530,67	C		https://www.cosmorama.sp.gov.br/index	low
13	Fernão	63,56	46.552,10	B		https://www.fernao.sp.gov.br/	medium
14	Jaguariúna	63,48	233.328,91	C+		https://municipio.jaguariuna.sp.gov.br/	low
15	Pontes Gestal	63,23	49.170,31	C+		https://www.pontesgestal.sp.gov.br/	medium
16	Santópolis do Aguapeí	63,14	16.609,02	B		https://santopolisdoaguapei.sp.gov.br/index.php	low
17	Alvinlândia	63,12	17.965,24	B		https://www.alvinlandia.sp.gov.br/	low
18	Emilianópolis	63,08	24.451,77	C+		https://www.emilianopolis.sp.gov.br/	low
19	Taguai	62,97	23.824,33	B		https://www.taguai.sp.gov.br/	low
21	Paulistânia	62,9	26.505,01	B		https://www.paulistania.sp.gov.br/	low
23	Morungaba	62,74	45.445,18	C+		https://www.morungaba.sp.gov.br/	low
24	Flora Rica	62,62	30.176,19	C+		https://www.florarica.sp.gov.br/	low
25	Lucianópolis	62,54	29.214,50	B		https://www.lucianopolis.sp.gov.br/index	medium
26	Cerquilha	62,52	46.293,89	B		https://www.cerquilha.sp.gov.br/	medium
28	Pedranópolis	62,47	32.369,01	C		https://pedranopolis.sp.gov.br/index	low
30	Jambeiro	62,41	51.684,83	B		https://www.jambeiro.sp.gov.br/	medium
31	Sarutaiá	62,35	26.651,32	B		https://www.sarutaia.sp.gov.br/	medium
32	Saltinho	62,03	44.465,92	B		https://saltinho.sp.gov.br/index	medium
33	Floreal	62,01	28.393,24	C+		https://www.floreal.sp.gov.br/	medium
34	Fartura	61,9	29.419,47	B		https://www.fartura.sp.gov.br/	medium

35	Pedreira	61,78	30.658,23	B		https://www.pedreira.sp.gov.br/	high
36	Anhumas	61,75	25.316,58	C+		http://anhumas.web2118.uni5.net/index.php	low
37	Elisiário	61,73	20.323,57	B		https://www.elisario.sp.gov.br/	low
38	Oriente	61,73	19.753,85	B		https://www.oriente.sp.gov.br/	low
39	Itaju	61,69	58.993,27	C+		https://www.itaju.sp.gov.br/	low
40	Parisi	61,65	24.630,17	C+		https://www.parisi.sp.gov.br/	low
41	Murutinga do Sul	61,6	19.453,50	B		https://www.murutingadosul.sp.gov.br/	low
42	Rinópolis	61,56	35.113,28	B		https://www.rinopolis.sp.gov.br/	low
43	Piratinga	61,55	20.048,02	C+		https://www.piratinga.sp.gov.br/	low
44	Dolcinópolis	61,55	27.963,37	C+		https://www.dolcinopolis.sp.gov.br/	low
45	Narandiba	61,45	129.106,16	B+		https://narandiba.sp.gov.br/	low
46	Nantes	61,44	44.261,55	C+		https://www.nantes.sp.gov.br/index.php	low
47	Álvaro de Carvalho	61,33	11.012,49	C		https://www.alvarodecarvalho.sp.gov.br/	low
48	Aspásia	61,27	21.788,35	B		https://www.aspasia.sp.gov.br/	low
49	Boracéia	61,26	105.669,34	C+		https://www.boraceia.sp.gov.br/	low
50	Cabralia Paulista	61,25	24.368,03	C+		https://www.cabralia.sp.gov.br/	low
52	Piraju	61,16	30.945,65	C		https://www.estanciadepiraju.sp.gov.br/	low
54	Itupeva	61,07	130.938,58	C		https://itupeva.sp.gov.br/	medium
56	Rubinéia	61,03	32.233,41	C		https://rubineia.sp.gov.br/	medium
57	Jundiá	61,03	135.081,20	B		https://jundiai.sp.gov.br/	medium
58	Catanduva	61,02	42.386,42	C+		https://www.catanduva.sp.gov.br/	medium
59	Sagres	61	22.566,69	B		https://www.sagres.sp.gov.br/	medium
60	Nova Castilho	60,85	47.027,11	B		https://www.novacastilho.sp.gov.br/	low
61	Santo Antônio do Pinhal	60,81	21.690,65	C		https://www.santoantoniopinhalsp.gov.br/	medium
62	Nova Luzitânia	60,75	14.278,82	C+		https://www.novaluzitania.sp.gov.br/	low
63	Lençóis Paulista	60,74	70.818,58	B		https://www.lencoispaulista.sp.gov.br/	medium
65	São Manuel	60,6	32.463,42	C+		https://www.saomanuel.sp.gov.br/	high
66	Nova Guataporanga	60,52	15.762,88	C+		https://www.novaguataporangasp.gov.br/	low
68	Águas de Santa Bárbara	60,47	35.378,64	C		https://www.aguasdesantabarbarasp.gov.br/	low
69	Mineiros do Tietê	60,47	17.373,68	C		https://www.mineirosdotiete.sp.gov.br/index	low
70	Dirce Reis	60,45	38.685,19	B		https://www.dircereis.sp.gov.br/	low

71	Bragança Paulista	60,44	46.153,09	B	https://www.braganca.sp.gov.br/	medium
72	São João de Iracema	60,44	26.507,78	C	https://www.saojoaodeiracema.sp.gov.br/	low
74	Jales	60,37	40.212,72	C	https://jales.sp.gov.br/	medium
75	Ilhabela	60,36	385.605,85	B	https://www.ilhabela.sp.gov.br/	medium
76	Pompéia	60,32	87.425,49	C+	https://www.pompeia.sp.gov.br/	low
77	Manduri	60,32	29.272,78	C	https://www.manduri.sp.gov.br/	low
78	Mesópolis	60,32	42.887,61	C+	https://mesopolis.sp.gov.br/	low
79	Getulina	60,3	18.806,06	C+	https://www.getulina.sp.gov.br/	medium
80	Santa Rita d'Oeste	60,3	27.518,08	C	https://www.santaritadoeste.sp.gov.br/	low
81	Socorro	60,29	26.870,22	C	 https://www.socorro.sp.gov.br/	medium
82	Santa Ernestina	60,28	18.714,85	C	https://www.santaernestina.sp.gov.br/	medium
83	Ouroeste	60,26	51.226,69	C+	https://www.ouroeste.sp.gov.br/	medium
84	Rifaina	60,26	52.357,63	C	https://rifaina.sp.gov.br/	low
85	Lourdes	60,26	18.818,34	C	https://www.lourdes.sp.gov.br/	medium
86	Ipeúna	60,21	121.154,37	C+	https://ipeuna.sp.gov.br/	medium
87	Riversul	60,19	17.299,84	C+	https://www.riversul.sp.gov.br/	low
88	Ilha Solteira	60,18	26.261,81	C+	https://ilhasolteira.sp.gov.br/	low
89	Vinhedo	60,17	154.054,53	C+	https://www.vinhedo.sp.gov.br/	medium
91	Espírito Santo do Pinhal	60,03	46.311,65	C+	https://www.pinhal.sp.gov.br/	low

IDSC Rank, IDSC Score: available at <https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/rankings/>

Revenue/PIB per capita: available at <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/panorama>

IEG-M: available at

https://painel.tce.sp.gov.br/pentaho/api/repos/%3Apublic%3Aieg_m%3Aiegm.wcdf/generatedContent?userid=anony&password=zero#col-imagem

 : "Sustainable Cities Programm" signatory city

ANEXO A – Índice ODS 2024 - Ranking mundial



Classificações

O desempenho geral de todos os 193 Estados-Membros da ONU

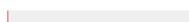
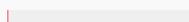
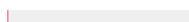
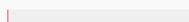
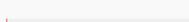
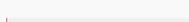
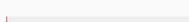
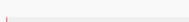
Classificação	País	Pontuação	Desempenho por ODS
1	 Finlândia	86,35	
2	 Suécia	85,70	
3	 Dinamarca	85,00	
4	 Alemanha	83,45	
5	 França	82,76	
6	 Áustria	82,55	
7	 Noruega	82,23	
8	 Croácia	82,19	
9	 Reino Unido	82,16	
10	 Polónia	81,69	
11	 Eslovénia	81,34	
12	 República Tcheca	81,26	
13	 Letónia	80,99	
14	 Espanha	80,70	
15	 Estónia	80,46	
16	 Portugal	80,22	
17	 Bélgica	80,04	
18	 Japão	79,87	
19	 Islândia	79,54	
20	 Hungria	79,53	
21	 República Eslovaca	79,35	
22	 Suíça	79,30	
23	 Itália	79,29	
24	 Holanda	79,21	
25	 Canadá	78,83	

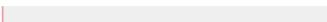
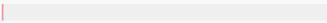
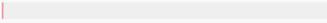
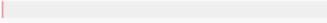
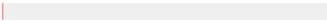
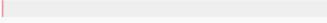
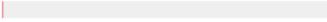
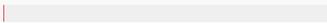
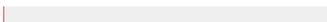
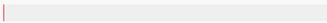
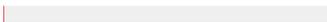
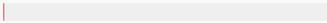
Classificação	País	Pontuação	Desempenho por ODS
26	 Nova Zelândia	78,81	
27	 Moldávia	78,81	
28	 Irlanda	78,72	
29	 Grécia	78,71	
30	 Bielorrússia	78,60	
31	 Lituânia	78,12	
32	 Chile	77,82	
33	 Coreia, Rep.	77,33	
34	 Uruguai	77,09	
35	 Sérvia	77,03	
36	 Malta	76,95	
37	 Austrália	76,88	
38	 Luxemburgo	76,81	
39	 Cuba	76,74	
40	 Romênia	76,70	
41	 Bulgária	75,54	
42	 Albânia	75,03	
43	 Geórgia	74,91	
44	 Ucrânia	74,81	
45	 Tailândia	74,67	
46	 Estados Unidos	74,43	
47	 Argentina	74,40	
48	 República do Quirguistão	74,19	
49	 Armênia	74,09	
50	 Bósnia e Herzegovina	73,99	
51	 Macedônia do Norte	73,80	
52	 Brasil	73,78	
53	 Israel	73,53	
54	 Vietnã	73,32	
55	 República Dominicana	73,12	
56	 Federação Russa	73,10	

Classificação	País	Pontuação	Desempenho por ODS
57	 Montenegro	73,05	
58	 Chipre	72,92	
59	 Costa Rica	72,88	
60	 Tunisia	72,53	
61	 Butão	72,52	
62	 Fiji	72,29	
63	 Azerbaijão	72,20	
64	 Peru	71,88	
65	 Cingapura	71,41	
66	 Cazaquistão	71,11	
67	 Maldivas	70,93	
68	 China	70,85	
69	 Marrocos	70,85	
70	 Emirados Árabes Unidos	70,52	
71	 Argélia	70,47	
72	 Turquia	70,47	
73	 Maurício	70,45	
74	 Colômbia	70,30	
75	 Equador	70,14	
76	 Suriname	70,01	
77	 Jamaica	69,51	
78	 Indonésia	69,43	
79	 Malásia	69,32	
80	 México	69,28	
81	 Uzbequistão	69,24	
82	 Barbados	69,19	
83	 Egito, República Árabe.	69,15	
84	 Panamá	69,09	
85	 Jordânia	69,06	
86	 Irã, República Islâmica.	68,96	
87	 El Salvador	68,61	

Classificação	País	Pontuação	Desempenho por ODS
88	 Cabo Verde	68,21	
89	 Tajiquistão	68,09	
90	 Bolívia	68,08	
91	 Paraguai	68,02	
92	 Filipinas	67,47	
93	 Sri Lanka	67,43	
94	 Turcomenistão	67,13	
95	 Nepal	67,07	
96	 Brunei Darussalam	67,04	
97	 Guiana	66,73	
98	 Namíbia	66,54	
99	 Mongólia	66,31	
100	 Omã	66,11	
101	 Belize	65,55	
102	 Catar	64,93	
103	 Arábia Saudita	64,91	
104	 Camboja	64,90	
105	 Gabão	64,88	
106	 Nicarágua	64,66	
107	 Bangladesh	64,35	
108	 Iraque	64,18	
109	 Índia	63,99	
110	 Líbano	63,89	
111	 Kuwait	63,76	
112	 Bahamas, As	63,73	
113	 Bahrein	63,56	
114	 Botsuana	63,44	
115	 África do Sul	63,44	
116	 Senegal	63,39	
117	 Gana	63,05	

Classificação	País	Pontuação	Desempenho por ODS
118	 São Tomé e Príncipe	63,01	
119	 República Democrática Popular do Laos	62,95	
120	 Mianmar	62,82	
121	 Costa do Marfim	62,72	
122	 Venezuela, RB	62,46	
123	 Quênia	62,17	
124	 Honduras	62,00	
125	 Trinidad e Tobago	61,83	
126	 Ruanda	60,87	
127	 República Árabe Síria	60,60	
128	 Guatemala	59,41	
129	 Ir	58,37	
130	 Tanzânia	58,20	
131	 Serra Leoa	58,19	
132	 Mauritânia	58,17	
133	 Eswatini	57,76	
134	 Zimbábue	57,76	
135	 Gâmbia, A	57,61	
136	 Camarões	57,28	
137	 Paquistão	57,02	
138	 Mali	56,81	
139	 Benim	56,77	
140	 Malawi	56,75	
141	 Guiné	56,42	
142	 Uganda	56,13	
143	 Burundi	56,08	
144	 Lesoto	55,54	
145	 Etiópia	55,24	
146	 Nigéria	54,58	
147	 Zâmbia	54,44	
148	 Moçambique	54,35	

Classificação	País	Pontuação	Desempenho por ODS
149	 Burkina Faso	52,92	
150	 Congo, República.	52,70	
151	 Haiti	52,68	
152	 Libéria	52,48	
153	 Comores	52,38	
154	 Papua Nova Guiné	51,99	
155	 Angola	51,93	
156	 Guiné-Bissau	51,86	
157	 Djibuti	51,68	
158	 Madagáscar	51,22	
159	 Sudão	49,91	
160	 Níger	49,86	
161	 Congo, Dem. Rep.	48,71	
162	 Afeganistão	48,24	
163	 Iêmen, Rep.	46,87	
164	 Somália	45,42	
165	 Chade	45,07	
166	 República Centro-Africana	44,21	
167	 Sudão do Sul	40,14	
-	 Andorra	-	
-	 Antígua e Barbuda	-	
-	 Dominica	-	
-	 Guiné Equatorial	-	
-	 Eritreia	-	
-	 Granada	-	
-	 Kiribati	-	
-	 Coreia, Dem. Rep.	-	
-	 Líbia	-	
-	 Liechtenstein	-	
-	 Ilhas Marshall	-	
-	 Micronésia, Fed. Sts.	-	

Classificação	País	Pontuação	Desempenho por ODS
-	 Mônaco	-	
-	 Nauru	-	
-	 Palau	-	
-	 Samoa	-	
-	 São Marino	-	
-	 Seicheles	-	
-	 Ilhas Salomão	-	
-	 São Cristóvão e Nevis	-	
-	 Santa Lúcia	-	
-	 São Vicente e Granadinas	-	
-	 Timor-Leste	-	
-	 Tonga	-	
-	 Tuvalu	-	
-	 Vanuatu	-	



Siga-nos nas redes sociais!

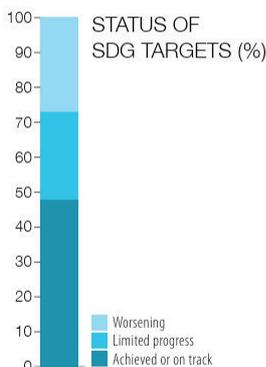


ANEXO B – Índice ODS 2024 – Perfil do País Brasileiro

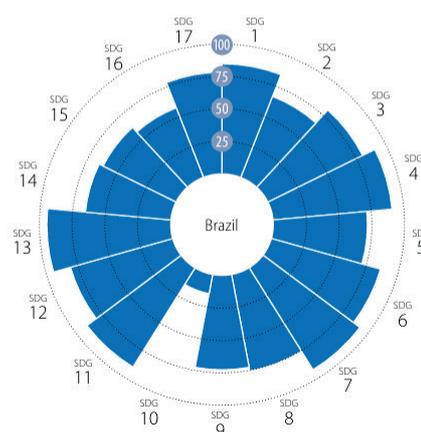
BRAZIL

Latin America and the Caribbean

OVERALL PERFORMANCE



AVERAGE PERFORMANCE BY SDG



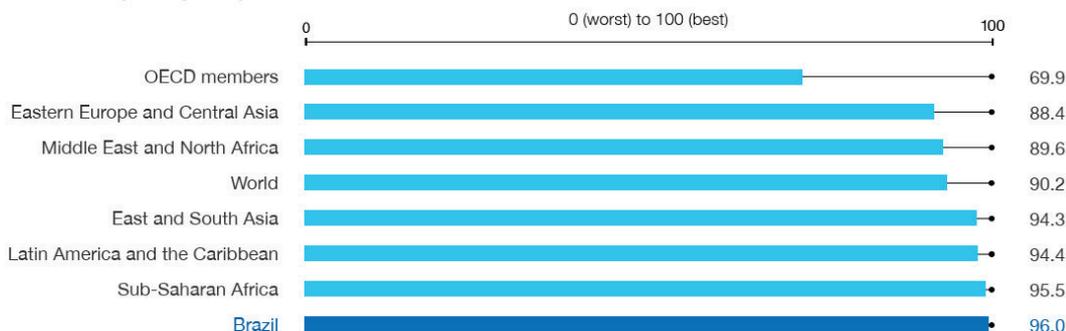
SDG DASHBOARDS AND TRENDS



■ Major challenges
 ■ Significant challenges
 ■ Challenges remain
 ■ SDG achieved
 ■ Information unavailable
↓ Decreasing
 → Stagnating
 ↗ Moderately improving
 ↑ On track or maintaining SDG achievement
 ● Information unavailable

Note: The full title of each SDG is available here: <https://sdgs.un.org>

INTERNATIONAL SPILLOVER INDEX



STATISTICAL PERFORMANCE INDEX



MISSING DATA IN SDG INDEX

1%

BRAZIL

Performance by Indicator

Indicator	Value	Year	Rating	Trend	Indicator	Value	Year	Rating	Trend
SDG1 – No Poverty					SDG9 – Industry, Innovation and Infrastructure				
Poverty headcount ratio at \$2.15/day (2017 PPP, %)	6.4	2024	● →		Rural population with access to all-season roads (%)	97.0	2024	● ●	
Poverty headcount ratio at \$3.65/day (2017 PPP, %)	11.5	2024	● →		Population using the internet (%)	80.5	2022	● ●	↑
SDG2 – Zero Hunger					SDG10 – Reduced Inequalities				
Prevalence of undernourishment (%)	4.7	2021	● →		Gini coefficient	52.9	2021	● ●	↓
Prevalence of stunting in children under 5 years of age (%)	7.2	2019	● ●		Palma ratio	2.9	2016	● ●	
Prevalence of wasting in children under 5 years of age (%)	3.1	2019	● ●		SDG11 – Sustainable Cities and Communities				
Prevalence of obesity, BMI ≥ 30 (% of adult population)	28.1	2022	● ↓		Proportion of urban population living in slums (%)	14.9	2016	● ●	
Human Trophic Level (best 2–3 worst)	2.4	2021	● →		Annual mean concentration of PM2.5 (µg/m³)	14.9	2022	● ●	→
Cereal yield (tonnes per hectare of harvested land)	4.9	2022	● →		Access to improved water source, piped (% of urban population)	99.8	2022	● ●	↑
Sustainable Nitrogen Management Index (best 0–1.41 worst)	0.4	2018	● ↓		Population with convenient access to public transport in cities (%)	86.0	2020	● ●	
Exports of hazardous pesticides (tonnes per million population)	0.3	2021	● ●		SDG12 – Responsible Consumption and Production				
SDG3 – Good Health and Well-Being					SDG13 – Climate Action				
Maternal mortality ratio (per 100,000 live births)	72.2	2020	● ↓		Municipal solid waste (kg/capita/day)	1.0	2018	● ●	
Neonatal mortality rate (per 1,000 live births)	8.6	2022	● ●	↑	Electronic waste (kg/capita)	10.2	2019	● ●	
Mortality rate, under-5 (per 1,000 live births)	14.0	2022	● ●	↑	Production-based air pollution (DALYs per 1,000 population)	1.2	2024	● ●	↑
Incidence of tuberculosis (per 100,000 population)	49.0	2022	● →		Air pollution associated with imports (DALYs per 1,000 population)	1.4	2024	● ●	↑
New HIV infections (per 1,000 uninfected population)	0.2	2022	● →		Production-based nitrogen emissions (kg/capita)	55.7	2024	● ●	↓
Age-standardized death rate due to cardiovascular disease, cancer, diabetes, or chronic respiratory disease in adults aged 30–70 years (%)	15.5	2019	● ●	↑	Nitrogen emissions associated with imports (kg/capita)	4.0	2024	● ●	↑
Age-standardized death rate attributable to household air pollution and ambient air pollution (per 100,000 population)	29	2019	● ●		Exports of plastic waste (kg/capita)	0.0	2023	● ●	↑
Traffic deaths (per 100,000 population)	15.7	2021	● ●	↑	SDG14 – Life Below Water				
Life expectancy at birth (years)	72.8	2021	● ●	↓	Mean area that is protected in marine sites important to biodiversity (%)	71.7	2023	● ●	→
Adolescent fertility rate (births per 1,000 females aged 15 to 19)	42.6	2021	● ●	↑	Ocean Health Index: Clean Waters score (worst 0–100 best)	65.1	2023	● ●	→
Births attended by skilled health personnel (%)	98.2	2021	● ●	↑	Fish caught from overexploited or collapsed stocks (% of total catch)	14.1	2018	● ●	↑
Surviving infants who received 2 WHO-recommended vaccines (%)	81	2022	● ●	↓	Fish caught by trawling or dredging (%)	16.2	2019	● ●	↓
Universal health coverage (UHC) index of service coverage (worst 0–100 best)	80	2021	● ●	→	Fish caught that are then discarded (%)	33.7	2019	● ●	↓
Subjective well-being (average ladder score, worst 0–10 best)	6.6	2023	● ●	↑	Marine biodiversity threats embodied in imports (per million population)	0.0	2018	● ●	
SDG4 – Quality Education					SDG15 – Life on Land				
Participation rate in pre-primary organized learning (% of children aged 4 to 6)	89.0	2021	● ●	↑	Mean area that is protected in terrestrial sites important to biodiversity (%)	45.7	2023	● ●	→
Net primary enrollment rate (%)	94.8	2021	● ●	→	Mean area that is protected in freshwater sites important to biodiversity (%)	28.6	2023	● ●	→
Lower secondary completion rate (%)	NA	NA	● ●		Red List Index of species survival (worst 0–1 best)	0.88	2024	● ●	→
Literacy rate (% of population aged 15 to 24)	99.3	2022	● ●	↑	Permanent deforestation (% of forest area, 3-year average)	0.5	2022	● ●	→
SDG5 – Gender Equality					SDG16 – Peace, Justice and Strong Institutions				
Demand for family planning satisfied by modern methods (% of females aged 15 to 49)	89.3	2006	● ●	↑	Homicides (per 100,000 population)	21.3	2021	● ●	↗
Ratio of female-to-male mean years of education received (%)	105.6	2022	● ●	↑	Crime is effectively controlled (worst 0–1 best)	0.56	2022	● ●	→
Ratio of female-to-male labor force participation rate (%)	72.8	2023	● ●	↑	Unsented detainees (% of prison population)	27.2	2021	● ●	↑
Seats held by women in national parliament (%)	17.5	2024	● ●	→	Birth registrations with civil authority (% of children under age 5)	96.4	2022	● ●	
SDG6 – Clean Water and Sanitation					SDG17 – Partnerships for the Goals				
Population using at least basic drinking water services (%)	99.6	2022	● ●	↑	Government spending on health and education (% of GDP)	10.3	2021	● ●	↑
Population using at least basic sanitation services (%)	90.9	2022	● ●	↑	For high-income and all OECD DAC countries: International concessional public finance, including official development assistance (% of GNI)	NA	NA	● ●	
Freshwater withdrawal (% of available freshwater resources)	1.5	2021	● ●	↑	Other countries: Government revenue excluding grants (% of GDP)	30.1	2022	● ●	↑
Anthropogenic wastewater that receives treatment (%)	52.4	2020	● ●		Corporate Tax Haven score (best 0–100 worst)	*	0	2021	● ●
Scarce water consumption embodied in imports (m³ H₂O eq/capita)	442.0	2024	● ●	→	Statistical Performance Index (worst 0–100 best)	80.5	2022	● ●	↑
SDG7 – Affordable and Clean Energy					SDG18 – Index of countries' support to UN-based multilateralism (worst 0–100 best)				
Population with access to electricity (%)	99.5	2021	● ●	→	Index of countries' support to UN-based multilateralism (worst 0–100 best)	77.2	2023	● ●	
Population with access to clean fuels and technology for cooking (%)	96.5	2021	● ●	↑					
CO₂ emissions from fuel combustion per total electricity output (MtCO₂/TWh)	0.7	2022	● ●	↑					
Renewable energy share in total final energy consumption (%)	46.4	2020	● ●	↑					
SDG8 – Decent Work and Economic Growth									
Adjusted GDP growth (%)	-1.7	2022	● ●						
Victims of modern slavery (per 1,000 population)	5.0	2022	● ●						
Adults with an account at a bank or other financial institution or with a mobile-money-service provider (% of population aged 15 or over)	84.0	2021	● ●	↑					
Unemployment rate (% of total labor force, ages 15+)	7.6	2024	● ●	→					
Fundamental labor rights are effectively guaranteed (worst 0–1 best)	0.47	2022	● ●	↓					
Fatal work-related accidents embodied in imports (per million population)	0.2	2018	● ●	↑					
Victims of modern slavery embodied in imports (per 100,000 population)	6.5	2018	● ●						

* Imputed data point. ** Not applicable
NA = Data not available

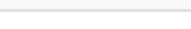
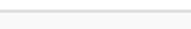
ANEXO C – IDSC 2024 – Estado de SP – Ranking das cidades nos ODS

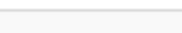
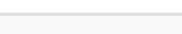
Índice de
Desenvolvimento
Sustentável das
Cidades | Brasil

Classificação

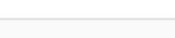
Classificação para os municípios brasileiros

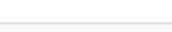
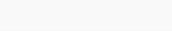
As cidades estão classificadas pela pontuação geral, que mede o progresso total para o cumprimento de todos os 17 ODS. A pontuação varia de zero a 100, sendo que 100 é o limite máximo e indica um desempenho ótimo no cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

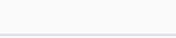
Classificação↑	Cidade	Estado	Pontuação	Desempenho por OD
1	 Alfredo Marcondes	SP	66,76 ●	
2	 Uru	SP	65,55 ●	
4	 Cruzália	SP	64,70 ●	
5	 Jumirim	SP	64,64 ●	
6	 Pongaí	SP	64,41 ●	
7	 São João do Pau d'Alho	SP	64,11 ●	
8	 São Caetano do Sul	SP	64,03 ●	
9	 Santa Clara d'Oeste	SP	63,82 ●	
11	 São Bento do Sapucaí	SP	63,61 ●	
12	 Cosmorama	SP	63,59 ●	
13	 Fernão	SP	63,56 ●	
14	 Jaguariúna	SP	63,48 ●	
15	 Pontes Gestal	SP	63,23 ●	
16	 Santópolis do Aguapeí	SP	63,14 ●	
17	 Alvinlândia	SP	63,12 ●	

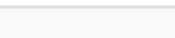
18	 Emilianópolis	SP	63,08 ●	
19	 Taguaí	SP	62,97 ●	
21	 Paulistânia	SP	62,90 ●	
23	 Morungaba 	SP	62,74 ●	
24	 Flora Rica	SP	62,62 ●	
25	 Lucianópolis	SP	62,54 ●	
26	 Cerquillo	SP	62,52 ●	
28	 Pedranópolis	SP	62,47 ●	
30	 Jambeiro	SP	62,41 ●	
31	 Sarutaiá	SP	62,35 ●	
32	 Saltinho	SP	62,03 ●	
33	 Floreal	SP	62,01 ●	
34	 Fartura	SP	61,90 ●	
35	 Pedreira 	SP	61,78 ●	
36	 Anhumas	SP	61,75 ●	
37	 Elisiário	SP	61,73 ●	
38	 Oriente	SP	61,73 ●	
39	 Itaju	SP	61,69 ●	
40	 Parisi	SP	61,65 ●	
41	 Murutinga do Sul	SP	61,60 ●	
42	 Rinópolis	SP	61,56 ●	
43	 Piratinga	SP	61,55 ●	

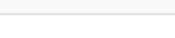
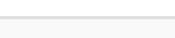
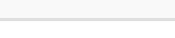
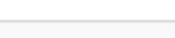
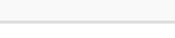
44	 Dolcinópolis	SP	61,55 ●	
45	 Narandiba	SP	61,45 ●	
46	 Nantes	SP	61,44 ●	
47	 Álvaro de Carvalho	SP	61,33 ●	
48	 Aspásia	SP	61,27 ●	
49	 Boracéia	SP	61,26 ●	
50	 Cabrália Paulista	SP	61,25 ●	
52	 Piraju	SP	61,16 ●	
54	 Itupeva	SP	61,07 ●	
56	 Rubinéia	SP	61,03 ●	
57	 Jundiá 	SP	61,03 ●	
58	 Catanduva	SP	61,02 ●	
59	 Sagres	SP	61,00 ●	
60	 Nova Castilho	SP	60,85 ●	
61	 Santo Antônio do Pinhal	SP	60,81 ●	
62	 Nova Luzitânia	SP	60,75 ●	
63	 Lençóis Paulista	SP	60,74 ●	
65	 São Manuel	SP	60,60 ●	
66	 Nova Guataporanga	SP	60,52 ●	
68	 Águas de Santa Bárbara	SP	60,47 ●	
69	 Mineiros do Tietê	SP	60,47 ●	
70	 Dirce Reis	SP	60,45 ●	

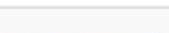
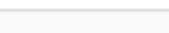
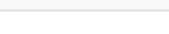
71	 Bragança Paulista	SP	60,44 ●	
72	 São João de Iracema	SP	60,44 ●	
74	 Jales	SP	60,37 ●	
75	 Ilhabela	SP	60,36 ●	
76	 Pompéia	SP	60,32 ●	
77	 Manduri	SP	60,32 ●	
78	 Mesópolis	SP	60,32 ●	
79	 Getulina	SP	60,30 ●	
80	 Santa Rita d'Oeste	SP	60,30 ●	
81	 Socorro 	SP	60,29 ●	
82	 Santa Ernestina	SP	60,28 ●	
83	 Ouroeste	SP	60,26 ●	
84	 Rifaina	SP	60,26 ●	
85	 Lourdes	SP	60,26 ●	
86	 Ipeúna	SP	60,21 ●	
87	 Riversul	SP	60,19 ●	
88	 Ilha Solteira	SP	60,18 ●	
89	 Vinhedo	SP	60,17 ●	
91	 Espírito Santo do Pinhal	SP	60,03 ●	
93	 Luís Antônio	SP	59,96 ●	
95	 Cândido Rodrigues	SP	59,87 ●	
96	 Gabriel Monteiro	SP	59,87 ●	

97	 Patrocínio Paulista	SP	59,86 ●	
98	 Santo Antônio da Alegria	SP	59,86 ●	
99	 Santana da Ponte Pensa	SP	59,86 ●	
101	 Corumbataí	SP	59,82 ●	
102	 Águas da Prata	SP	59,81 ●	
103	 Fernandópolis	SP	59,79 ●	
104	 Bilac	SP	59,78 ●	
105	 Braúna	SP	59,76 ●	
106	 Marinópolis	SP	59,75 ●	
107	 Gália	SP	59,74 ●	
109	 Pirangi	SP	59,72 ●	
110	 Nuporanga	SP	59,71 ●	
111	 Fernando Prestes	SP	59,69 ●	
113	 Oscar Bressane	SP	59,64 ●	
114	 Bálsamo	SP	59,63 ●	
115	 Itajobi	SP	59,61 ●	
116	 Porto Feliz	SP	59,60 ●	
117	 Ocaçu	SP	59,59 ●	
118	 Guarantã	SP	59,57 ●	
120	 Charqueada 	SP	59,55 ●	
122	 São Francisco	SP	59,55 ●	

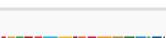
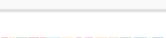
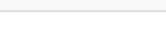
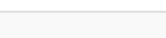
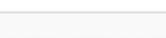
123	 Taciba	SP	59,55 ●	
124	 Guaraçai	SP	59,54 ●	
125	 Zacarias	SP	59,46 ●	
126	 Araraquara	SP	59,46 ●	
127	 Presidente Alves	SP	59,44 ●	
128	 Eldorado	SP	59,42 ●	
129	 Holambra	SP	59,40 ●	
130	 Itapira	SP	59,38 ●	
132	 Torre de Pedra	SP	59,38 ●	
133	 Onda Verde	SP	59,35 ●	
134	 Parapuã	SP	59,35 ●	
135	 Santa Salete	SP	59,33 ●	
136	 Inúbia Paulista	SP	59,31 ●	
137	 Borá	SP	59,29 ●	
138	 Ilha Comprida	SP	59,29 ●	
140	 Ipiruá	SP	59,24 ●	
142	 São José do Rio Preto 	SP	59,21 ●	
143	 Sebastianópolis do Sul	SP	59,20 ●	
145	 Dracena	SP	59,16 ●	
146	 Guarani d'Oeste	SP	59,15 ●	
147	 Pardinho	SP	59,13 ●	
148	 Nova Aliança	SP	59,12 ●	

151	 Ubirajara	SP	59,07 ●	
152	 Junqueirópolis	SP	59,07 ●	
153	 Itatiba	SP	59,05 ●	
154	 Echaporã	SP	59,05 ●	
157	 Barão de Antonina	SP	59,00 ●	
158	 Borborema	SP	58,98 ●	
159	 Américo de Campos	SP	58,96 ●	
160	 Marapoama	SP	58,95 ●	
161	 Silveiras	SP	58,94 ●	
163	 Mendonça	SP	58,93 ●	
164	 Pratânia	SP	58,91 ●	
165	 Santa Fé do Sul	SP	58,91 ●	
166	 União Paulista	SP	58,90 ●	
167	 Coroados	SP	58,90 ●	
168	 Quadra	SP	58,89 ●	
170	 Júlio Mesquita	SP	58,87 ●	
172	 Nova Canaã Paulista	SP	58,86 ●	
173	 Monções	SP	58,85 ●	
174	 São Pedro do Turvo	 SP	58,83 ●	
175	 Macedônia	SP	58,83 ●	
176	 Taiacu	SP	58,81 ●	

177	 Piacatu	SP	58,79 ●	
179	 Santa Cruz do Rio Pardo	SP	58,75 ●	
180	 Florínea	SP	58,74 ●	
181	 Joanópolis	SP	58,73 ●	
183	 Americana	SP	58,72 ●	
185	 Taubaté	SP	58,66 ●	
186	 Pedrinhas Paulista	SP	58,66 ●	
187	 Lupércio	SP	58,65 ●	
188	 Votuporanga	SP	58,64 ●	
189	 Palmares Paulista	SP	58,64 ●	
190	 Botucatu	SP	58,61 ●	
192	 Dumont	SP	58,60 ●	
193	 São Luiz do Paraitinga	SP	58,57 ●	
194	 Barueri 	SP	58,53 ●	
195	 Duartina	SP	58,49 ●	
196	 Vista Alegre do Alto	SP	58,47 ●	
197	 Flórida Paulista	SP	58,46 ●	
200	 Sandovalina	SP	58,41 ●	
201	 Rubiácea	SP	58,40 ●	
208	 Sertãozinho	SP	58,32 ●	
209	 Piracicaba	SP	58,31 ●	
213	 Tarumã	SP	58,27 ●	

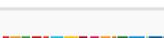
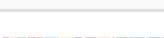
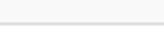
214	 Queiroz	SP	58,26 ●	
215	 Turmalina	SP	58,26 ●	
218	 Valinhos	SP	58,21 ●	
220	 Magda	SP	58,17 ●	
221	 Bernardino de Campos	SP	58,17 ●	
222	 Serra Negra	SP	58,16 ●	
223	 Ribeirão Corrente	SP	58,16 ●	
225	 Casa Branca	SP	58,10 ●	
226	 José Bonifácio	SP	58,09 ●	
229	 Vitória Brasil	SP	58,08 ●	
230	 Tupã	SP	58,05 ●	
231	 Piquerobi	SP	58,04 ●	
233	 Divinolândia	SP	58,02 ●	
234	 Maracá	SP	58,02 ●	
235	 Itaoca	SP	58,01 ●	
236	 Suzanápolis	SP	58,01 ●	
237	 João Ramalho	SP	58,00 ●	
239	 Colina	SP	57,98 ●	
240	 Jeriquara	SP	57,98 ●	
241	 Itatinga	SP	57,98 ●	
243	 Louveira 	SP	57,97 ●	
244	 Ubarana	SP	57,96 ●	

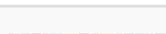
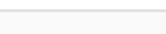
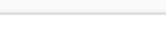
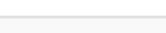
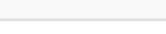
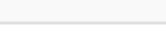
245	 Ribeirão do Sul	SP	57,95 ●	
246	 Jaborandi 	SP	57,95 ●	
247	 Assis	SP	57,94 ●	
249	 Irapuã	SP	57,93 ●	
250	 Novo Horizonte	SP	57,92 ●	
251	 São João da Boa Vista	SP	57,91 ●	
253	 Planalto	SP	57,90 ●	
254	 São José dos Campos	SP	57,90 ●	
256	 Promissão	SP	57,89 ●	
257	 Ribeirão Grande	SP	57,88 ●	
259	 Ipuã	SP	57,82 ●	
261	 São Carlos	SP	57,80 ●	
262	 Meridiano	SP	57,79 ●	
263	 Pirapozinho	SP	57,79 ●	
264	 Ribeirão Preto	SP	57,77 ●	
266	 Pontalinda	SP	57,76 ●	
267	 Quintana	SP	57,75 ●	
268	 Bariri	SP	57,74 ●	
270	 Limeira 	SP	57,73 ●	
271	 Quatá	SP	57,73 ●	
273	 Santa Albertina	SP	57,72 ●	

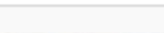
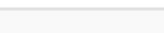
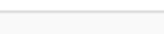
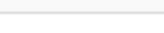
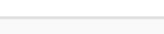
274	 Mirassolândia	SP	57,71 ●	
276	 Urânia	SP	57,70 ●	
277	 Indaiatuba	SP	57,69 ●	
278	 Jaú	SP	57,69 ●	
280	 Brotas	SP	57,66 ●	
281	 Altinópolis	SP	57,65 ●	
283	 Mombuca	SP	57,62 ●	
284	 Bofete	SP	57,62 ●	
286	 Paulínia	SP	57,61 ●	
288	 Jacanga	SP	57,60 ●	
290	 Regente Feijó	SP	57,59 ●	
291	 Altair	SP	57,58 ●	
292	 Angatuba 	SP	57,56 ●	
293	 Araçatuba	SP	57,56 ●	
294	 Taiúva	SP	57,55 ●	
295	 Turiúba	SP	57,55 ●	
296	 Ouro Verde	SP	57,55 ●	
297	 Itirapuã	SP	57,53 ●	
299	 Guararapes	SP	57,50 ●	
300	 Lucélia	SP	57,50 ●	
301	 Urupês	SP	57,50 ●	
303	 Valentim Gentil	SP	57,49 ●	
309	 Bady Bassitt	SP	57,46 ●	

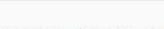
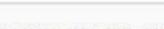
310	 Cabreúva	SP	57,46 ●	
311	 Nhandeara	SP	57,44 ●	
312	 Santos 	SP	57,44 ●	
314	 São João das Duas Pontes	SP	57,42 ●	
315	 Poloni	SP	57,41 ●	
316	 Dobrada	SP	57,41 ●	
317	 Clementina	SP	57,40 ●	
318	 Engenheiro Coelho	SP	57,39 ●	
320	 Pereira Barreto	SP	57,37 ●	
322	 Vera Cruz	SP	57,35 ●	
323	 Mira Estrela	SP	57,34 ●	
325	 Santa Gertrudes	SP	57,32 ●	
327	 Amparo 	SP	57,28 ●	
328	 Franca	SP	57,27 ●	
330	 Espírito Santo do Turvo	SP	57,25 ●	
331	 Paraguaçu Paulista	SP	57,23 ●	
333	 Pindorama	SP	57,17 ●	
334	 Pereiras	SP	57,16 ●	
335	 Salto 	SP	57,16 ●	
337	 Platina	SP	57,15 ●	
340	 Santa Cruz da Conceição	SP	57,09 ●	
341	 Aramina	SP	57,06 ●	

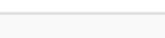
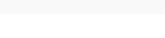
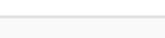
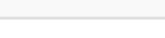
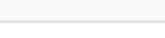
343	 Bastos	SP	57,04 ●	
346	 Itaporanga	SP	57,03 ●	
347	 Guaimbê	SP	57,03 ●	
348	 Luiziânia	SP	57,03 ●	
349	 Penápolis 	SP	57,02 ●	
350	 Santo Antônio do Jardim	SP	57,01 ●	
354	 Gavião Peixoto	SP	56,95 ●	
355	 Irapuru	SP	56,95 ●	
356	 Caiabu	SP	56,95 ●	
357	 Presidente Bernardes	SP	56,94 ●	
360	 Jaboticabal	SP	56,94 ●	
364	 Sabino	SP	56,92 ●	
365	 São José do Barreiro	SP	56,89 ●	
367	 Presidente Venceslau	SP	56,88 ●	
368	 São José do Rio Pardo 	SP	56,87 ●	
369	 Indiaporã	SP	56,86 ●	
371	 Guzolândia	SP	56,85 ●	
372	 Laranjal Paulista	SP	56,84 ●	
373	 Atibaia	SP	56,83 ●	
375	 Itu	SP	56,80 ●	
378	 São Sebastião	SP	56,78 ●	
379	 Herculândia	SP	56,78 ●	

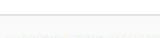
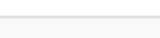
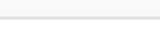
380	 Guareí	SP	56,77 ●	
382	 Alto Alegre	SP	56,75 ●	
384	 Orindiúva	SP	56,74 ●	
388	 Caraguatatuba	SP	56,72 ●	
389	 Barra do Turvo	SP	56,70 ●	
392	 Garça 	SP	56,69 ●	
394	 Poá 	SP	56,66 ●	
397	 Pradópolis	SP	56,63 ●	
398	 Nova Europa	SP	56,63 ●	
400	 Tambaú	SP	56,60 ●	
406	 Martinópolis	SP	56,53 ●	
408	 Glicério	SP	56,52 ●	
410	 Rio Claro 	SP	56,50 ●	
411	 Pracinha	SP	56,49 ●	
413	 Timburi	SP	56,47 ●	
415	 Orlândia	SP	56,45 ●	
416	 Presidente Prudente	SP	56,44 ●	
417	 Cristais Paulista	SP	56,44 ●	
419	 Arujá 	SP	56,41 ●	
421	 Osvaldo Cruz	SP	56,37 ●	
425	 Santo Expedito	SP	56,34 ●	
426	 Campinas 	SP	56,32 ●	

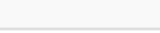
428	 Ourinhos	SP	56,32 ●	
432	 Itirapina	SP	56,28 ●	
436	 Buritama	SP	56,27 ●	
440	 Cesário Lange	SP	56,25 ●	
448	 Sud Mennucci	SP	56,19 ●	
451	 Mongaguá	SP	56,18 ●	
452	 Novais	SP	56,17 ●	
454	 Trabiju	SP	56,16 ●	
455	 Nova Odessa	SP	56,15 ●	
456	 Piracaia 	SP	56,15 ●	
457	 Gastão Vidigal	SP	56,15 ●	
459	 Colômbia	SP	56,15 ●	
462	 Lins	SP	56,14 ●	
463	 Boituva	SP	56,13 ●	
465	 Cravinhos	SP	56,09 ●	
468	 Mirandópolis	SP	56,07 ●	
469	 Guará	SP	56,07 ●	
470	 Aparecida d'Oeste	SP	56,07 ●	
471	 Tanabi	SP	56,06 ●	
472	 Álvares Machado	SP	56,05 ●	
474	 Monte Alto 	SP	56,03 ●	
478	 Tapiraí	SP	56,01 ●	

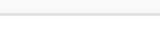
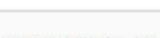
482	 Capão Bonito	SP	55,99 ●	
485	 Arandu	SP	55,97 ●	
486	 Bocaina	SP	55,95 ●	
487	 Bento de Abreu	SP	55,94 ●	
490	 Pindamonhangaba 	SP	55,93 ●	
491	 Santo Anastácio	SP	55,91 ●	
493	 Pederneiras	SP	55,91 ●	
497	 Coronel Macedo	SP	55,88 ●	
499	 Tupi Paulista	SP	55,86 ●	
501	 Catiguá	SP	55,85 ●	
506	 Águas de Lindóia	SP	55,81 ●	
508	 Três Fronteiras	SP	55,79 ●	
509	 Matão	SP	55,78 ●	
512	 Itaberá	SP	55,76 ●	
514	 Avaré	SP	55,76 ●	
517	 Taquarivaí	SP	55,75 ●	
518	 Dois Córregos	SP	55,73 ●	
521	 Mogi Mirim	SP	55,72 ●	
523	 Restinga	SP	55,71 ●	
525	 Pariquera-Açu	SP	55,69 ●	
526	 Itapeva	SP	55,69 ●	
527	 Águas de São Pedro	SP	55,69 ●	

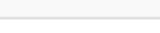
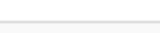
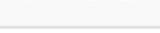
538	 Canitar	SP	55,63 ●	
541	 Adolfo	SP	55,63 ●	
542	 Ribeirão dos Índios	SP	55,62 ●	
544	 Paranapuã	SP	55,61 ●	
546	 Araras	SP	55,60 ●	
550	 São Paulo	SP	55,58 ●	
551	 Santo Antônio do Aracanguá	SP	55,58 ●	
555	 Pilar do Sul	SP	55,54 ●	
556	 Natividade da Serra	SP	55,54 ●	
564	 Cândido Mota	SP	55,49 ●	
566	 Neves Paulista	SP	55,49 ●	
567	 Barretos 	SP	55,49 ●	
576	 Peruíbe	SP	55,41 ●	
578	 Palmital	SP	55,40 ●	
581	 Guariba	SP	55,38 ●	
584	 Birigui	SP	55,35 ●	
585	 Álvares Florence	SP	55,34 ●	
586	 Adamantina	SP	55,34 ●	
588	 Guaiçara	SP	55,33 ●	
592	 Barbosa	SP	55,31 ●	
594	 Tapiratiba	SP	55,30 ●	
596	 Macaúbal	SP	55,28 ●	

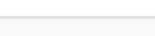
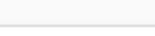
604	 Monte Aprazível	SP	55,22 ●	
605	 Monteiro Lobato	SP	55,21 ●	
606	 Barra Bonita	SP	55,21 ●	
607	 Nova Independência	SP	55,20 ●	
608	 Taquarituba	SP	55,20 ●	
609	 Avanhandava	SP	55,20 ●	
614	 Campos do Jordão	SP	55,14 ●	
617	 Nipoã	SP	55,13 ●	
625	 Itapetininga	SP	55,07 ●	
626	 Lutécia	SP	55,07 ●	
631	 Cajati	SP	55,05 ●	
632	 Santa Mercedes	SP	55,04 ●	
633	 Paraíso	SP	55,03 ●	
634	 Capela do Alto	SP	55,03 ●	
635	 Tietê 	SP	55,02 ●	
641	 Iracemápolis	SP	54,98 ●	
646	 Hortolândia	SP	54,95 ●	
650	 Macatuba	SP	54,93 ●	
655	 Rancharia	SP	54,87 ●	
657	 Cerqueira César	SP	54,86 ●	
658	 Estrela do Norte	SP	54,86 ●	
659	 Sete Barras	SP	54,84 ●	
664	 Jaci	SP	54,83 ●	

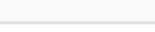
666	 Bom Sucesso de Itararé	SP	54,83 ●	
668	 Monte Azul Paulista	SP	54,79 ●	
672	 Borebi	SP	54,77 ●	
676	 Salesópolis 	SP	54,73 ●	
682	 Batatais	SP	54,71 ●	
684	 Paulicéia	SP	54,70 ●	
688	 Estrela d'Oeste	SP	54,68 ●	
697	 Brejo Alegre	SP	54,65 ●	
698	 Serra Azul	SP	54,64 ●	
699	 Mirante do Paranapanema	SP	54,63 ●	
700	 Vargem Grande do Sul	SP	54,62 ●	
703	 Santa Cruz das Palmeiras	SP	54,61 ●	
707	 Praia Grande 	SP	54,56 ●	
708	 Santa Rosa de Viterbo	SP	54,56 ●	
718	 Aparecida	SP	54,50 ●	
724	 Iaras	SP	54,48 ●	
725	 Viradouro	SP	54,48 ●	
728	 Lavínia	SP	54,47 ●	
731	 Monte Castelo	SP	54,46 ●	
732	 Descalvado	SP	54,45 ●	
733	 Caçapava	SP	54,45 ●	

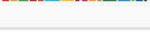
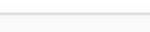
742	 Castilho	SP	54,40 ●	
744	 Torrinha	SP	54,38 ●	
747	 Pacaembu	SP	54,37 ●	
751	 Paranapanema 	SP	54,36 ●	
753	 Sorocaba 	SP	54,34 ●	
757	 Ibirá	SP	54,30 ●	
759	 Alambari	SP	54,29 ●	
761	 Presidente Epitácio	SP	54,28 ●	
763	 Mirassol	SP	54,27 ●	
768	 Panorama	SP	54,24 ●	
772	 Buritizal	SP	54,20 ●	
773	 Arapeí	SP	54,20 ●	
774	 Valparaíso	SP	54,20 ●	
776	 Vargem Grande Paulista	SP	54,19 ●	
777	 Populina	SP	54,19 ●	
778	 Ipaussu	SP	54,19 ●	
779	 Mogi Guaçu	SP	54,18 ●	
785	 Pirassununga	SP	54,15 ●	
788	 Campina do Monte Alegre	SP	54,14 ●	
789	 Ituverava	SP	54,13 ●	
795	 Areias	SP	54,10 ●	
800	 Santa Bárbara d'Oeste	SP	54,07 ●	

801	 Nova Campina	SP	54,07 ●	
805	 Severínia	SP	54,06 ●	
806	 Ibaté	SP	54,06 ●	
810	 Lagoinha	SP	54,03 ●	
812	 Palmeira d'Oeste	SP	54,01 ●	
816	 Cássia dos Coqueiros	SP	54,00 ●	
818	 Icém	SP	53,98 ●	
819	 Cardoso	SP	53,98 ●	
820	 Juquiá	SP	53,97 ●	
829	 Cananéia	SP	53,92 ●	
830	 Jacareí 	SP	53,92 ●	
837	 Teodoro Sampaio	SP	53,91 ●	
840	 Taquaral	SP	53,90 ●	
844	 Mogi das Cruzes 	SP	53,89 ●	
845	 Tatuí	SP	53,89 ●	
846	 Itararé	SP	53,89 ●	
847	 Tabapuã	SP	53,89 ●	
851	 Guararema	SP	53,86 ●	
858	 Rosana	SP	53,82 ●	
861	 Pinhalzinho	SP	53,80 ●	
868	 Itobi	SP	53,78 ●	
874	 Iacri	SP	53,75 ●	

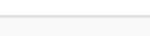
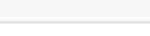
878	 Santa Adélia	SP	53,73 ●	
883	 Pedregulho	SP	53,71 ●	
886	 Itápolis	SP	53,67 ●	
893	 Pontal	SP	53,65 ●	
894	 Riolândia	SP	53,64 ●	
905	 Terra Roxa	SP	53,59 ●	
909	 Santa Maria da Serra	SP	53,56 ●	
911	 Paulo de Faria	SP	53,56 ●	
914	 Monte Alegre do Sul	SP	53,53 ●	
917	 Salmourão	SP	53,51 ●	
920	 Andradina	SP	53,50 ●	
921	 Ibirarema	SP	53,49 ●	
923	 Registro	SP	53,49 ●	
927	 General Salgado	SP	53,46 ●	
928	 Santo Antônio de Posse	SP	53,45 ●	
934	 Embaúba	SP	53,42 ●	
939	 Cedral	SP	53,39 ●	
941	 Bananal	SP	53,38 ●	
955	 Redenção da Serra	SP	53,32 ●	
967	 São Pedro	SP	53,25 ●	
968	 São Sebastião da Gramma	SP	53,25 ●	

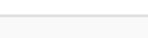
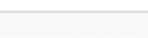
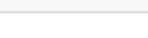
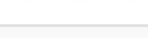
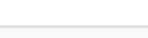
973	 Igarapava 	SP	53,24 ●	
975	 Uchoa	SP	53,24 ●	
978	 Guarujá 	SP	53,23 ●	
979	 Dourado	SP	53,23 ●	
981	 Analândia	SP	53,21 ●	
982	 Santana de Parnaíba 	SP	53,21 ●	
995	 Cordeirópolis 	SP	53,13 ●	
997	 Araçoiaba da Serra 	SP	53,12 ●	
999	 Santo André 	SP	53,11 ●	
1019	 Itapuí	SP	53,01 ●	
1026	 Mococa	SP	52,98 ●	
1029	 São Miguel Arcanjo	SP	52,98 ●	
1035	 Lorena	SP	52,95 ●	
1036	 Tabatinga	SP	52,95 ●	
1037	 Morro Agudo	SP	52,94 ●	
1040	 Itapura	SP	52,94 ●	
1043	 Avaí	SP	52,92 ●	
1045	 Cajobi	SP	52,92 ●	
1067	 Ribeirão Branco	SP	52,82 ●	
1087	 Iguape	SP	52,73 ●	

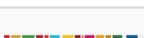
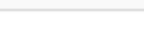
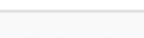
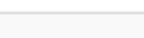
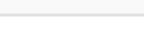
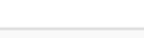
1094	 Iporenga 	SP	52,70 ●	
1102	 Taquaritinga	SP	52,65 ●	
1109	 Itaí	SP	52,59 ●	
1110	 Auriflama	SP	52,59 ●	
1113	 Cajuru	SP	52,59 ●	
1118	 Várzea Paulista	SP	52,56 ●	
1123	 Arealva	SP	52,54 ●	
1130	 Elias Fausto	SP	52,51 ●	
1138	 Salto de Pirapora	SP	52,47 ●	
1149	 Areiópolis	SP	52,41 ●	
1156	 Sarapuí	SP	52,36 ●	
1157	 Votorantim	SP	52,34 ●	
1163	 Igaratá	SP	52,30 ●	
1164	 Suzano 	SP	52,30 ●	
1171	 Itapirapuã Paulista	SP	52,26 ●	
1176	 Balbinos	SP	52,24 ●	
1182	 Iepê	SP	52,23 ●	
1190	 Rafard	SP	52,19 ●	
1193	 Miguelópolis	SP	52,18 ●	
1196	 Marabá Paulista	SP	52,17 ●	
1200	 Conchas	SP	52,16 ●	

1215	 Nazaré Paulista	SP	52,11 ●	
1219	 Ribeirão Pires	SP	52,10 ●	
1225	 Ariranha	SP	52,08 ●	
1252	 Olímpia	SP	51,98 ●	
1259	 Santa Rita do Passa Quatro	SP	51,96 ●	
1260	 Tremembé	SP	51,94 ●	
1271	 Osasco	SP	51,90 ●	
1276	 Cruzeiro	SP	51,87 ●	
1286	 Iperó	SP	51,84 ●	
1289	 Caiuá	SP	51,82 ●	
1301	 Santa Cruz da Esperança	SP	51,76 ●	
1304	 Pedra Bela	SP	51,75 ●	
1310	 São Joaquim da Barra	SP	51,70 ●	
1315	 Guaira	SP	51,67 ●	
1324	 Mariópolis	SP	51,63 ●	
1330	 Piedade	SP	51,62 ●	
1337	 Guatapar	SP	51,58 ●	
1340	 Rio das Pedras	SP	51,56 ●	
1344	 Bebedouro	SP	51,56 ●	
1345	 Porangaba	SP	51,54 ●	
1353	 Salto Grande	SP	51,51 ●	

1357	 Tarabai	SP	51,49 ●	
1362	 Campo Limpo Paulista	SP	51,49 ●	
1378	 Capivari	SP	51,42 ●	
1380	 Igaraçu do Tietê	SP	51,42 ●	
1384	 Guapiara	SP	51,41 ●	
1394	 São Bernardo do Campo	SP	51,38 ●	
1423	 Boa Esperança do Sul	SP	51,29 ●	
1443	 Guaratinguetá	SP	51,24 ●	
1457	 Sales	SP	51,17 ●	
1463	 Potirendaba	SP	51,15 ●	
1474	 Lindóia	SP	51,11 ●	
1477	 Agudos 	SP	51,10 ●	
1492	 Alumínio	SP	51,00 ●	
1494	 Barrinha	SP	51,00 ●	
1509	 Leme 	SP	50,97 ●	
1514	 Cotia	SP	50,96 ●	
1517	 Cachoeira Paulista	SP	50,94 ●	
1520	 Jujutiba	SP	50,93 ●	
1526	 Buri	SP	50,92 ●	
1531	 Indiana	SP	50,91 ●	
1533	 Mauá 	SP	50,89 ●	

1535	 Bertioga	SP	50,88 ●	
1559	 Paraibuna	SP	50,82 ●	
1573	 Ubatuba	SP	50,78 ●	
1577	 Cajamar	SP	50,77 ●	
1587	 Apiaí	SP	50,74 ●	
1594	 Bauru	SP	50,71 ●	
1610	 Guapiaçu	SP	50,64 ●	
1619	 Guaraci	SP	50,62 ●	
1629	 Monte Mor	SP	50,59 ●	
1638	 Palestina	SP	50,56 ●	
1649	 Conchal 	SP	50,53 ●	
1671	 Nova Granada	SP	50,42 ●	
1676	 Reginópolis	SP	50,41 ●	
1687	 Chavantes	SP	50,36 ●	
1726	 Pirajuí	SP	50,23 ●	
1730	 Euclides da Cunha Paulista	SP	50,21 ●	
1765	 São Vicente	SP	50,06 ●	
1819	 Pitangueiras	SP	49,84 ●	
1829	 Roseira 	SP	49,81 ●	
1845	 Mairiporã 	SP	49,77 ●	
1849	 Estiva Gerbi	SP	49,76 ●	

1856	 Tuiuti	SP	49,75 ●	
1861	 Itanhaém	SP	49,72 ●	
1873	 Jarinu	SP	49,68 ●	
1892	 Rincão	SP	49,60 ●	
1908	 Jacupiranga	SP	49,57 ●	
1930	 Cubatão	SP	49,52 ●	
1960	 Santa Lúcia	SP	49,39 ●	
1968	 Óleo	SP	49,37 ●	
1984	 Porto Ferreira 	SP	49,30 ●	
1987	 Santa Isabel 	SP	49,28 ●	
2025	 Tejuπά	SP	49,16 ●	
2039	 São Roque	SP	49,11 ●	
2052	 Embu das Artes	SP	49,04 ●	
2086	 Ribeira	SP	48,93 ●	
2112	 Ibitinga	SP	48,84 ●	
2114	 Guarulhos 	SP	48,83 ●	
2117	 São José da Bela Vista	SP	48,82 ●	
2123	 Lavrinhas	SP	48,78 ●	
2124	 Anhembi	SP	48,78 ●	
2127	 Aguaí	SP	48,76 ●	
2150	 Cunha	SP	48,70 ●	

2190	 Campos Novos Paulista	SP	48,57 ●	
2234	 Ibiúna	SP	48,43 ●	
2235	 São Lourenço da Serra	SP	48,42 ●	
2264	 Itapevi 	SP	48,31 ●	
2275	 Diadema 	SP	48,28 ●	
2338	 Itariri	SP	48,06 ●	
2392	 Embu-Guaçu	SP	47,86 ●	
2393	 Taboão da Serra	SP	47,86 ●	
2396	 Ribeirão Bonito	SP	47,85 ●	
2413	 Artur Nogueira 	SP	47,79 ●	
2421	 Potim	SP	47,77 ●	
2424	 Araçariçuama	SP	47,76 ●	
2430	 Miracatu	SP	47,74 ●	
2551	 Barra do Chapéu	SP	47,35 ●	
2556	 Mairinque	SP	47,33 ●	
2580	 Itapeçerica da Serra	SP	47,24 ●	
2592	 Sales Oliveira	SP	47,19 ●	
2610	 Pedro de Toledo	SP	47,13 ●	
2659	 São Simão	SP	46,98 ●	
2661	 Canas	SP	46,98 ●	
2691	 Marília	SP	46,88 ●	
2697	 Biritiba Mirim	SP	46,86 ●	

2748	 Pirapora do Bom Jesus	SP	46,72 ●	
2790	 Bom Jesus dos Perdões	SP	46,61 ●	
2791	 Ferraz de Vasconcelos 	SP	46,60 ●	
2803	 Sumaré	SP	46,57 ●	
2850	 Rio Grande da Serra	SP	46,42 ●	
2874	 Caconde	SP	46,33 ●	
2890	 Queluz	SP	46,30 ●	
2896	 Caieiras	SP	46,26 ●	
2948	 Cafelândia 	SP	46,10 ●	
2969	 Cosmópolis	SP	46,03 ●	
2978	 Piquete	SP	46,00 ●	
3061	 Santa Branca	SP	45,73 ●	
3161	 Jandira	SP	45,35 ●	
3185	 Serrana	SP	45,28 ●	
3258	 Itaquaquecetuba	SP	45,03 ●	
3267	 Franco da Rocha	SP	45,01 ●	
3295	 Américo Brasiliense	SP	44,93 ●	
3297	 Jardinópolis	SP	44,92 ●	
3744	 Francisco Morato 	SP	43,36 ●	

O (IDSC - BR) Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil é uma iniciativa do Instituto Cidades Sustentáveis, em parceria com o Sustainable Development Solutions Network (SDSN), consultoria do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap) e co-financiado pela Caixa, pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima e pela União Européia.

ANEXO D – IDSC 2024 – Estado de SP – Quadro de indicadores



Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades | Brasil

IDSC-BR Cidades Ranking Mapa interativo Evolução ODS 18 Cidades inspiradoras

Metodologia

Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil

Tabela 3 | Limiares quantitativos e valores-alvo

ODS	Indicador	Valor-alvo	Limiar verde	Limiar vermelho	Limite inferior
1	Famílias inscritas no Cadastro Único para programas sociais (%)	96	87	64	48
1	Percentual de pessoas inscritas no Cadastro Único que recebem Bolsa Família (%)	96,6	80,5	42,82	22,96
1	Percentual de pessoas abaixo da linha da pobreza no Cadastro Único pós Bolsa Família (%)	0	1	5	10
1	Pessoas com renda de até 1/4 do salário mínimo (%)	0,18	4,45	5,74	15,45
2	Obesidade infantil (%)	0	5	10	20
2	Baixo peso ao nascer (%)	0	6	11	13
2	Desnutrição infantil (%)	0	1	3	5
2	Produtores de agricultura familiar com apoio do PRONAF (%)	100	75	55	6
2	Estabelecimentos que praticam agricultura orgânica (%)	20	7	2	0
3	Cobertura vacinal (%)	100	95	60	40

3	Mortalidade por suicídio (100 mil habitantes)	0	2,44	15,7	44,2
3	Mortalidade infantil (crianças menores de 1 ano) (mil nascidas vivas)	0	12	19	45
3	Mortalidade materna (mil nascidos vivos)	0	0,61	3,21	6,7
3	Mortalidade na infância (mil nascidas vivas)	0	25	37	50
3	Mortalidade neonatal (crianças de 0 a 27 dias) (mil nascidas vivas)	0	12	20	36
3	Mortalidade por Aids (100 mil habitantes)	0	6	15	19
3	Incidência de dengue (100 mil habitantes)	0	138,43	553,72	5386,65
3	Mortalidade prematura por doenças crônicas não-transmissíveis (100 mil habitantes)	21,7	236	518	700
3	Orçamento municipal para a saúde (Reais per capita)	4680	1300	476	395
3	População atendida por equipes de saúde da família (%)	100	86	60	0
3	Deteção de hepatite (100 mil habitantes)	0	10	40	70
3	Pré-natal insuficiente (%)	0	10	38	59

3	Unidades Básicas de Saúde (mil habitantes)	0,55	0,08	0,04	0
3	Idade média ao morrer (Anos)	75	70	65	55
3	Gravidez na adolescência (%)	0	9,98	23,46	30,81
3	Incidência de tuberculose (100 mil habitantes)	0	6	60	150
4	Acesso à internet nas escolas do ensino fundamental e médio, na rede pública (%)	100	95	75	20
4	Percentual de crianças de 0 a 3 anos matriculadas em creches (%)	100	84	40	20
4	Escolas com dependências adequadas a pessoas com deficiência (%)	100	60	10	0
4	Escolas com recursos para Atendimento Educacional Especializado (mil matrículas)	3,69	1,32	0,25	0
4	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) - anos finais (IN)	7,38	5,25	3,6	2,9
4	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) - anos iniciais (IN)	8,98	6,65	4,67	3,8

4	Jovens com ensino médio concluído até os 19 anos de idade (%)	100	70	42	5
4	Professores com formação em nível superior - Educação Infantil - rede pública (%)	100	90	70	40
4	Professores com formação em nível superior - Ensino Fundamental - rede pública (%)	100	96	86	65
4	Razão entre o número de matrículas e professores na pré-escola (Taxa)	10	12	22	28
4	Razão entre o número de matrículas e professores no ensino fundamental (Taxa)	12	15	24	28
4	Taxa de distorção idade-série no Ensino Fundamental - rede pública (Taxa)	0	12	30	48
4	Analfabetismo na população com 15 anos ou mais (%)	0	3	17	30
4	Centros culturais, casas e espaços de cultura (100 mil habitantes)	358,83	35,28	7,95	0
4	Crianças e jovens de 4 a 17 anos na escola (%)	100	95	87	82

5	Mulheres jovens de 15 a 24 anos de idade que não estudam nem trabalham (%)	0,83	20,46	39,4	47,06
5	Presença de vereadoras na Câmara Municipal (%)	50	50	40	30
5	Desigualdade de salário por sexo (razão)	1	0,9	0,6	0,5
5	Diferença percentual entre jovens mulheres e homens que não estudam e nem trabalham (Pontos percentuais)	0	1	13	25
5	Taxa de feminicídio (100 mil mulheres)	0	1	2	3
6	Doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado (100 mil habitantes)	0	136,21	367,43	967,12
6	Perda de água tratada na distribuição (IN)	0	12,1	39,99	72,96
6	População atendida com esgotamento sanitário (%)	100	70	50	0
6	Índice de tratamento de esgoto (%)	100	80	60	0
6	População total atendida com abastecimento de água (%)	100	85	53	0
7	Domicílios com acesso à energia elétrica (%)	100	99	90	80

7	Vulnerabilidade Energética (IN)	0,23	0,47	0,73	0,77
8	População ocupada entre 10 e 17 anos (%)	0	7,59	25,93	41,32
8	PIB per capita (R\$ per capita)	56000	38000	23000	7300
8	Desemprego (Taxa)	0	3	10,27	15,57
8	Desemprego de jovens (Taxa)	0	5,18	16,94	25,18
8	Jovens de 15 a 24 anos de idade que não estudam nem trabalham (%)	1,61	14,76	30,72	38,03
8	Ocupação formal das pessoas com 16 anos ou mais de idade (%)	91,81	68,19	48,13	38,7
9	Investimento público em infraestrutura urbana por habitante (R\$ per capita)	4091,13	3382,49	630,68	111,58
9	Participação dos empregos formais em atividades intensivas em conhecimento e tecnologia (%)	43,28	14,3	1,92	0
10	Renda municipal apropriada pelos 20% mais pobres (%)	20	10	7	1,5
10	Coeficiente de Gini (IN)	0,28	0,3	0,4	0,63

10	Diferença na taxa de mortalidade infantil entre crianças de mães PPI e BA (Diferença entre taxas/por 1.000 nascidos vivos)	0	2	5	10
10	Diferença na taxa de gravidez na adolescência entre mães PP e BA (Diferença entre taxas (%))	0	2	5	10
10	Diferença na taxa de distorção idade-série nos anos iniciais do Ensino Fundamental entre PP e BA (Diferença em anos)	0	1	1,5	2
10	Diferença na taxa de distorção idade-série nos anos finais do Ensino Fundamental entre PP e BA (Diferença em anos)	0	1	1,5	2
10	Diferença na taxa de homicídios entre PPI e BA (Diferença entre taxas/por 100 mil indivíduos)	0	1	2,5	5
10	Diferença na taxa de feminicídio de mulheres PPI e BA (Diferença entre taxas/por 100 mil indivíduos)	0	1	2,5	5

10	Diferença na taxa de homicídio juvenil masculino entre jovens PPI e BA (Diferença entre taxas/por 100 mil indivíduos)	0	1	2,5	5
10	Razão do rendimento médio real entre PP e BA (Razão (R\$))	1	0,9	0,5	0,3
10	Acesso a equipamentos da atenção básica à saúde (%)	0	2	30	100
10	Violência contra a população LGBTQIA+ (100 mil habitantes)	0	0,5	6	18
10	Percentual de vereadoras e vereadores PPI nas Câmaras Municipais (%)	50	50	40	30
11	Percentual da população de baixa renda com tempo de deslocamento ao trabalho superior a uma hora (%)	0	5	15	35
11	Mortes no trânsito (100 mil habitantes)	0	6,8	29,08	72,86
11	População residente em aglomerados subnormais (%)	0	0,8	5	22
11	Domicílios em favelas (%)	0	1,04	5,55	13,12

11	Equipamentos esportivos municipais (100 mil habitantes)	142,51	28,66	6,61	0
11	Percentual da população negra em assentamentos subnormais (%)	0	1	5	27
12	Resíduos sólidos domiciliares coletados per capita (kg/dia/habitante)	1	1,5	2	3,2
12	Recuperação de resíduos sólidos urbanos coletados seletivamente (%)	60,01	25,48	3,74	0
12	População atendida com coleta seletiva (%)	100	70	60	0
13	Emissões de CO ² e per capita (ton de CO ² e per capita)	0	2	4	20
13	Concentração de focos de queimadas (mil focos)	0	0,18	1,05	1,63
13	Estratégias para gestão de riscos e prevenção a desastres ambientais (%)	100	80	20	0
13	Proporção de domicílios em áreas de risco	0	0,19	0,8	1
13	Percentual do município desflorestado (%)	0	0,05	0,5	1,5
14	Esgoto tratado antes de chegar ao mar, rios e córregos (%)	100	70	40	0

15	Hectare de áreas florestadas e naturais por habitante (Ha/hab)	146,6	25,25	8,94	0,15
15	Unidades de conservação de proteção integral e uso sustentável (%)	100	28,69	7,97	0
15	Grau de maturidade dos instrumentos de financiamento da proteção ambiental (%)	100	80	20	0
16	Homicídio juvenil masculino (100 mil habitantes)	0	0,5	4	22
16	Taxa de homicídio (100 mil habitantes)	0	1,5	3	38
16	Mortes por armas de fogo (100 mil habitantes)	0	0,25	1	1,5
16	Grau de estruturação da política de controle interno e combate à corrupção (%)	100	80	20	0
16	Grau de estruturação das políticas de participação e promoção de direitos humanos (%)	100	80	20	0
16	Grau de estruturação das políticas de transparência (%)	100	80	20	0
17	Investimento público (R\$ per capita)	2253,88	563,26	239,11	60,79
17	Total de receitas municipais arrecadadas (%)	51,35	19,73	3,9	1,19